



Linguagem **em** Foco

Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO CEARÁ



VOLUME 6 - Nº 1 - 2014
ISSN 2176-7955



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

REITOR

José Jackson Coelho Sampaio

VICE-REITOR

Hildebrando dos Santos Soares

EDITORA DA UECE

Erasmio Miessa Ruiz

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Luciano Pontes

Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes

Emanuel Ângelo da Rocha Fragoso

Francisco Horácio da Silva Frota

Francisco Josênio Camelo Parente

Gisafran Nazareno Mota Jucá

José Ferreira Nunes

Liduina Farias Almeida da Costa

Lucili Grangeiro Cortez

Luiz Cruz Lima

Manfredo Ramos

Marcelo Gurgel Carlos da Silva

Marcony Silva Cunha

Maria do Socorro Ferreira Osterne

Maria Salete Bessa Jorge

Silvia Maria Nóbrega-Therrien

CONSELHO CONSULTIVO

Antônio Torres Montenegro (UFPE)

Eliane P. Zamith Brito (FGV)

Homero Santiago (USP)

Ieda Maria Alves (USP)

Manuel Domingos Neto (UFF)

Maria do Socorro Silva Aragão (UFC)

Maria Lírida Callou de Araújo e Mendonça (UNIFOR)

Pierre Salama (Universidade de Paris VIII)

Romeu Gomes (FIOCRUZ)

Túlio Batista Franco (UFF)

MARIA HELENICE ARAÚJO COSTA
IÚTA LERCHE VIEIRA
(ORGANIZADORAS)

LINGUAGEM EM FOCO

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
APLICADA DA UECE

Volume 6 - Nº 1 - 2014 - ISSN 2176-7955



LINGUAGEM EM FOCO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE

© 2014 *Copyright by* Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada - PosLA

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Efetuada depósito legal na Biblioteca Nacional

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Editora da Universidade Estadual do Ceará - EdUECE

Av. Paranjana, 1700 - Campus do Itaperi - Reitoria - Fortaleza - Ceará

CEP: 60740-000 - Tel: (085) 3101-9893. FAX: (85) 3101-9893

Internet: www.uece.br - E-mail: eduece@uece.br / editoradauece@gmail.com

Editora filiada à ABEU



COORDENAÇÃO EDITORIAL

Erasmus Miessa Ruiz

DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Fabio Nunes Assunção

REVISÃO DE TEXTO

Beatriz Alves do Nascimento

Filipe Fontenele Oliveira

Francisco Igor Albuquerque Dantas

Luiz Eleildo Pereira Alves

Rochelle Kilvia Nascimento Mendes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Biblioteca Central do Centro de Humanidades

Bibliotecário Responsável – Doris Day Eliano França – CRB-3/726

FICHA CATALOGRÁFICA

L755 Linguagem em Foco (recurso eletrônico). Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE / Maria Helenice Araújo Costa; Iúta Lerche Vieira (org). V.6, n.1, 2014, Fortaleza, Ce. – EdUECE, 2014

111 p.

ISSN: 2176-7955

1. Linguagem – Periódico. I. Costa, Maria Helenice Araújo (org.) II. Vieira, Iúta Lerche (Org.). III. Título.

CDD: 418

LINGUAGEM EM FOCO
Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE
Volume 6 - Nº 1 - 2014 - ISSN 2176-7955

EQUIPE EDITORIAL

Maria Helenice Araújo Costa (UECE)
Íuta Lerche Vieira (UECE)
Rozania Maria Alves de Moraes (UECE)

CONSELHO EDITORIAL DA REVISTA

Angela Paiva Dionísio, UFPE, Brasil
Antonieta Celani, PUC-SP, Brasil
Antonio Carlos Xavier, UFPE, Brasil
Antonio Mendoza Fillola, Universidade de Barcelona, Espanha
Antonio Paulo Berber Sardinha, PUC-SP, Brasil
Carlos Alberto Marques Golveia, Universidade de Lisboa, Portugal
Célia Magalhães, UFMG, Brasil
Charles Bazerman, Universidade da Califórnia em Santa Bárbara, EE UU
Denise Bértoli Braga, UNICAMP - SP, Brasil
Eduardo Santos Junqueira Rodrigues, UFC, Brasil
Elisabeth Reis Teixeira, UFPA, Brasil
Giovana Ferreira Gonçalves, Universidade Federal de Pelotas, Brasil
Heloísa Collins, PUC - SP, Brasil
Ieda Maria Alves, USP, Brasil
Ingedore Koch, UNICAMP - SP, Brasil
Jean-Pierre Cuq, Universidade de Nice, França
Júlio César Araújo, UFC, Brasil
Kanavillil Rajagopalan, UNICAMP - SP, Brasil
Leila Bárbara, PUC - SP, Brasil
Luiz Fernando Gomes, Universidade de Sorocaba - SP, Brasil
Luiz Paulo da Moita Lopes, UFRJ, Brasil
Mailce Borges Mota, UFSC, Brasil
Maria Lúcia Barbosa de Vasconcellos, UFSC, Brasil
Marcelo Buzato, UNICAMP - SP, Brasil
Matilde Scaramucci, UNICAMP - SP, Brasil
Mônica Magalhães Cavalcante, UFC, Brasil
Nina Célia Almeida de Barros, Brasil
Orlando Vian Júnior, UFRN, Brasil
Stella Esther Ortweiler Tagnin, USP, Brasil
Tania Regina de Souza Romero, Universidade Federal de Lavras - MG, Brasil
Thaïs Cristófaró Silva, UFMG, Brasil
Vera Lúcia Menezes, UFMG, Brasil
Vlândia Maria Cabral Borges, UFC, Brasil

LINGUAGEM EM FOCO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE

V. 6, N. 1, ano 2014

SUMÁRIO

Editorial	9
<i>Maria Helenice Araújo Costa e Iúta Lerche Vieira (orgs.)</i>	

ARTIGOS

Linguística Sistêmico-Funcional: Linguística Teórica ou Aplicada?	11
<i>Pedro Henrique Lima Praxedes Filho (UECE)</i>	

A recursividade como propriedade única e universal da faculdade da linguagem	27
<i>Sidriana Scheffer Rattova (PUC-RS)</i>	

Teorias linguísticas e suas concepções de gramática: alcances e limites	37
<i>Francisco Elton Martins de Souza (UFC)</i>	

Relações entre a linguagem formal japonesa (keigo - 敬語) e a cultura	49
<i>Janaína Farias de Melo (UFC)</i>	
<i>Laura Tey Iwakami (UECE)</i>	

A abordagem ergonômica da atividade docente: uma introdução às noções teóricas e metodológicas	59
<i>Rozania Maria Alves de Moraes (UECE)</i>	

Marcas da enunciação no gênero notícia	77
<i>Paulo da Silva Lima (UFPA)</i>	

Entre o hispanismo e o latinismo: representações sociais no discurso de hispânicos na web 2.0	89
<i>Lucineudo Machado Irineu (UNILAB)</i>	
<i>Edilene Rodrigues Barbosa (UERN)</i>	

O discurso amoroso: Werther e Charlotte	99
<i>Victor Hugo da Silva Vasconcellos (PUC-SP)</i>	

Normas da Revista	111
--------------------------------	------------

LINGUAGEM EM FOCO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE
V. 6, N. 1, ano 2014

EDITORIAL

Este primeiro número do volume 6 reúne alguns trabalhos que podem ser claramente classificados como ensaios, outros que mesclam características dos gêneros ensaio e artigo e outros, finalmente, que se configuram mais nitidamente, em termos de estrutura retórica, como artigos científicos. Em termos temáticos, trata-se de um número bastante diversificado em que algumas questões clássicas dos estudos linguísticos são revisitadas e outras, ainda pouco conhecidas, são introduzidas como objeto de discussão.

Abre esta coletânea o ensaio *Linguística sistêmico-funcional: linguística teórica ou aplicada*, no qual **Pedro Henrique Lima Praxedes Filho** desenvolve uma importante reflexão sobre o status da LSF. Situando o escopo dessa disciplina em relação às abordagens da Linguística Teórica (LT) e da Linguística Aplicada (LA), o autor constata que a LSF funciona ao mesmo tempo nos dois campos epistemológicos e conclui definindo-a, com Halliday, como um modelo “aplicável”.

O segundo texto, intitulado *A recursividade como propriedade única e universal da faculdade da linguagem*, constitui uma breve discussão teórica acerca da recursividade na linguagem. A autora, **Sidriana Scheffer Rattova**, desenvolve essa discussão revisitando o conceito a partir de duas vertentes de opinião e conclui com um apelo por um maior aprofundamento sobre o tema.

Por meio do ensaio intitulado *Teorias linguísticas e suas concepções de gramática*, **Francisco Elton Martins de Sousa** revisita as correntes estruturalista, gerativista e funcionalista enfocando a noção de gramática decorrente de cada uma dessas três bases epistemológicas. Como conclusão, o autor detecta, no percurso que vai do estruturalismo, passando pelo modelo gerativista até chegar à perspectiva funcionalista, uma expansão no que concerne à abrangência do conceito de gramática.

Já com o trabalho *Relações entre a linguagem formal japonesa (Keigo - 敬語) com a cultura*, **Janaina Farias de Melo** e **Laura Tey Iwakami**, recorrem a alguns conceitos da Análise do Discurso, especialmente aos bakhtinianos, para discutir o uso da linguagem honorífica na língua japonesa. Conforme observam, para além das regras gramaticais ou de um tratamento respeitoso com o interlocutor, o uso da linguagem Keigo reflete a hierarquização que está na base da cultura nipônica.

Em *A abordagem ergonômica da atividade docente: uma introdução às noções teóricas e metodológicas*, **Rozania Maria Alves de Moraes** expõe de forma sucinta as bases teórico-metodológicas da autoconfrontação, a abordagem ergonômica voltada para a formação de professores de línguas. Citando uma série de pesquisas já realizadas com base nesse novo paradigma e analisando alguns exemplos da prática de autoconfrontação, a autora vislumbra a possibilidade de se criarem novas ferramentas para a melhoria da formação docente.

Em *Marcas da enunciação no gênero notícia*, **Paulo da Silva Lima** toma por base conceitos da Teoria da Enunciação para analisar as marcas de subjetividade em textos de um jornal publicados em um caderno destinado ao público infantil. O uso da debreagem e da embreagem é ressaltado pelo autor quando este observa que, apesar de a notícia constituir-se como um gênero supostamente “objetivo”, por ser no caso dirigida a crianças, apresenta marcas de proximidade e de subjetividade como forma de influenciar o comportamento do leitor.

No estudo *Entre o hispanismo e o latinismo: representações sociais no discurso hispânicos na Web 2.0*, **Lucineudo Machado Irineu** e **Edilene Rodrigues Barbosa** tomam por base a Análise Crítica do Discurso e a Teoria das Representações Sociais para investigar, na interação entre membros de uma comunidade do Orkut, as crenças de hispânicos latino-americanos sobre o Outro, no caso, os brasileiros, latino-americanos não hispânicos. Na análise, orientada pelas categorias de Van Dijk, os autores constatam, entre outros resultados, uma tendência dos sujeitos hispânicos a afirmar no discurso sua identidade hispânica. Essa afirmação de valores sociais próprios da comunidade, não dos indivíduos, seria favorecida pelo tipo de interação em rede.

No texto que fecha esta coletânea, *O discurso amoroso de Werther e Charlotte*, **Victor Hugo da Silva Vasconcellos** toma por base algumas noções da Análise do discurso de linha francesa para tratar do discurso amoroso em duas cartas de Werther enviada a Wilhelm, personagens da obra de Goethe Os Sofrimentos do Jovem Werther. O autor defende a ideia de que o discurso amoroso cria uma nova cena englobante dentro do discurso literário.

Agradecemos a valiosa contribuição dos autores e convidamos os leitores a tirarem proveito das ricas discussões apresentadas nesta coletânea.

Maria Helenice Araújo Costa e Iúta Lerche Vieira (Organizadoras)

LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL: LINGUÍSTICA TEÓRICA OU APLICADA?

*Pedro Henrique Lima Praxedes Filho (UECE)**

RESUMO

Neste ensaio, pretendo demonstrar que a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), tal como proposta por Michael Halliday, é, a um só tempo, linguística teórica (LT) e linguística aplicada (LA), mas transcendendo ambas e podendo ser considerada linguística aplicável. Para atingir esse objetivo, discorrerei, a princípio, sobre as definições de LT e LA, mostrando que a segunda derivou da primeira, tendo, depois, dela se distanciado; ademais, tentarei explicar a razão do distanciamento e a afinidade da LSF com a LT do ponto de vista da descrição e tipologia linguísticas. Em seguida, dentro do escopo da LT, abordarei as diferenças entre formalismo e funcionalismo tendo em vista a localização epistemológica da LSF. A partir da explicitação dessa localização, definirei ‘sistêmico’ e ‘funcional’ com a intenção de argumentar a favor tanto do fato de que a semântica sistêmico-funcional pode prescindir da disciplina ‘pragmática’ quanto do fato, portanto, de que a LSF é compatível com a LA. Por fim, tentarei construir a argumentação a favor da terceira via: LSF como linguística aplicável.

Palavras-chave: Linguística Sistêmico-Funcional; Linguística Teórica; Linguística Aplicada; Linguística Aplicável.

ABSTRACT

In this essay, I intend to demonstrate that Systemic-Functional Linguistics (SFL), as proposed by Michael Halliday, is simultaneously theoretical linguistics (TL) and applied linguistics (AL), transcending, however, both as it can be considered applicable linguistics. In order to reach this aim, I present, at first, definitions of TL and AL, showing that the latter has derived from the former but, afterwards, has distanced itself from TL; moreover, I attempt to explain the reason for the distancing as well as SFL's affinity with TL from the viewpoint of linguistic description and typology. Secondly and within the scope of TL, I discuss the differences between formalism and functionalism for the purpose of locating SFL epistemologically. Based upon such localization, I define ‘systemic’ and ‘functional’ with the intention of arguing for both the fact that systemic-functional semantics can dispense with the discipline ‘pragmatics’ and the fact that SFL is, hence, compatible with AL. Lastly, I attempt to construe the argument in favor of the third alternative: SFL as applicable linguistics.

Keywords: Systemic-Functional Linguistics; Theoretical Linguistics; Applied Linguistics; Applicable Linguistics.

* Professor Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada – PosLA – UECE
Email: pedro.praxedes@uece.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Início, trazendo a voz de Christie (2004, p. 14) sobre a teoria linguística proposta por Halliday (1978, 1985a, 1994) bem como Halliday e Matthiessen (2004, 2014):

Uma das distinções conhecidas é aquela frequentemente feita entre linguística teórica e aplicada e, como a maioria das distinções desse tipo, tem seu valor. ... **No entanto, pelo menos na tradição linguística sistêmico-funcionalista, a distinção entre interesses aplicados e teóricos não é clara.** Qualquer estudo sobre o desenvolvimento da LSF [Linguística Sistêmico-Funcional] durante **os últimos 50 a 60 anos ou mais demonstra o quanto os interesses da teoria têm sido tanto teóricos como aplicados, de forma tal que, em algumas situações, a distinção não é nem mesmo útil!**. (ênfases minhas).

Se, quando se trata da LSF, a distinção entre linguística teórica (LT) e linguística aplicada (LA) não é clara nem mesmo útil, cabe perguntarmos: Afinal, a LSF é LT ou LA?

Mahboob e Knight (2010) postulam que a LSF não é nem LT nem LA! Para eles, seguindo o próprio Halliday (2006a,b), a LSF é linguística aplicável (*appliable linguistics*)! Eu ousou dizer que a teoria hallidayana é simultaneamente LT e LA, transcendendo-as e passando a ser denominada, portanto, de linguística aplicável (*appliable linguistics*, mas não *applicable linguistics*²).

Para entendermos a razão pela qual defendo o argumento de um status híbrido para a LSF e, ao mesmo tempo, transcendente no sentido de eu me alinhar com Halliday (2006a,b), juntamente com Mahboob e Knight (2010), quanto a conferir-lhe um rótulo alternativo – o que poderíamos chamar de terceira via –, faz-se necessário que eu, inicialmente, tente definir, mesmo que simplisticamente, LT e LA.

1. LT-LA E SUAS RELAÇÕES COM A LSF

A LT, por um lado, é uma ciência autônoma que desenvolve teorias descritivas sobre as línguas naturais humanas em geral ou sobre uma língua natural humana em particular, sendo a descrição feita dos pontos de vista: do sistema de significados ou semântica, do sistema de formas ou morfossintaxe, do sistema de sons ou fonologia, dos sons ou fonética. Portanto, a LT é também chamada de linguística descritiva, pois se ocupa em descrever os estratos semântico, morfossintático, fonológico e fonético das línguas naturais humanas³ a fim de comparar umas com as outras, classificá-las em tipos (tipologia) etc.

¹ Minha tradução para: “A familiar distinction is often made between theoretical and applied linguistics, and like most such distinctions, it has its values. ... Nonetheless, at least in the systemic functional linguistic (SFL) tradition, the distinction between applied and theoretical interests is not clearcut. Any study of the emergence of the SFL theory over the last 50 to 60 years or so demonstrates how much the interests of the theory have been both theoretical and applied, so that in some senses the distinction is not even helpful”. Doravante, todas as traduções de citações em inglês são igualmente de minha autoria.

² É o próprio Halliday (2006b, p. 19) quem faz essa distinção, a qual retomarei mais adiante quando trarei sua voz para que ele mesmo a explique.

³ Por línguas naturais humanas, entendo todas as línguas orais-auditivas e todas as línguas visio-espaciais, como a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), deixando de fora as línguas artificiais da programação computacional ou Inteligência Artificial.

Assim sendo, **a LSF é LT** porque, dentre outras tarefas, faz descrição, comparação e tipologia linguísticas. Contudo, há de se fazer uma ressalva terminológica em decorrência de sua filiação epistemológica a uma tradição retórico-etnográfica (RE) em contraponto a uma tradição lógico-filosófica (LF)⁴: ao invés de morfologia e sintaxe ou morfossintaxe, o estrato das formas é chamado de lexicogramática⁵.

Por outro lado, a LA, para Berns e Matsuda (2010), tem sua história caracterizada por dois posicionamentos epistemológicos:

- Do início dos anos 1940 nos EUA até o final da mesma década:

A LA é totalmente dependente da LT – considerada, pois, sua disciplina mãe –, sendo esta a **única** fonte de informação teórico-metodológica daquela, o que exige necessariamente, por parte do aspirante a linguista aplicado, formação acadêmica em LT para que possa aplicar suas teorias descritivas na solução de problemas cotidianos relacionados à linguagem verbal. Nesse início, o objeto da LA se restringia a um único problema cotidiano relacionado à linguagem verbal: o ensino de línguas adicionais, especialmente o inglês.

⁴ Para Halliday e Matthiessen (1999, p. 416-418), as distinções são: na LF, o significado transcende à língua (está fora dela), a unidade de significação é a proposição codificada na sentença (semântica proposicional), a semântica é unifuncional (conteúdo) e a organização linguística é sintagmática (língua como regra); na RE, o significado é imanente (está dentro da língua, sendo nela e por ela construído em relação dialética com o contexto), a unidade de significação é o texto (semântica do texto/discurso), a semântica é plurifuncional (conteúdo, interação, textura) e a organização linguística é paradigmática (língua como recurso). Enquanto a LF procura responder perguntas de cunho filosófico quanto à natureza e origem do conhecimento (filosofia clássica) e usa categorias lógicas (Sujeito-SN + Predicado-SV) em exemplos inventados a partir da “poltrona do filósofo”, a RE procura responder perguntas de cunho retórico quanto à construção de significados através de textos em contexto socio-cultural, usando, então, categorias retóricas (Tema + Rema, por exemplo) em exemplos tomados do cotidiano das pessoas a partir do “trabalho de campo do etnógrafo” (MATTHIESSEN, 1995, p. 64). A LSF não se alinha, pois, com a filosofia clássica, mas o faz com a filosofia da linguagem cotidiana. O sistemicista David Butt assim se refere a Bronislaw Malinowski (antropólogo) e John Firth (linguista), cujo trabalho conjunto foi continuado por Michael Halliday: “...Malinowski (1884-1942) enfatizou a importância ... de se considerar a língua como modo de ação...”, o que “...antecipa muito dos argumentos posteriores de Wittgenstein (1974 [1953])...” (original: “...Malinowski (1884-1942) emphasised the importance ... of regarding language as a mode of action.... This view ... anticipates much of the later arguments of Wittgenstein (1974 [1953])...”); “[d]a mesma forma que seu contemporâneo Wittgenstein, Firth enfatizou o caráter dos eventos linguísticos: atualizados, instanciados em comportamento e dependentes de ... variados propósitos humanos (diferentes jogos de linguagem)...” (original: “Like his contemporary, Wittgenstein, Firth emphasised the character of language events - actualised, instantiated in behaviour, and contingent upon ... varieties of human purpose (different language games)...”) (BUTT, 2001, p. 1810/1813). As sistemicistas Ruqaiya Hasan e Gillian Perrett mencionam John Austin assim: “Dizer que os falantes podem fazer ... ‘coisas com as palavras’ (AUSTIN, 1962) é dizer que a língua tem uma metafunção interpessoal” (original: “To say that speakers are able to do ... ‘things with words’ (Austin 1962) is to say that language has an interpersonal metafunction”) (HASAN; PERRETT, 1994, p. 183). Além do mais, Halliday e Matthiessen (1999, p. 17) defendem que a LSF é uma teoria construcionista: “...a realidade é incognoscível: as únicas coisas que são conhecidas são nossas construções da mesma...” (original: “...reality is unknowable; the only things that are known are our construals of it...”).

⁵ Halliday (1994, xiv) apresenta dois argumentos: 1) a gramática contém em si a sintaxe, o vocabulário e a morfologia (línguas flexionais), com a estrutura e o vocabulário pertencendo ao mesmo estrato ou nível de abstração, o das formas, pois o léxico é a gramática mais delicada/refinada/detalhada (HALLIDAY; MATHIESSEN, 2014, p. 67); 2) o termo sintaxe pressupõe a prevalência da forma sobre a função/uso/significado e a LSF assume a postura da sínese, com sua direção de prevalência contrária: a função/uso/significado tem precedência sobre a forma (Ver Quadro 1).

- Dos anos 1950 até hoje:

A LA passa a ser uma área igualmente autônoma que, para a solução de problemas cotidianos relacionados à linguagem verbal, recorre a teorias e abordagens metodológicas de quaisquer áreas do conhecimento, incluindo a LT, o que faz dela uma área interdisciplinar, não exigindo mais, por parte do aspirante a linguista aplicado, formação acadêmica específica em LT. Esse novo posicionamento epistemológico leva Brumfit (1995, p. 27) a propor a seguinte definição: a LA se ocupa da “...investigação **teórica** e **empírica** de problemas do mundo real nos quais a linguagem é a questão central”^{6,7}, (ênfases minhas).

Portanto, pode-se dizer, grosso modo, que a LA é uma ciência autônoma que parte de uma visão interdisciplinar da linguagem verbal humana a fim de encontrar **soluções para problemas** cotidianos relacionados às línguas naturais. Os problemas são apresentados pelos usuários das línguas, sejam eles professores dessas línguas, fonoaudiólogos, tradutores, intérpretes, críticos literários, lexicógrafos, terminógrafos, proponentes de políticas linguísticas etc. As soluções são encontradas pelo linguista aplicado através da **pesquisa teórica** por ele conduzida. A autonomia da LA chegou a um ponto de exacerbação tal, que a sua interdisciplinaridade passou a ser entendida assim: “A fim de que o linguista aplicado possa desenvolver teorias tendo em vista propor – a partir delas –, soluções para problemas cotidianos de comunicação verbal, ele deve recorrer a disciplinas tais como a Antropologia, Sociologia, Psicologia, Educação, Computação, Filosofia, História, Direito, Medicina (Social) etc. e pode até recorrer à LT!”.

Impõe-se, então, a pergunta sobre a razão pela qual a LA se distanciou tanto da LT com o advento de seu novo posicionamento epistemológico. Vimos que a LA nasceu nos EUA. Além disso, há de se considerar que o único ‘locus’ onde ela poderia encontrar seus “...problemas [cotidianos] do mundo real nos quais a linguagem é a questão central”, retomando a citação de Brumfit (1995, p. 27), seria a língua em uso em contexto social, havendo, pois, a necessidade de “...levar os significados em consideração”⁸ (MAHBOOB; KNIGHT, 2010, p. 2). De modo mais detalhado, Mahboob e Knight (2010) assim se posicionam:

[D]efendemos que esse distanciamento ... foi uma resposta à natureza das teorias linguísticas que eram (e continuam a ser) hegemônicas nos EUA, por exemplo, a linguística gerativa. O paradigma formalista, que é dominante nos EUA, prioriza a ‘langue’ (sistema) em detrimento da ‘parole’ (língua em uso/texto como instância do sistema). Como tal, a linguística [teórica] retirou seu foco de uma discussão sobre a língua tal como é usada e tal como varia em contexto social, o que limita sua utilidade para os linguistas aplicados...⁹ (p. 2).

⁶ “...theoretical and empirical investigation of real-world problems in which language is a central issue”.

⁷ O novo posicionamento é encampado pela LA no Brasil através de linguistas aplicados como, dentre outros, Luiz Paulo da Moita Lopes-UFRJ, Ines Signorini e Marilda do Couto Cavalcanti-UNICAMP, Luís Passeggi-UFRN (MOITA LOPES, 1996, PASSEGGI, 1998, SIGNORINI; CAVALCANTI, 1998).

⁸ “...to take meaning into consideration”.

⁹ “...we posit that this shift ... was a response to the nature of the theories of language that were (and continue to be) mainstream in the United States, for example, generative linguistics. The formalist paradigm, which is dominant in the United States, prioritizes ‘langue’ (system) over ‘parole’ (language use/text as an instance of the system). As such, linguistics has moved its focus away from a discussion of language as it is used and as it varies in social context. This limits its usefulness for applied linguists...”

Por falar em paradigma formalista, a LT se subdivide em duas abordagens teóricas quanto à descrição das línguas: a formalista e a funcionalista. O Quadro 1 traz as principais diferenças entre o formalismo e o funcionalismo linguísticos segundo Neves (1997) e Schiffrin (1994).

FORMALISMO		FUNCIONALISMO	
NEVES (1997)	SCHIFFRIN (1994)	NEVES (1997)	SCHIFFRIN (1994)
aborda a língua como objeto autônomo	aborda a língua como sistema autônomo	aborda a língua como entidade não autossuficiente	aborda a língua como sistema encravado no social
	considera a língua principalmente como fenômeno mental		considera a língua principalmente como fenômeno social
	postula que os universais linguísticos resultam de uma herança linguística genética compartilhada por todos os humanos		postula que os universais linguísticos resultam dos usos comuns que todos os humanos fazemos da língua em sociedade
	explica a aquisição de L1 através de uma capacidade humana mental e inata para aprender línguas		explica o desenvolvimento de L1 através do processo de surgimento de necessidades comunicativas na criança dentro de seu grupo social
investiga a estrutura sem levar em conta o uso		investiga a estrutura como realização de significados veiculados no uso	
lida com as formas desconsiderando o contexto social		lida com a relação sistemática entre formas e funções dentro do contexto social	
vê as formas como sendo o foco primeiro em detrimento das funções		vê as funções das formas como sendo o foco primeiro	

Quadro 1 - Diferenças entre formalismo e funcionalismo segundo Neves (1997) e Schiffrin (1994)

Enquanto o gerativismo de Noam Chomsky é uma teoria formalista, a LSF de Michael Halliday é uma teoria funcionalista. Portanto, **a LSF é compatível com os anseios da LA!** (língua não autossuficiente / encravada no social / fenômeno social / universais linguísticos ↔ usos comuns das línguas em sociedade / L1 ↔ desenvolvimento das necessidades comunicativas da criança em sociedade / estrutura = realização de significados em uso / relação entre formas e funções em contexto / as funções precedem as formas). Porém, a LSF, além de funcionalista, é também sistêmica. Mas o que significa ‘sistêmico’ e ‘funcional’ no nome da teoria hallidayana? Qual é a relação entre a LSF e a disciplina ‘pragmática’?

2. LSF E ‘PRAGMÁTICA’

Para que eu possa discorrer sobre a relação entre a LSF e a disciplina ‘pragmática’, é necessário que, antes, eu explicito os significados de ‘sistêmico’ e ‘funcional’ e, a partir daí, descreva, breve e esquematicamente, a arquitetura linguística proposta pela LSF.

Em função de sua filiação à RE (Ver Nota de rodapé 5), a LSF é ‘sistêmica’ porque não considera as línguas como conjuntos de regras usadas para formar estruturas. Considera-as como conjuntos de recursos de significados, formas e expressões dentre os quais fazemos escolhas, o que implica que as línguas são potenciais de recursos organizados em sistemas, implicando, por fim, que cada uma, seja oral-auditiva ou visio-espacial, é um sistema de sistemas formalizado via redes de sistemas de significados, lexicogramaticais, fonológico-fonéticos, grafológico-graféticos (línguas não-ágrafas). Antes de serem ‘encadeamento’ (estrutura=dimensão organizacional sintagmática), as línguas são ‘escolha’ (potencial sistêmico no polissistema ou rede de sistemas=dimensão organizacional paradigmática), sendo a dimensão de ‘encadeamento’ mera realização da dimensão de ‘escolha’¹⁰.

Quanto ao ‘funcional’, as quatro razões são as seguintes:

1. A LSF postula que uma língua é ação em contexto, o que implica que é a língua em uso que nos permite funcionar / agir em nossos contextos sociais cotidianos. Uma língua tem função de / é usada para viabilizar a vida das pessoas em seus contextos de situação (social locais) dentro do contexto maior da cultura/sociedade, o que significa que a vida em sociedade / a estrutura social só existe porque existe língua e a língua só existe porque a espécie humana foi capaz de se organizar em sociedade.

2. Trata, na perspectiva da interpessoalidade, das funções discursivas ou papéis discursivo-sociais: (a) dar informação (declarar), (b) demandar informação (perguntar), (c) dar bens e serviços (oferecer), (d) demandar bens e serviços (comandar).

3. Trata, ainda, das funções universais da linguagem verbal ou metafunções:

3.1 Ideacional: função reflexiva; o falante é observador do entorno e do mundo interior.

3.1.1 Ideacional-experiencial: função de conteúdo → somos capazes de representar – subjetiva e individualmente, a partir de nossa situacionalidade sócio-histórica-ideológica –, as experiências humanas cotidianas que ocorrem nos mundos exterior e interior.

¹⁰ Aqui, vale notar que a LSF, apesar de se apoiar nas relações paradigmáticas vs. sintagmáticas saussurianas, rejeita não só a dicotomia chomskyana ‘competência’ (pois conhecimento idealizado de um conjunto de regras) vs. ‘desempenho’ (pois manifestação adulterada porque permeada por fatores irrelevantes: crenças, contexto social etc.) como também a dicotomia ‘langue’ (pois monossistema meramente coletivo) vs. ‘parole’ (pois uso original) do linguista genebrino. Halliday (1978, p. 52) defende que “...a única distinção que se sustenta é aquela entre o *atual* [o que é feito em contexto social] e o *potencial* [o que pode ser feito em contexto social]...” (original: “...the only distinction that remains is that between the *actual* and the *potential*...”). Ademais, o ‘potencial’ e o ‘atual’ não se relacionam dicotomicamente mas através do contínuo de instanciação (especificação). O ‘potencial’ polissistêmico dentro do contexto de cultura/sociedade (por sua vez, dentro do ‘potencial’) – antes de se especificar no ‘atual’ ou instância textual (texto oral, sinalizado, escrito) em relação dialética com uma dada instância do contexto de cultura/sociedade, que é o contexto de situação (social local) –, passa por uma zona de generalização intermediária: o ‘subpotencial’ ou registro/gênero em relação dialética com dado subconjunto do contexto de cultura/sociedade ou tipo de situação.

3.1.2 Ideacional-lógica (lógica natural ou da linguagem do cotidiano e não proposicional, segundo Halliday e Matthiessen (1999)): função de sequenciamento → somos capazes de sequenciar as representações subjetivas, individuais e situadas que fazemos das experiências em complexos experienciais.

3.2 Interpessoal: função acional; função de (inter)ação / participação; o falante é intruso / participante → somos capazes de agir, dentro da estrutura social, sobre os outros, fazendo-os reagir; é uma ação de trocas, com os outros, de experiências subjetivamente representadas e sequenciadas (interpessoal-negociação) e de construção, nas relações de negociação ou dialógicas com os outros, da maioria de nossas identidades¹¹, ao expressarmos nossas avaliações/interpretações das experiências humanas cotidianas (interpessoal-avaliatividade).

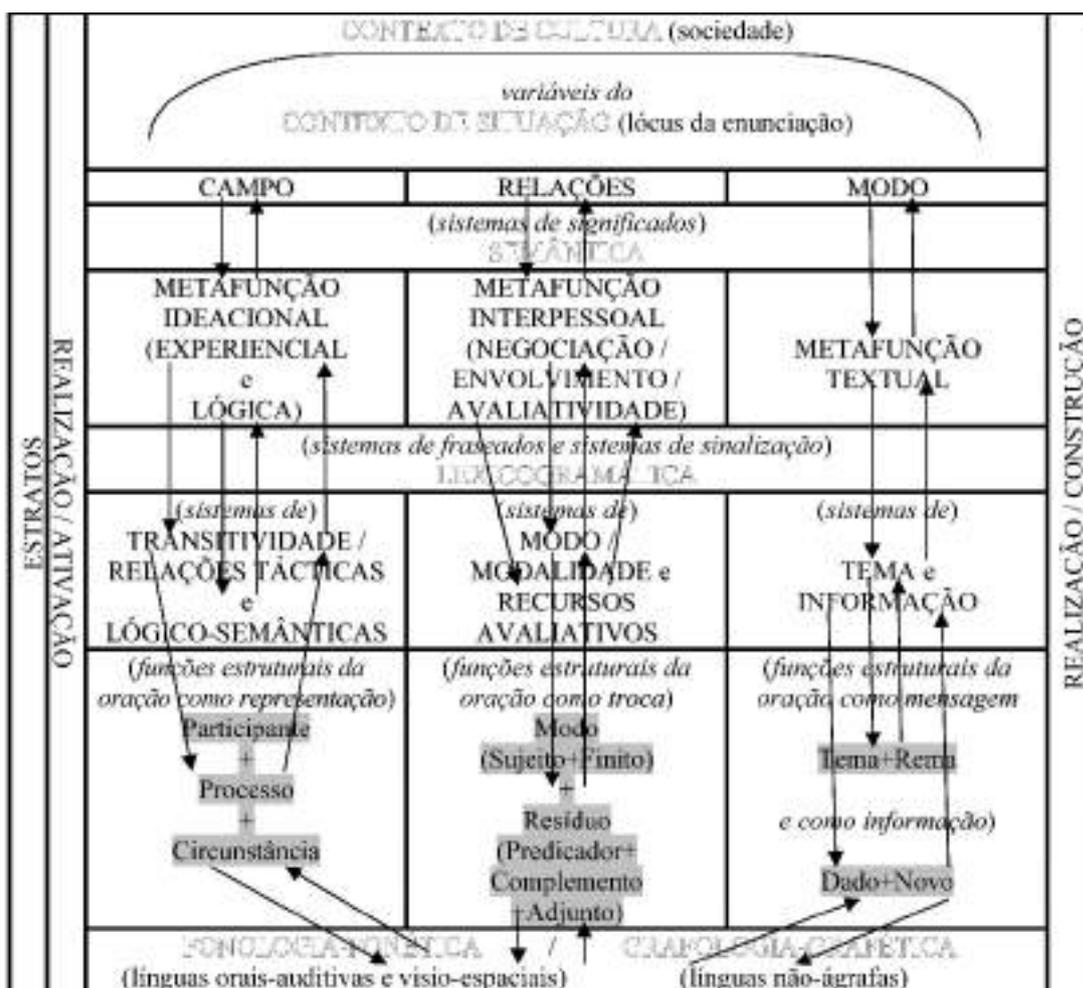
3.3 Textual: função instrumental, viabilizadora; o falante é usuário da língua, ao mesmo tempo em que é observador e intruso → somos capazes de compor textos orais/sinalizados ou escritos coesos e coerentes, através dos quais trocamos com os outros (interpessoal) experiências subjetivamente representadas e sequenciadas (ideacional).

4. Trata, ainda, das funções configuracionais ou estruturais que realizam as escolhas sistêmicas feitas nas redes de sistemas lexicogramaticais, formando, pois, configurações ou estruturas em que os constituintes se relacionam funcionalmente uns com os outros na hierarquia da oração ou do grupo-frase ou da palavra ou do morfema (Ver Linha 7 no Quadro 2).

É a semântica o estrato onde estão as metafunções das línguas ou as três grandes áreas de significados universais. Para cima, o estrato da semântica constrói / realiza as três variáveis do contexto de situação (social local) (campo, relações, modo), que se constitui em um estrato extralinguístico, pois as línguas, como vimos, não são autônomas/autossuficientes. Para baixo, o estrato da semântica ativa as / é realizado pelas três áreas principais do estrato da lexicogramática (transitividade + relações táticas e lógico-semânticas, modo + modalidade + recursos avaliativos, tema + informação), o qual ativa a / é realizado pela expressão fônica/sinalizada ou gráfica. O Quadro 2 sintetiza a arquitetura linguística proposta pela LSF.

Pelas definições de ‘sistêmico’ e ‘funcional’ e pelo tipo de arquitetura linguística apresentada, fica claro que a LSF, ao descrever línguas, o faz para poder falar sobre seus usos no contexto mais amplo da cultura ou sociedade e, especialmente, no contexto imediato da situação onde a enunciação se dá, onde os textos falados/sinalizados ou escritos são construídos.

¹¹ Do meu ponto de vista, com base na minha experiência de vida a partir da primeira infância e da experiência de vida de outras tantas pessoas LGBTTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) que conheço e com as quais converso, não posso, sob pena de ser absolutamente incoerente com o que sei que sou e com o que passei a saber que essas outras pessoas são, deixar de excluir da construção socio-semiótica ou socio-discursiva das identidades humanas, as identidades de orientação sexual (homossexual, pansexual, assexual, bissexual, heterossexual) e de gênero (transexual e cissexual), as quais, para mim, são características com as quais grande parte de nós LGBTTs nascemos, sendo de origem socio-discursiva apenas o modo como as ‘encenamos’ no cotidiano; não descarto, contudo, por pensar nessas identidades como partes de contínuos, que possam existir pessoas para as quais elas sejam construídas socio-discursivamente. Este é um posicionamento político-acadêmico pessoal.



Quadro 2 - sintetiza a arquitetura linguística proposta pela LSF.

Quanto à disciplina ‘pragmática’, Mahboob e Knight (2010) dizem que, “...com seu foco na língua em uso, ela ganhou o interesse da LA (diferentemente da linguística gerativa...) porque estuda a língua em contexto e, portanto, contempla as necessidades dos linguistas aplicados. ... [P] ara ter relevância e utilidade, [a LT] precisa eleger a língua em uso e os significados como ponto de partida”¹² (p. 3).

Mas onde está a pragmática na LSF para que ela seja relevante e útil para a LA? Não acabamos de ver que a LSF só contempla o contexto, a semântica, a lexicogramática e os estratos da expressão? Halliday e Matthiessen (1999, p. 12) argumentam que “[n]ão existe um componente separado ‘pragmática’ na nossa ... teoria”¹³.

¹² “Pragmatics, with its focus on language in use, has been gaining interest in applied linguistics (unlike generative linguistics...) because it studies language in context and therefore resonates with the needs of applied linguists. ... [T] o be of relevance and use, linguists need to take language use and meaning as a starting point”.

¹³ “[t]here is no separate component of ‘pragmatics’ within our ... frame”.

A inexistência começa a ser explicada através do fato de Matthiessen e Bateman (1991) defenderem que a LSF, a Gramática Estratificacional de Lamb e a Tagmêmica de Pike “...são provavelmente as três únicas teorias [linguísticas] abrangentes com uma longa tradição de pesquisa”, sendo a LSF “...claramente a mais abrangente...”¹⁴ (p. 57/58). Eles justificam essa posição dizendo:

[E]xistem, na verdade, muito poucas teorias linguísticas que são suficientemente abrangentes, isto é, a maioria das atuais teorias não são teorias da língua mas teorias de sintaxe, sintaxe e morfologia, ou sintaxe, morfologia e fonologia; ... elas não cobrem a semântica de um modo abrangente, o discurso ou a organização discursiva, a coesão, o contexto e o registro (variedade funcional)¹⁵ (p. 57).

Se outras teorias não abordam a semântica de um modo abrangente, **a LSF o faz**. Isso significa que a semântica das teorias formalistas restringe-se somente ao componente ideacional, deixando de fora os componentes interpessoal e textual. A LSF, ao contrário, dá conta dos três simultaneamente (ver nota de rodapé 5). Uma vez que os dois últimos tratam da interação verbal e da formação de textos (língua em uso) – tradicionalmente consideradas o escopo da disciplina ‘pragmática’ –, Halliday (1994, p. xiv) diz, nas entrelinhas, que sua teoria pode dispensá-la como complemento à semântica. Halliday e Matthiessen (1999) são explícitos e afirmam:

[A] pragmática tem servido como termo alternativo para os domínios interpessoal e textual da semântica. ...[M]as parece indesejável obscurecer a relação entre o significado ideacional por um lado e os significados interpessoal e textual por outro lado, colocando-os em disciplinas diferentes. (p. 12)

Na tradição lógico-filosófica, o significado é intimamente associado com representação, referência, denotação, extensão ou conteúdo; então, o escopo metafuncional restringe-se à metafunção ideacional: semântica significa semântica ideacional. Na tradição retórico-etnográfica, o significado é intimamente associado com questões retóricas; então, o escopo metafuncional envolve as três metafunções: semântica significa semântica ideacional, interpessoal e textual; é multifuncional. Se os significados interpessoal e textual são tratados pela tradição lógico-filosófica ..., eles são estudados sob a rubrica pragmática ao invés de semântica.¹⁶ (p. 417).

¹⁴ “...are probably the only three comprehensive theories with a long tradition of research” / “...clearly the most comprehensive...”.

¹⁵ “[T]here are, in fact, few linguistic theories that are comprehensive enough. That is, most current linguistic theories are not theories of language but theories of syntax, syntax and morphology, or syntax, morphology, and phonology; ...they do not cover semantics in a general way, discourse or discourse organization, cohesion, context, and register (functional variation)...”.

¹⁶ “[P]ragmatics has served as an alternative term for the interpersonal and textual domains of semantics. ... [B]ut it seems undesirable to obscure the relationship between ideational meaning on the one hand and interpersonal and textual meaning on the other hand by locating them within different disciplines”.

“In the logico-philosophical orientation, meaning is closely associated with representation, reference, denotation, extension or ‘aboutness’, so the metafunctional scope is restricted to the ideational metafunction: semantics means ideational semantics. In the rhetorical-ethnographic orientation, meaning is closely associated with rhetorical concerns, so the metafunctional scope involves all three metafunctions; semantics means ideational, interpersonal and textual semantics; it is multifunctional. If interpersonal and textual meanings are dealt with by logico-philosophical accounts ..., they are handled under the heading of pragmatics rather than the heading of semantics”.

Logo, como a LA, em sua versão interdisciplinar, só encontra subsídio teórico, quanto à LT, na disciplina ‘pragmática’ e como a LSF é a única teoria linguística cuja semântica se confunde com a pragmática, **fica confirmado, portanto, que a LSF é compatível com a LA**. Além disso, o próprio Halliday (1985b, p. 7) assim se refere à sua teoria descritiva: “...o valor de uma teoria está no uso que se possa fazer dela. ... Sempre considerei que uma teoria linguística deva ser essencialmente orientada para o consumidor”¹⁷.

Objetivando a consolidação do argumento de que a **LSF é simultaneamente LT e LA**, o Quadro 3 mostra as áreas de pesquisa cobertas ao redor do mundo pela LSF (MATTHIESSEN, 2009) em comparação com as áreas tradicionalmente cobertas pela LT e aquelas cobertas no congresso da *Association Internationale de Linguistique Appliquée (AILA)* em agosto de 2014: *AILA World Congress 2014* (<http://www.aila2014.com/index.html>).

LSF	
descrição, comparação e tipologia	LT
	AILA 2014
ontogênese primária (desenvolvimento de L1)	aquisição da primeira língua
estudos multilíngues/ ontogênese secundária (desenvolvimentos de línguas adicionais)	aquisição de segunda língua
linguística educacional / estudos multissemióticos	leitura, escrita e letramento visual
ontogênese linguística (primária e secundária)	psicolinguística
linguística educacional	ensino da língua materna
linguística educacional	ensino da língua padrão
linguística educacional / estudos multilíngues / ensino de L2	ensino de segunda língua/língua estrangeira e formação do professor
estudos multilíngues / linguística educacional / estudos culturais	língua e educação em ambientes multilíngues
linguística educacional	tecnologia educacional e aprendizagem de língua
linguística educacional	avaliação de desempenho linguístico
linguística organizacional / linguística institucional	comunicação profissional e nos negócios
estudos multilíngues / estudos da tradução e interpretação	tradução, interpretação e mediação
linguística forense	língua e a lei/linguística forense
linguística organizacional linguística institucional	língua e o lugar de trabalho
linguística da mídia / linguística publicitária	língua na mídia e discurso público
linguística clínica	língua, saúde e envelhecimento
análise de gênero e registro / tipologia linguística / descrição	sociolinguística
linguística educacional	política e planejamento linguísticos
estudos multilíngues / estudos culturais / ontogênese linguística (primária e secundária)	bilinguismo e multilinguismo
estudos multilíngues / estudos culturais	comunicação intercultural
análise do discurso / análise crítica do discurso / análise positiva do discurso ¹⁸ / análise estratégica do discurso / estudos culturais / linguística ética	língua e ideologia
estudos culturais / análise do discurso / análise crítica do discurso / análise positiva do discurso / análise estratégica do discurso / linguística ética / ontogênese linguística (primária e secundária)	língua, cultura e socialização

¹⁷ “...the value of a theory lies in the use that can be made of it. ... I have always considered a theory of language to be essentially consumer oriented”.

¹⁸ O sistemicista proponente da APD, Jim Martin, assim se refere a ela: A APD “...complementa a ACD [análise crítica do discurso], focalizando os discursos cujo objetivo é transformar o mundo em um lugar melhor...” (MARTIN, 2006, p. 178). (original: “...complements CDA by focussing on discourses that are designed to make the world a better place...”).

estudos culturais / estudos multilíngues / descrição	inglês como língua franca e ingleses ao redor do mundo
linguística computacional	língua e tecnologia
análise de gênero e registro / estudos culturais / linguística ética / linguística educacional / linguística organizacional / linguística institucional / linguística da mídia / linguística publicitária / linguística clínica / estudos multissemióticos / linguística forense	língua e interação social
análise de gênero e registro / estudos culturais / linguística ética / linguística educacional / linguística organizacional / linguística institucional / linguística da mídia / linguística publicitária / linguística clínica / estudos multissemióticos / linguística forense	Pragmática
estudos multissemióticos	Multimodalidade
linguística de corpus	linguística de corpus
análise do discurso / análise crítica do discurso / análise positiva do discurso / análise estratégica do discurso	análise do discurso
linguística artística / linguística estética / arte verbal	retórica e estilística
lexicologia (HALLIDAY et al, 2004, HALLIDAY; YALLOP, 2007)	lexicografia e lexicologia
linguística epistemológica	?
Ecolinguística	?

Quadro 3 - Áreas cobertas pela LSF, LT e LA

Como podemos ver, a LSF se iguala à LT e vai um pouco além da LA!

3. FINALMENTE A LSF COMO LINGUÍSTICA APLICÁVEL

Um dos aspectos importantes característicos da LSF que contribuiu para que Halliday (2006a,b) a considerasse linguística aplicável tem a ver com esta citação de Mahboob e Knight (2010, p. 3):

[C]riticamos áreas da linguística hegemônica por não desenvolverem teorias que contemplem as necessidades dos linguistas aplicados. Contudo, podemos também criticar a LA por não ter contribuído para nem trabalhado em direção a uma teoria linguística abrangente¹⁹.

A explicação mais provável quanto a não retroalimentação da LT pela LA é o fato de esta ter optado por se distanciar daquela. Sobre a necessidade de não-distanciamento, Halliday (2006b, p. 19) diz:

Sempre tentei trabalhar a partir de uma orientação funcional em relação à língua, mas sem evitar teorizar, porque, sem teoria, não pode haver uma prática consistente e efetiva. Contudo, trato a teoria como um empreendimento do tipo ‘solução de problemas’ e tento desenvolver uma abordagem teórica e um modelo teórico de língua que possam ter relevância quanto às atividades e tarefas do cotidiano. Dou

¹⁹ “[W]e have criticized areas of mainstream linguistics for not developing theories that serve the needs of applied linguists. However, we can also criticize applied linguistics for not having contributed to or worked towards a comprehensive theory of language either”.

a isso o nome de linguística ‘*appliable*’: *appliable* ao invés de *applicable* porque a palavra ‘*applicable*’ refere-se a um propósito específico, enquanto ‘*appliable*’ significa ter a propriedade geral de que ela pode ser usada em diferentes contextos operacionais^{20,21}.

Fica claro que a ‘*appliable linguistics*’ hallidayana se caracteriza não só por ser uma teoria com potencial de aplicação em espectro amplo de situações cotidianas, mas também por ter a qualidade da retroalimentação bidirecional entre teoria e prática. A retroalimentação bidirecional está clara e explicitamente posta em Christie (2004, p. 14):

Contribuições teóricas [à LSF] têm tido consequências quanto ao desenvolvimento de áreas aplicadas, enquanto estudos aplicados [em LSF] igualmente retroalimentam estudos teóricos. Uma das áreas mais significativas para a qual a teoria LSF tem contribuído muito é a pesquisa educacional e o desenvolvimento de uma teoria da língua na educação²².

A própria pesquisa de Halliday, ainda ativo aos 89 anos, demonstra, como não poderia deixar de ser, que a LSF é de aplicabilidade ampla e propicia o diálogo teoria-prática. Podemos constatar isso através de Chenguang (2010) quando nos informa que Halliday, no seu discurso de inauguração, em 2006, do *Halliday Centre for Intelligent Applications of Language Studies* na *City University of Hong Kong*,

...examinou como o estudo científico da língua pode ajudar a resolver problemas de comunicação em muitos aspectos da vida moderna, incluindo **educação, cultura, saúde e segurança**. ...Ele tem feito pesquisas a respeito de **muitas situações práticas**, cujos resultados só são eficazes se houver a **aplicação** de um **entendimento teórico** sobre língua passível de resolver problemas...²³ (ênfases minhas).

Penso já ter argumentado o suficiente a favor da minha posição de considerar a LSF simultaneamente LT e LA. Resta argumentar, contudo, a favor do ponto relativo à defesa, pelo fato de eu me alinhar a Halliday (2006a,b) ao considerar a LSF linguística aplicável, da posição de que a LSF transcende a LT e a LA. Defendo esse ponto por entender, como demonstrei no Quadro 3, que a LSF realiza mais que as disciplinas às quais se liga e não congela, em dicotomia estanque, a relação teoria-prática como elas tendem a fazer.

²⁰ Aqui está, pois, a explicação dada pelo próprio Halliday quanto à distinção entre ‘*appliable*’ e ‘*applicable*’.

²¹ “I have always tried to work with a functional orientation to language; not eschewing theory, because without theory there can be no consistent and effective practice, but treating a theory as a problem-solving enterprise and trying to develop a theoretical approach, and a theoretical model of language, which can be brought to bear on everyday activities and tasks. I call this an ‘*appliable*’ linguistics: *appliable* rather than *applicable*, because the word ‘*applicable*’ refers to one particular purpose, whereas ‘*appliable*’ means having the general property that it can be put to use in different operational contexts”.

²² “Contributions in the theoretical sense have had consequences for developments in applied areas, while applied studies have equally tended to rebound back on theoretical studies. One of the most significant areas of work in which SFL theory has made a major contribution is in educational research and in the development of a theory of language in education”.

²³ “...examined how the scientific study of language helps solve communication problems in many aspects of modern life, including education, culture, health and safety. ... He has investigated many activities in which an effective outcome depends on applying a theoretical understanding of language to solving problems...”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após essa discussão e para finalizar, é importante frisar os seguintes pontos:

- A LSF é ‘*applied linguistics*’ por descrever teoricamente a(s) língua(s) (é **LT**) e resolver um largo espectro de problemas práticos do cotidiano em que a língua seja central (é **LA**), promovendo um diálogo bidirecional entre teoria e prática (**vai além da LT e LA**).

- Sendo ‘*applied linguistics*’, a LSF é uma teoria a ser usada como modo de “ação ... para se intervir nos processos sociais e semióticos” (MATTHIESSEN, 2009, p. 12).

- Só que a LSF é um modo de ação híbrido do ponto de vista dos dois posicionamentos epistemológicos da LA: precisa da interdisciplinaridade, mas, ao mesmo tempo, não pode abrir mão de uma teorização robusta e abrangente de língua.

Logo, para a LSF, o papel exercido pela LT na LA, na relação da LT com as demais disciplinas auxiliares (e auxiliadas) no ambiente da interdisciplinaridade, é central e indispensável, o que significa que a LT precisa estar necessariamente presente na formação acadêmica do linguista aplicado.

REFERÊNCIAS

AILA World Congress 2014, 2014, Brisbane, Austrália. Disponível em < <http://www.aila2014.com/index.html>>. Acesso em: 16 mar. 2014.

BERNS, M.; MATSUDA, P. K. Applied Linguistics. In: BERNS, M. (Org.). **Concise encyclopedia of Applied Linguistics**. Amsterdam: Elsevier, 2010. p. 3-13.

BRUMFIT, C. Teacher professionalism and research. In: COOK, G; SEIDLHOFER, B. (Org.). **Principle and practice in Applied Linguistics: studies in honor of H. G. Widdowson**. Oxford: Oxford University Press, 1995. p. 27-41.

BUTT, D. Firth, Halliday and the development of systemic functional theory. In: AUROUX, S.; KOERNER, E. F. K.; NIEDEREHE, H. J.; VERSTEEGH, K. (Org.). **History of the language sciences: an international handbook on the evolution of the study of language from the beginnings to the present**. Berlin e New York: Walter de Gruyter, 2001. p. 1806-1838.

CHRISTIE, F. Systemic Functional Linguistics and a theory of language in education. **Ilha do Desterro**, Florianópolis, n. 46, p. 13-40, 2004.

CHENGUANG, C. **The dialectic of theory and practice: SFL as an applied linguistics**. School of Foreign Languages, Sun Yat-sen University, China, manuscrito, 2010.

HALLIDAY, M. A. K. Working with meaning: towards an applied linguistics. **Inaugural lecture to mark the launch of the Halliday Centre for intelligent applications of language studies at the City University of Hong Kong**, Hong Kong. 2006a.

_____. Some theoretical considerations underlying the teaching of English in China. **The Journal of English Studies**, Chongqing, China, v. 4, p. 7-20, 2006b.

_____. **An introduction to functional grammar**. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.

_____. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1985a.

_____. Systemic background. In: BENSON, J. D.; GREAVES, W. S. (Org.). **Systemic perspectives on discourse** - selected theoretical papers from the 9th International Systemic Workshop. Norwood, NJ: Ablex. 1985b. p. 1-15.

_____. **Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning**. London: Edward Arnold, 1978.

_____.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Halliday's introduction to functional grammar**. 4. ed. London e New York: Routledge, 2014.

_____.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An introduction to functional grammar**. 3. ed. London: Arnold, 2004.

_____.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Construing experience through meaning: a language-based approach to cognition**. London e New York: Continuum, 1999.

_____.; YALLOP, C. **Lexicology: a short introduction**. London e New York: Continuum, 2007.

_____.; TEUBERT, W.; YALLOP, C.; ČERMÁKOVÁ, A. **Lexicology and corpus linguistics: an introduction**. London e New York: Continuum, 2004.

HASAN, R.; PERRETT, G. Learning to function with the other tongue: a systemic functional perspective on second language teaching. In: ODLIN, T. (Org.). **Perspectives on pedagogical grammar**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. p. 179-226.

MAHBOOB, A.; KNIGHT, N. K. Applicable Linguistics: an introduction. In: _____. (Org.). **Applicable Linguistics**. London e New York: Continuum, 2010. p. 1-12.

MARTIN, J. R. Vernacular deconstruction: underpinning spin. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 177-203, 2006.

MATTHIESSEN, C. M. I. M. Ideas & new directions. In: HALLIDAY, M. A. K.; WEBSTER, J. J. (Org.). **Continuum companion to Systemic Functional Linguistics**. London e New York: Continuum, 2009. p. 12-58.

_____. **Lexicogrammatical cartography: English systems**. Tokyo: International Language Sciences Publishers, 1995.

_____.; BATEMAN, J. A. **Text generation and Systemic-Functional Linguistics: experiences from English and Japanese**. London: Pinter, 1991.

MOITA LOPES, L. P. da. **Oficina de Lingüística Aplicada**: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.

NEVES, M. H. de M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PASSEGGI, L. **Abordagens em Lingüística Aplicada**. Natal: EDUFERN, 1998.

SCHIFFRIN, D. **Approaches to discourse**. Oxford: Blackwell, 1994.

SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. **Lingüística Aplicada e transdisciplinaridade**: questões e perspectivas. Mercado de Letras, 1998.

A RECURSIVIDADE COMO PROPRIEDADE ÚNICA E UNIVERSAL DA FACULDADE DA LINGUAGEM

*Sidriana Scheffer Rattova (PUC-RS)**

RESUMO

A noção de recursividade há muito tem desempenhado um papel importante no desenvolvimento do campo da Linguística, mais especificamente na abordagem Gerativa em virtude da sua estreita relação com a sintaxe. Ao mesmo tempo, o conceito de recursividade é uma questão polêmica e tem sido motivo de grande debate na literatura recente (CHOMSKY, HAUSER e FITCH, 2002; PINKER & JACKENDOFF, 2005, entre outros). Não havendo um consenso sobre a sua definição, especula-se que o componente sintático recursivo seja único à linguagem humana e, principalmente, questione-se a sua universalidade. Dessa forma, este artigo procura iluminar as questões problemáticas apresentadas acima, partindo de um panorama dos vários desdobramentos que o conceito apresenta no que diz respeito a seu tratamento na Linguística Cognitiva e culminando com as reivindicações relativamente recentes sobre a centralidade da recursividade no contexto da Biolinguística.

Palavras-chave: Recursividade; Sintaxe; Linguística Cognitiva; Biolinguística.

ABSTRACT

The notion of recursion has long played an important role in developing field of Linguistics, specifically in Generative Approach because of its close relationship with syntax. At the same time, the concept of recursion is a controversial issue and it has been the subject of a great debate in recent literature (CHOMSKY, HAUSER and FITCH, 2002, PINKER and JACKENDOFF, 2005; among others). There is no consensus on its definition, it is speculated that the recursive syntactic component is unique to human language and specially there are doubts about its universality. Thus, this article seeks to illuminate the problematic issues presented above, starting with an overview of the several development that recursion introduces the concept with regard to their treatment in the Cognitive Linguistics, and culminating with the claims relatively recent on the centrality of recursion in Biolinguistic context.

Keywords: Recursion; Syntax; Cognitive Linguistics; Biolinguistic.

* Mestre em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS)

Email: sidri_rottava@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe um estudo sobre o fenômeno recursivo das línguas naturais, partindo de um panorama dos vários desdobramentos que o conceito recursividade apresenta no que diz respeito a seu tratamento na Teoria Linguística.

A noção de recursividade há muito tem desempenhado um papel importante no desenvolvimento do campo da Linguística, mais especificamente na abordagem Gerativa. Porém, o interesse pelo fenômeno recursivo das línguas naturais é bem mais antigo. Descartes procurou sublinhar a diferença entre o homem e o animal através da racionalidade e da variante linguística. Segundo o Filósofo, “não há nenhum homem, mesmo estúpido e louco, incapaz de ‘dispor juntas diversas palavras e de compô-las num discurso’, ao passo que animais, embora perfeitos em sua espécie, ‘não podem falar como nós’, isto é, demonstrando que pensam aquilo que dizem”. (DISCURSO DO MÉTODO, 2002, p. 58). Da mesma forma, dois séculos mais tarde, Wilhelm von Humboldt chamou a atenção à capacidade humana de fazer o uso infinito de meios finitos.

Contudo, Descartes e Humboldt ainda não tinham falado precisamente sobre recursão¹, e infinitude poderia ser produzida por outros meios. Com efeito, foi desde os estudos de Noam Chomsky (1955) que uma teoria formal linguística desenvolveu-se, tendo um modelo matemático preciso de linguagem baseado na recursividade. Chomsky mostrou que a noção central da teoria das funções recursivas formais poderia ser adaptada à linguagem, partindo do pressuposto de que um processo recursivo é aquele que pode reaplicar-se indefinidamente, dando origem a uma estrutura hierárquica, visto que, até o momento, a linguística estruturalista, na sua vertente norte-americana, havia realizado uma descrição das relações estruturais em termos de constituintes imediatos.

No entanto, a noção do termo recursividade é problemática, visto que não há um consenso sobre o seu conceito e as definições disponíveis na literatura, muitas vezes, são vagas e imprecisas na hora de fornecer uma explicação. Certas definições salientam o encaixamento das estruturas recursivas, outras utilizam as regras de estrutura frasal como base, outras, simplesmente, equiparam recursão a repetição ou iteração. Assim, a dificuldade mais significativa em relação às definições é a incapacidade em se fazer três distinções essenciais: recursão não é o mesmo que iteração, recursão não é o mesmo que estrutura frasal e há diferentes tipos de recursão.

Além de todas essas controvérsias e indefinições envolvendo o termo recursividade, há aproximadamente 10 anos, a pesquisa sobre o fenômeno recursivo das línguas naturais passou a delinear-se sob a perspectiva biolinguística e assim um novo viés de pesquisa desenvolveu-se desde o trabalho de Marc Hauser, Noam Chomsky e Tecumseh Fitch (HCF). Com a publicação de um artigo, Hauser et al. (2002) formulam uma nova hipótese envolvendo a recursividade. Neste artigo, os autores diferenciam a faculdade da linguagem entre Sentido Amplo (*Faculty of Language in the Broad Sense - FLB*) e Restrito (*Faculty of Language in the Narrow Sense - FLN*), extraído da Biolinguística a distinção entre os traços humanos que podem ser relegados a capacidades cognitivas gerais que, de acordo com HCF, são compartilhadas com outros animais, e traços que são especificamente humanos. Assim, a FLB é constituída por um sistema sensorio-motor (fonética

¹ Neste artigo, usaremos o termo recursividade ou recursão indistintamente.

e fonologia) intencional-computacional (semântica e pragmática) e computacional interno (sintaxe restrita), que é a faculdade da linguagem em sentido restrito (FLN), sendo que a FLN apenas envolve a propriedade da infinitude discreta, com base na recursividade.

A questão crucial relativa à hipótese de HCF baseia-se no fato de que, além da combinação dos mecanismos da FLB, algo sobre a faculdade da linguagem deve ser único com o objetivo de explicar a diferença entre os humanos e os outros animais (HAUSER, CHOMSKY e FITCH, 2005; p. 182), e o elemento que se mostra exclusivo e específico à linguagem e aos humanos é a FLN.

1. O FENÔMENO RECURSIVO

O caráter recursivo da linguagem humana é um dos aspectos que diferencia nosso sistema comunicacional de todos os outros sistemas utilizados por não humanos. A capacidade de encaixar estruturas em outras, num processo recursivo, dotou a nossa espécie com uma habilidade ilimitada de criar sentenças para expressar um conjunto igualmente ilimitado de possíveis significados. Considerando os limites de nossa memória e de nossa capacidade de processamento, podemos combinar frases para fazer sentenças *ad infinitum*.

O conceito de recursividade incorporado pela linguística provém das ciências formais, mais precisamente da Matemática e da Computação. Segundo Parker (2006), o conceito do termo que a área da Linguística oferece carece muitas vezes de uma definição. No entanto, este não parece ser um problema específico da Linguística uma vez que, conforme a autora, na Computação, de onde a Linguística herdou a noção, as significações necessitariam de um fio condutor comum. Igualmente na Matemática, área na qual o termo foi originalmente estabelecido, nota-se uma situação semelhante (SOARE, 1996). De fato, não há um consenso entre os linguistas para a definição de recursividade e, dependendo da área em que ela é usada, algumas definições são mais informativas do que outras.

Na Matemática, por exemplo, um objeto é dito recursivo se ele constituir parcialmente ou for definido em termos de si próprio. Nesse contexto, um tipo especial de procedimento (algoritmo)² será utilizado algumas vezes para a solução de alguns problemas. Esse procedimento é denominado recursivo. Assim, na Matemática a recursividade é caracterizada como uma propriedade de mecanismos, relações ou determinados objetos. Por isso, encontramos conjuntos recursivos, algoritmos recursivos, funções recursivas, problemas com soluções recursivas, definições recursivas, etc.

A Computação, que também faz uso de mecanismos recursivos, toma a recursividade como uma ferramenta ou uma técnica de programação. Assim, a recursividade ocorre quando um dos passos de um determinado algoritmo envolve repetição desse mesmo algoritmo (PONTES JUNIOR, 2010; p.4). Então, é possível obter um objeto ou sequências infinitas a partir de um componente finito. Santiago e Bedregal (2004; p.22) definem recursividade como um método para definir funções que descreve como uma função retorna valores a partir de resultados previamente obtidos. Os autores mencionam que a recursividade na computação é utilizada em três maneiras distintas: (i) nas definições; (ii) na solução de problema; e (iii) nas estratégias de programação.

²Tanto na Matemática, quanto na Computação, um algoritmo é uma lista bem definida, ordenada e finita de operações que permitem obter um resultado. Dado um estado inicial e uma entrada (input), através de passos sucessivos e claramente definidos, chega-se a um estado final obtendo-se uma saída (output).

Apesar do uso do termo recursividade ser bastante difundido na literatura, tanto no domínio da Linguística como em outros campos, sua definição não tem recebido um tratamento esclarecedor. Muitos autores afirmam que até pouco tempo atrás não havia na literatura uma preocupação manifesta em elucidar os pontos obscuros associados à essa noção (PARKER, 2006; TOMALIN, 2007; entre outros). Essa situação está começando a mudar com a recente publicação de alguns trabalhos que visam a discutir os alcances e limites do conceito, tanto no seio da teoria Linguística quanto na sua aplicação nas Ciências Cognitivas de um modo geral (PARKER, 2006; TOMALIN, 2007; LOBINA, 2010; VAN DER HULST, 2010; CORBALLIS, 2011; entre outros).

No campo da Linguística, a literatura atual oferece, no mínimo, quatro diferentes distinções para recursividade. De acordo com Parker (2006), essas caracterizações se distinguem com base no aspecto que resulta mais saliente em cada uma delas, como, por exemplo, a primeira distinção que é baseada na infinitude discreta da língua. Essa concepção liga a propriedade da infinitude discreta à recursividade nas regras de estrutura frasal que geram as sentenças gramaticais da língua. De acordo com Carnie (2002), a recursividade é a propriedade de alçamento (*looping*) nas regras de estrutura frasal que permitem sentenças infinitas e explica a criatividade linguística³. A estrutura abaixo ilustra as alças as quais o autor se refere:

(1) *Ele sabe que eu sei que João encontrou Maria.*

$$S \rightarrow SN \ SV$$

$$SN \rightarrow (\text{det}) \ N \ (CP)$$

$$SV \rightarrow V \ \{ \ SN \}$$

$$\{ \ CP \}$$

$$CP \rightarrow S$$

A alça (*loop*) mencionada por Carnie (2002) é realizada pelo fato de que toda sentença contém um SN, que contém um CP que, por sua vez, contém uma sentença (S). A essa natureza indireta de alçamento (*looping*), chamamos de recursão indireta. Chomsky (2000), nas versões mais recentes da teoria, também utiliza o termo recursividade como sinônimo de infinitude discreta, que é tomada, muitas vezes, como sinônimo de criatividade e produtividade linguística.

A segunda definição procura explicar o fenômeno recursivo através do alçamento (*looping*) exibido nas regras de estrutura frasal. Christiansen (1994, p.120) formaliza essas regras afirmando que a recursividade acarreta que um símbolo não terminal⁴ no lado esquerdo de uma regra reapareça no lado direito da mesma ou outra regra. Essa definição sugere que todos os símbolos terminais devem aparecer no lado direito da estrutura frasal, caso eles sejam utilizados, mas que, se aparecerem

³ Rosa (2010; p. 138) salienta que a noção de criatividade linguística resulta da recursividade que caracteriza a sintaxe. O conceito, portanto, não tem relação com o uso coloquial da palavra criatividade, que remete a aspectos estéticos ou mesmo artísticos do uso de uma língua.

⁴ De acordo com Raposo (1992) as categorias sintagmáticas (NP, AP, VP etc.) constituem os símbolos não terminais, e os símbolos terminais são as palavras.

novamente sozinhos, esse fato não acarretará recursão. Assim, haverá recursão se: (i) o símbolo não terminal aparecer em ambos os lados da mesma regra, ou (ii) ele aparecer no lado direito de uma regra cujo lado esquerdo consiste em um símbolo terminal ou não terminal que aparece no lado direito da regra que, por sua vez, o símbolo não terminal original aparece no lado esquerdo. No exemplo (1), a regra para o símbolo não terminal (S) se expande para incluir um símbolo não terminal (NP), que se expande para conter outro símbolo não terminal (CP), cuja regra se expande novamente para incluir o símbolo não terminal inicial (S).

Pinker (2003) também sugere que é o alçamento (*looping*) que permite gerar sentenças de número infinito, visto que uma sentença pode ser composta de um SN e um SV, e um SV pode ser composto de um verbo ou outro SN, criando, assim, uma alça (*loop*) regida pelo princípio da recursividade.

Uma terceira definição de recursão na literatura linguística envolve a noção de encaixamento (*embedding*), particularmente, encaixamento de constituintes idênticos. Essas definições abstêm-se de ligar a recursividade diretamente às regras da gramática formal, um fato que permite tais definições serem mais acessíveis. Kirby (2002, p. 27) define recursividade como uma propriedade da gramática com um léxico e um conjunto de regras finito no qual algum constituinte de uma expressão possa conter um constituinte da mesma categoria. Carnie (2002), Pinker e Jackendoff (2005) definem recursividade como sendo o encaixamento de constituintes idênticos.

Várias outras definições envolvem iteração e podem ser divididas em dois tipos: (a) aquelas que confundem os conceitos de recursividade e iteração, (b) as que definem recursividade como sendo oposta à iteração. Radford (1997), por exemplo, sugere que recursividade é apenas um procedimento que pode ser repetido várias vezes. De acordo com esta definição, recursividade é simplesmente a aplicação de algo sucessivamente. Hurford (2004, p. 560), por outro lado, define iteração como a propriedade de se fazer a mesma coisa repetidamente até que algum critério seja encontrado, e recursividade como um procedimento que é parcialmente definido em termos de si mesmo. Parker (2006, p. 181) aponta iteração como sendo uma simples repetição de uma ação e um objeto, sendo cada repetição um ato separado que pode existir independente de outras repetições. Por fim, Corballis (2011) sugere que a distinção entre recursividade e iteração é uma questão de interpretação.

Em resumo, a definição do termo recursividade na Teoria Linguística pode ser classificada da seguinte maneira:

- a) Infinitude discreta (CARNIE, 2002; CHOMSKY, 2002);
- b) Estrutura frasal (HORROCKS, 1987; PINKER, 2003);
- c) Encaixamento, principalmente de constituintes da mesma natureza (KIRBY, 2002; CARNIE, 2002; PINKER e JACKENDOFF, 2005; PARKER, 2006; CORBALLIS, 2011);
- d) Iteração (RADFORD, 1997).

Apesar de haver um número expressivo e, muitas vezes, contraditório de posicionamentos sobre o significado de recursividade, muitas definições pecam em não diferenciar a distinção entre recursividade e iteração, como também, dois tipos importantes de recursividade: *tail recursion e nested/ embedded recursion*⁵. Compreende-se *tail recursion* como sendo, simplesmente, um tipo de recursão que envolve encaixamento na borda direita ou esquerda do sintagma, como, por exemplo:

(2) *A bola do filho da amiga da minha mãe está no jardim.*

Em (2) todo o SN contém um núcleo *bola*, bem como, um SN modificador *do filho da amiga da minha mãe*, que por sua vez contém outro núcleo *mãe* e um SN modificador *o filho da amiga*, e assim sucessivamente. Percebemos que cada SN contém um outro SN menor encaixado, até chegarmos no final da sentença. Todos os SNs são encaixados na borda esquerda por isso denominamos de *left-branching recursion*. Já no exemplo abaixo,

(3) *O rapaz que beijou a garota que conheceu Pedro no bar que eu recomendei é meu vizinho.*

O encaixamento recursivo ocorre na borda direita. Todo o SN consiste em um determinante *O*, seguido de um núcleo *rapaz*, seguido de um modificador CP *que beijou a garota que conheceu Pedro no bar que eu recomendei*. Nesse caso, cada CP contém uma frase, que contém um CP menor encaixado nele na borda direita da sentença, o que caracteriza *right-branching recursion*.

Por outro lado, *nested/embedded recursion* acarreta o encaixamento no centro, deixando material em ambos os lados do constituinte encaixado, sendo que a *nested recursion* normalmente produz dependências de longa distância. Exemplos de *nested recursion* são mais difíceis de construir, visto que eles raramente ocorrem na linguagem cotidiana (PARKER, 2006). Para ilustrar esse tipo de recursão, utilizaremos um exemplo, em inglês, bastante usado na literatura.

(4) *The mouse the cat the dog chased bit ran.*⁶

Aqui, o SN que aparece primeiro na sentença pertence ao verbo que aparece na posição final, o segundo SN pertence ao penúltimo verbo, e o terceiro SN pertence ao primeiro verbo. Representando essa sentença em outra maneira teríamos: *the mouse ran, the cat bit, de dog chased*. Porém, em (4) o SN *the dog chased* está encaixado no centro da sentença *the cat bit*, que também está encaixado no centro da sentença *the mouse ran*. O encaixamento é cercado, em ambos os lados, por material adicional e, neste caso, não pode ser considerado *tail recursion*.

Iteração, por sua vez, envolve apenas a repetição de uma ação ou de um objeto um número arbitrário de vezes, como, por exemplo:

(5) *O garoto comeu um sanduíche, um doughnut e uma maçã.*

⁵ Optamos em utilizar o termo em língua inglesa.

⁶ “O rato que o gato que o cachorro perseguiu mordeu correu.”

Nesse exemplo, os constituintes *um sanduíche, um doughnut, uma maçã*, não estão encaixados e não produzem dependência. Podemos alterar a ordem de qualquer um deles, sem alterar o sentido da sentença, fato que não é possível, principalmente na *tail recursion*.

Uma terceira distinção pode ser estabelecida entre recursividade e estrutura frasal. Não raras vezes, ambos os conceitos são assumidos como sendo análogos. Embora a ideia de estrutura frasal refira-se à relação hierárquica dos constituintes na sentença, uma estrutura frasal pode ser hierarquicamente organizada sem por isso ser, obrigatoriamente, recursiva. A diferença crucial entre recursão e estrutura frasal se dá pelo fato de que enquanto a primeira envolve constituintes idênticos dentro de outros constituintes, a segunda envolve frases encaixadas em outras frases. Então, para haver recursão é necessário fazer uso da hierarquia existente na estrutura frasal, porque precisamos da capacidade de encaixar constituintes, porém, o contrário não ocorre.

Segundo Lobina e Garcia-Albea (2009, p. 1352)

Parece haver uma forte tendência em confundir representações de estruturas hierárquicas com recursão. Embora a estrutura de dados hierárquicos chame por mecanismos recursivos, este último não é automático por causa do primeiro. A recursão sempre envolve hierarquia, mas nem toda a hierarquia envolve recursão – iteração pode ser uma boa candidata para algumas estruturas ou tarefas.⁷

Com efeito, uma estrutura frasal, por natureza, possui uma forma hierárquica, os elementos da computação sintática são combinados para formar estruturas maiores, que chamamos de frases, e frases são combinadas com outras frases para formar frases ainda maiores. Essa formação sucessiva de frases resulta em uma estrutura hierárquica que pode ser representada através de árvores sintáticas (LOBINA e GARCIA – ALBEA, 2009).

Segundo Parker (2006) o esclarecimento destas diferenças dá um suporte teórico na alegação de Hauser et al. (2002), sobre a centralidade da recursão na faculdade da linguagem. O psicólogo Marc Hauser, o biólogo Tecumseh Fitch e o linguista Noam Chomsky delineiam, atualmente, uma nova perspectiva sobre a natureza da recursão e o papel que ela desempenha na linguagem. O tema ganhou dimensões maiores desde a publicação do controverso e, de certo modo, provocativo artigo de Hauser, Chomsky e Fitch (2002), no qual os autores procuram estabelecer um quadro conceitual mais geral sobre a recursão e abrem uma discussão mais ampla em relação à evolução da linguagem a partir da capacidade recursiva do ser humano.

Seguindo a linha chomskyana, os autores sugerem que a linguagem interna (LI) é, primeiramente, o objeto de interesse de estudo da evolução e da função da faculdade da linguagem (HAUSER; CHOMSKY; FICH, 2002, p. 1570). Para explorar a questão da evolução da linguagem, os autores fazem uma distinção terminológica e conceitual, dividindo a faculdade da linguagem em sentido amplo (*Faculty of Language – broad sense - FLB*) e em sentido restrito (*Faculty of*

⁷ “.”There seem to have a strong tendency to confuse hierarchically structure representations with recursion. Even though hierarchical data structure call for recursive mechanisms, the latter are not automatic because of the former. Recursion always involve hierarchy, but not all hierarchy involves recursion – iteration may well be right candidate for some structure/tasks.

language – narrow sense - FLN). De acordo com os autores, a FLB inclui um sistema computacional interno (a FLN), combinado com no mínimo dois outros sistemas (i) o sistema sensório-motor; e (ii) o sistema conceitual-intencional.

A FLN é o núcleo computacional da faculdade da linguagem, o subsistema cognitivo que captura um conjunto finito de elementos e produz um conjunto potencialmente infinito de expressões discretas. Cada uma dessas expressões discretas passa pelo sistema sensório-motor e conceitual-intencional que processa e elabora essa informação e a transforma em linguagem em uso. Hauser, Chomsky e Fich argumentam que o que é único à espécie humana é específico à FLN, ao contrário da FLB, que pode ser compartilhada com outras espécies.

A hipótese desses autores define a FLN como sendo um elemento interno da teoria linguística, portanto, não há a possibilidade de haver uma abordagem interdisciplinar ou de interface. Assim, a FLN permanece apenas no domínio da Linguística. Ainda para os autores, no processo evolutivo da linguagem, a FLN pode ter evoluído para outras habilidades cognitivas, além da linguagem, visto que a recursividade pode expressar-se em outros domínios, como, por exemplo, a navegação, números e relações sociais. Portanto, ela não seria uma adaptação apenas para a comunicação.

Talvez os maiores opositores à hipótese de Hauser, Chomsky e Fich sobre os aspectos da linguagem que são unicamente humanos e unicamente linguísticos, que é a recursividade sintática contida na FLN, sejam Pinker e Jackendoff (2005). Embora concordem que há a necessidade de se fazer uma distinção entre a faculdade da linguagem em sentido amplo e em sentido restrito (FLB e FLN) para uma melhor compreensão de como a linguagem evoluiu, Pinker e Jackendoff não aceitam a hipótese de que a recursividade seja o único elemento exclusivo à linguagem, que possa ter evoluído para outras funções além dela e por isso não seja resultado de um processo adaptativo na evolução. Pinker e Jackendoff argumentam que há muitos outros aspectos da gramática que não são recursivos, mas que se mostram essenciais à linguagem, como a fonologia, a morfologia, caso e concordância, e muitas propriedades das palavras.

A dissonância entre os protagonistas desse debate ocorre em virtude dos pressupostos teóricos que cada um defende. Embora haja concordância quanto à hipótese de que a linguagem tenha evoluído pela seleção natural, para Chomsky há uma gramática universal de base inata, e a linguagem surgiu através da exaptação, ou seja, no avanço evolutivo, a linguagem pode ter surgido por um acidente de percurso. Por outro lado, Pinker aposta na evolução. O autor segue o darwinismo clássico e afirma que a linguagem é um conjunto de propriedades de várias naturezas que evoluiu como qualquer outro ser vivo, como uma forma de instinto.

CONCLUSÃO

Este artigo teve como objetivo central estabelecer o lugar da recursividade no sistema sintático subjacente à faculdade da linguagem. Para tanto, realizamos uma revisão na literatura referente ao estudo da recursividade aplicada às Ciências Formais, mais precisamente na Matemática e Computação e, posteriormente, na Teoria Linguística. Apresentamos as diferentes definições do termo recursividade no contexto atual, a distinção entre dois tipos de recursão: *tail recursion* e *embedded recursion*, como também a investigação da hipótese da recursividade como elemento central e único da faculdade da linguagem.

Este estudo demonstrou que o conceito de recursividade e seu emprego nas Ciências Cognitivas ainda está longe de alcançar um senso comum e que estudos mais detalhados precisam ser conduzidos com o objetivo de evitar ainda mais confusões em relação à sua definição. Não apregoamos uma postura específica em relação ao papel da recursividade na Teoria Gerativa atual, tampouco questionamos a sua validade na hipótese de Marc Hauser, Noam Chomsky e Tecumseh Fitch relativa à centralidade da recursividade na faculdade da linguagem.

Este trabalho constitui, em essência, um apelo para uma maior precisão e clarificação no que diz respeito ao papel da recursividade na Teoria Linguística, visto que, se a recursividade realmente for o principal componente da faculdade da linguagem (em sentido restrito), conforme alegam, então é imprescindível determinar as propriedades deste componente de forma acurada e eliminar qualquer ambiguidade identificada na discussão desse tópico.

REFERÊNCIAS

CARNIE, A. **Syntax: A Generative Introduction**. Oxford: Blackwell, 2002.

CHOMSKY, N. Logical Syntax and Semantics: Their Linguistic Relevance. **Language**, v. 31, n. 1, p. 36 – 45.1955.

_____. **New Horizons in the Studies of Language and Mind**. Cambridge: Cambridge University of Press, 2000.

CHRISTIANSEN, M. H. **Infinite Languages, Finite Minds: Connectionism. Learning and Linguistic Structure**. University of Edinburgh Dissertation, 1994.

CORBALLIS, M. C. **The Recursive Mind: The origins of human language, thought, and civilization**. Princeton University Press, 2011.

DESCARTES, R. **Discurso do Método: para bem conduzir a própria razão e procurar a verdade nas ciências**. Tradução de Thereza Christina Stummer. São Paulo: Paulus, 2002.

FITCH, W. T.; HAUSER, M. D.; CHOMSKY, N. The evolution of the language faculty: clarifications and implications. **Cognition**, v. 97, p. 179-210, st. 2005.

_____. The evolution of syntax: an exaptationist perspective. **Frontiers in Evolutionary Neuroscience**. v.3, n. 9, p. 1 -12. dez. 2011.

HAUSER, M. D.; CHOMSKY, N.; FITCH, W. T. The Faculty of Language: What Is It, Who Has It, and How Did It Evolve? **Science Compass**, v. 298. p. 1569-1579, nov. 2002.

HURFORD, J. **The evolution of language and languages**. Edinburgh University Press. p. 173-193, 1999.

_____. Human uniqueness, learning symbols, and recursive thoughts. **European Review**, v. 12. p. 551-565, 2004.

JACKENDOFF, R.; PINKER, S. The Nature of the language faculty and its implications for language. **Cognition**, v. 97, p. 211-225, set. 2005.

KIRBY, S. Learning, bottlenecks and the evolution of recursive syntax. In: **Linguistic Evolution Through Language Acquisition, Formal and Computation Models**. Ed. T Brescoe. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 173-203.

LOBINA D. J.; GARCÍA- ALBEA, J. E. Recursion and Cognitive Science: Data Structure and Mechanism. **Proceedings of the 31st Annual Conference of the Cognitive Science Society**. p. 1337-1352, 2009.

PARKER, A. R. **Evolution as a Constraint on Theories of Syntax: The Case against Minimalism**. 2006. 357f. Tese de Doutorado (Doctor of Philosophy to Linguistic and English Language) - School of Philosophy, Psychology and Language Sciences, University of Edinburgh.

PINKER, S. Language as an Adaptation in the Cognitive Niche. In: KINKY, S.; Christiansen, M., **Language Evolution: States of the Art**. New York. Oxford University Press, 2003, p. 16-37.

_____; JACKENDOFF, R. The Faculty of language: what's special about it. **Cognition**, v. 95, p. 201-236, mar. 2005.

PONTES JUNIOR, M. **Introdução à Ciência da Computação II – Recursão**. Instituto de Ciências Matemática e Computação – USP, p. 1 – 36, 2010.

RADFORD, A. **Synthetic Theory and the Structure of English: a Minimalist Approach**. Cambridge: Cambridge University Press. 1997.

ROSA, M. C. **Introdução à (Bio) linguística: linguagem e mente**. São Paulo: Contexto, 2010.

SANTIAGO, R. H. N.; BEDREGAL, B. R. C. **Computabilidade: os limites da computação**. São Carlos, SP: SBMAC, 2004.

SOARE, R. Computability and Recursion. **The Bulletin of Symbolic Logic**, v. 2, n. 3, p. 284-321, 1996.

TOMALIN, M. **Reconsidering recursion in syntactic theory**. Downing College, University of Cambridge, 2007.

VAN DER HULST, H. (ed.). **Recursion and Human Language**. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 2010.

TEORIAS LINGUÍSTICAS E SUAS CONCEPÇÕES DE GRAMÁTICA: ALCANCES E LIMITES

*Francisco Elton Martins de Souza (UFC)**

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de abordar as concepções de gramática que percebemos inerentes às correntes teóricas estruturalista, gerativista e funcionalista. Para cada uma destas vertentes, realizamos uma breve explanação a respeito de seu quadro teórico e procuramos explicitar o que compreendemos que concebem como gramática. Objetivamos também explicar o que consideramos como alcances e limites em cada corrente tanto no que se refere à concepção de gramática que revelam, como no que diz respeito à própria concepção de língua, a partir da qual podemos perceber com qual amplitude se dá a análise e a compreensão dos fatos de linguagem.

Palavras-chave: teorias linguísticas; concepções de gramática; fatos de linguagem.

ABSTRACT

This paper has the intention to deal the grammar's conceptions which we realize as inherent in the theoretical lines of structuralism, generativism and functionalism. To each one of those theories, we make a short explanation about their theoretical base and try to explain what we can understand they consider as grammar. We have also the intention to explain what we consider as a reach or a border in each theory, in what grammar's conception a theory reveals and also about the language's conception itself, from where we can realize what is the possible limit to do an analysis to the understanding of the language's facts.

Keywords: linguistics theories; grammar's conceptions; language's facts.

* Mestre em Linguística pela UFC
Email: eltonuece@gmail.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Linguística é a ciência da linguagem verbal, eminentemente humana. No entanto, nem sempre os estudos vinculados à linguagem foram considerados como pertencentes a um campo do conhecimento que se pudesse considerar como ciência. Foi somente graças aos estudos do linguista suíço Ferdinand de Saussure que a Linguística ganhou o *status*, os métodos e os resultados suficientemente relevantes para que passasse a ser considerada tão ciência quanto a Física, a Biologia, a Astronomia, a Psicologia, a Medicina.

Porém, diferentemente de todas as outras ciências, que possuem um objeto de estudo claramente definido, a Linguística fluidifica-se em seu próprio objeto, uma vez que é de extrema dificuldade delimitar critérios que possam servir como definidores do que seja linguagem. Como se pergunta Ferdinand de Saussure em sua obra *Cours de Linguistique Générale*:

Qual é o objeto, ao mesmo tempo integral e concreto, da Linguística? A questão é particularmente difícil (...). Outras ciências trabalham com objetos dados previamente e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista; em nosso campo, nada de semelhante ocorre. (...) Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto (SAUSSURE, 2006, p. 15).

A linguagem está nos animais, a linguagem está no homem, a linguagem está na natureza. A linguagem verbal diferencia o homem dos outros animais e, por isso, mesmo diante de impasses, chegou-se à conclusão de que a Linguística seria a ciência ocupada do estudo da linguagem humana.

O presente trabalho tem o objetivo de lançar um olhar panorâmico sobre os conceitos de gramática imanescentes às teorias linguísticas, pelo menos em suas vertentes mais conhecidas. Procuraremos abordar os conceitos de gramática dentro das correntes Estruturalista, Gerativista e Funcionalista, analisando, na medida de nossas possibilidades, os alcances e limites de cada abordagem.

1. UM BREVE OLHAR PANORÂMICO SOBRE AS TEORIAS LINGUÍSTICAS E SUAS CONCEPÇÕES DE GRAMÁTICA

1.1 Concepção(ões) de gramática no Estruturalismo

Podemos afirmar que o Estruturalismo começou com os trabalhos de Ferdinand de Saussure, sendo a teoria precursora dos estudos linguísticos. Muitos dos conhecimentos existentes hoje no campo da Linguística tiveram suas bases estabelecidas na teoria estruturalista. Por este motivo, é possível dizer que, por mais contemporânea que seja uma corrente ou teoria linguística e por mais distante que esteja do ramo estrutural da Linguística, sempre haverá vínculos entre tais correntes e teorias e o legado saussuriano.

Ferdinand de Saussure não considerava a necessária relação existente entre língua e uso. Para ele, a Linguística deveria ocupar-se do estudo da língua em si mesma e por si mesma, e não com as possibilidades de uso do sistema. Assim, a tradição estruturalista que até hoje perdura na Linguística tomará a língua como um sistema fechado, sem interferências exteriores. Nas palavras de Martelotta (2010), a gramática estruturalista pode ser caracterizada “como uma tendência de descrever a estrutura gramatical das línguas, vendo-as como um sistema autônomo, cujas partes se organizam em uma rede de relações de acordo com leis internas, ou seja, inerentes ao próprio sistema.” (MARTELOTTA, 2010, p. 53).

Neste ponto, tecemos uma crítica a esta concepção de gramática estruturalista, pois não concebemos o sistema linguístico como desprovido da função de uso. Todos os falantes nativos sabem sua língua no sentido de que sabem usá-la nas mais diversas situações comunicativas, ou pelo menos esta é uma habilidade desejável. Inclusive, no ensino de línguas estrangeiras, percebe-se atualmente a tendência a se ensinar línguas dentro da perspectiva do uso, uma vez que parece não fazer sentido ensinar apenas estruturas linguísticas para que o aprendiz as memorize sem entender quais funções teriam em situações reais de comunicação.

No entanto, ressaltamos que esta concepção estruturalista de gramática não foi criada com o intuito de ser aplicada ao ensino de línguas e nem é nosso objetivo no presente trabalho debater metodologias de ensino. O que estamos procurando abordar são concepções de gramática de um ponto de vista teórico. Desse ponto, então, reconhecemos a validade de tal concepção de gramática, estruturalista, pois, em uma análise deste tipo, buscar-se-á “constatar que elementos constituem o sistema (...) [de] uma língua, assim como observar como eles se organizam dentro desse sistema e como eles se unem para formar unidades maiores” (MARTELOTTA, 2010, p. 55). Em outras palavras, para a gramática estruturalista, como já afirmava Saussure no *Cours*, analisa-se a língua voltada para si mesma, sem considerar-se possíveis influências externas ao sistema, que é considerado como uma entidade fechada em si mesma.

Ao contrário do que defendia Chomsky, como veremos na abordagem gerativista, Saussure não acreditava na existência de estruturas inatas que possibilitariam ao homem o desenvolvimento da capacidade de linguagem sem influências culturais. Apesar de considerar a língua em si mesma e por si mesma, Saussure não negava a influência do ambiente no desenvolvimento linguístico.

1.2 Concepção(ões) de gramática no gerativismo

O gerativismo teve início nos Estados Unidos, no final da década de 1950, mais precisamente em 1957, com o lançamento do livro *Estruturas sintáticas*, concebido a partir dos estudos do linguista Noam Chomsky, professor do Massachusetts Institut of Tecnology – MIT. Tal corrente de estudos constitui-se, em princípio, numa profunda crítica ao behaviorismo.

A principal intenção de Chomsky era criar um modelo que fosse capaz de explicar a linguagem humana de maneira matematicamente precisa. Ele acreditava que a mente humana era modular, de forma que, para cada módulo de nossa estrutura cerebral, haveria uma estrutura ou mecanismo linguístico que acionaríamos quando dele necessitássemos. Chomsky também acreditava que a partir de um número limitado de sentenças poderíamos gerar um número infinito de sentenças

(MARTELOTTA, 2010; LYONS, 2009) e que a capacidade da linguagem era inata à espécie humana e independia de estímulo. Assim, vivendo em uma grande metrópole ou em uma selva totalmente isolada da civilização, o ser humano seria capaz de desenvolver sua linguagem da mesma maneira, com a mesma complexidade de estruturas.

De modo amplo, podemos afirmar que a teoria gerativa “preocupa-se em descrever e explicar a língua como processo mental, parte do sistema cognitivo do homem” (PASSOS & PASSOS, 1990, p.9). No entanto, as vertentes mais proeminentes que encontramos ao estudarmos especificamente o conceito de gramática no gerativismo são as vertentes da gramática universal (GU) e das gramáticas particulares das línguas, além da gramática gerativo-transformacional.

Já mencionamos que, para Chomsky, desde que deu início à sua teoria gerativista, a faculdade da linguagem é geneticamente transmitida de maneira exclusiva na espécie humana, sendo algo inato e inerente a todos os membros da espécie. De acordo com Kenedy (2010), a faculdade da linguagem, para Chomsky, seria um dispositivo interno, como um algoritmo com um conjunto ordenado de instruções, tal qual nos programas de computadores, que nos tornaria capazes de desenvolver ou adquirir a gramática de uma língua.

Então, se todos os seres humanos partilham de uma mesma dotação linguística, isso significa que todas as línguas humanas teriam necessariamente características comuns, já que são todas faladas pelos mesmos seres humanos que, biologicamente, não se diferenciam em nenhum lugar do planeta. Ao princípio que regula o funcionamento geral das línguas, inclusive impondo limites na variação delas e assemelhando-as, chamamos gramática universal (GU).

Apesar das muitas controvérsias que há em torno desse conceito, particularmente partimos da ideia de que há sim determinadas características que se assemelham nas diversas línguas. Somos sabedores do fato de haver línguas sem artigos (como é o caso do latim), línguas sem casos (como é o caso do português), mas, pelo menos até onde sabemos, não conhecemos línguas que sejam desprovidas de substantivos. Isso acontece, acreditamos, porque é uma necessidade indispensável ao ato comunicativo saber nomear os seres, mesmo que a relação entre tais seres e as denominações que lhes atribuímos sejam arbitrárias, como já defendia Saussure.

No entanto, não foi apenas a GU a concepção de gramática propagada pelo gerativismo. Diante da necessidade de “descrever como os constituintes das sentenças eram formados e como tais constituintes transformavam-se em outros por meio da aplicação de regras” (KENEDY, 2010, p. 131), os gerativistas lançaram o modelo da gramática transformacional.

Por meio de tal modelo seria possível descrever as regras que fariam uma frase como “Maria comprou o feijão” transformar-se em outras frases como “O que Maria comprou?”, “Quem comprou o feijão?” etc. Assim, nesta concepção, a gramática

é um conjunto de regras que, operando sobre um vocabulário finito, gera um conjunto (finito ou infinito) de sintagmas (cada um composto de um número finito de unidades), definindo assim um sintagma bem formado como aquele que é caracterizado pela gramática” (LYONS, 2009, p. 94).

A estrutura previamente existente, como “Maria comprou o feijão” é denominada estrutura profunda; as estruturas dela derivadas são denominadas estruturas superficiais (KENEDY, 2010).

Os gerativistas ainda se preocuparam em explicar o fato de os falantes nativos de uma língua terem uma espécie de “intuição” a respeito das sentenças que ouvem e proferem. Por exemplo, qualquer falante nativo do português sabe que uma sentença como “a parede do quarto de Cézár é azul” é perfeitamente possível e aceitável dentro do sistema gramatical da língua portuguesa. No entanto, um falante nativo não compreenderia e também jamais diria uma sentença como “Cézár parede a azul de é quarto do”.

À primeira sentença, facilmente reconhecível pelo falante nativo, chamaríamos gramatical e, à segunda sentença, estranha ao falante, chamaríamos agramatical. A preocupação dos gerativistas seria explicar o motivo que faz com que o falante nativo aceite a primeira oração e rejeite a segunda. A nosso ver, é provável que a “intuição”, para usar o mesmo termo usado por Kenedy (2010), que permite ao falante discernir as duas orações seja um indício da existência da GU, já que esta teoria acredita que haja um mecanismo interno à mente humana que lhe permite o desenvolvimento da linguagem. Seria a única explicação plausível, pensamos, para o fato de o falante nativo reconhecer de maneira automática a gramaticalidade ou agramaticalidade das sentenças em sua língua. Nesse caso, teríamos de admitir que há, de fato, um dispositivo mental inato em todos os seres humanos que lhes possibilita uma dotação linguística eivada de alta capacidade de discernimento.

Outro aspecto da gramática gerativa é o fato de Chomsky considerar a existência de dois fatores conhecidos por competência e desempenho (KENEDY, 2010). A competência seria a capacidade inata que cada falante tem em seu idioma. Assim, cada pessoa tem plenas condições de executar as mais diversas manifestações linguísticas, já que seria conhecedora do sistema e de suas regras de funcionamento. No entanto, o desempenho de cada falante seria diferenciado, pois se entende que o desempenho seria a maneira como cada falante utilizaria seus conhecimentos do sistema para a realização das expressões linguísticas necessárias.

Chomsky assume que o objeto da Linguística deve ser a competência e não o desempenho. Para Kenedy (2010), com quem corroboramos, a visão de Chomsky se assemelha à de Saussure, quanto à consideração do escopo da Linguística, o que nos leva a concluir que a língua, em Saussure, está para a competência, em Chomsky, assim como a fala, em Saussure, está para o desempenho, em Chomsky, já que Saussure considera a língua como o objeto da Linguística, e não a fala.

1.3 Concepção(ões) de gramática no Funcionalismo

As primeiras ideias funcionalistas surgiram a partir do pensamento de linguistas da Escola Linguística (ou Círculo Linguístico) de Praga, em contraposição às concepções de língua imanentes ao estruturalismo e ao gerativismo (LYONS, 2009). Ao contrário das duas correntes anteriores que se preocuparam em estudar a língua apenas ao nível de suas estruturas, o Funcionalismo passou a se preocupar com o estudo “[d]a relação entre as estruturas gramaticais das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas” (CUNHA, 2010, p. 157), isto porque, para os funcionalistas “a língua não pode ser vista como absolutamente independente de todas as forças externas” (NEVES, 1997, p. 109).

Em termos gerais, a perspectiva funcionalista da Linguística, de acordo com Neves (1997, p.02), tem como questão básica de interesse a verificação do modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente, isto é, a abordagem funcionalista considera “as estruturas das expressões linguísticas como configurações de funções, sendo cada uma das funções vista como um diferente modo de significação na oração” (NEVES, 1997).

Para os funcionalistas, como o próprio termo já designa, nenhuma sentença ou nenhum texto da língua usada pelos falantes são produzidos aleatoriamente, sem uma função comunicativa. A gramática é compreendida “como acessível às pressões do uso” (NEVES, 1997, p. 15), isto é, como algo passível de ser moldada pelos falantes da língua. Neste ponto, percebemos uma abertura para a concepção de gramática como algo que vai muito além de um conjunto de regras que regem o funcionamento da norma culta de uma língua (ANTUNES, 2007), por exemplo, visão esta consagrada até entre os próprios falantes nativos que, por vezes, julgam não saber sua língua materna por se considerarem desconhecedores de um determinado cabedal de normas.

Desse modo, percebemos, inclusive, como o Funcionalismo começa a dar margens para o surgimento e o fortalecimento de áreas mais “sociais”, por assim dizer, dentro da Linguística, como a própria Sociolinguística, por exemplo, já que por gramática funcional podemos entender “uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura se integrar em uma teoria global da *interação social*” (NEVES, 1999, p.15; grifo nosso). Por este motivo, a análise funcionalista sempre parte de *corpora* retirados de situações reais do uso da língua e procura explicar como as estruturas linguísticas atuam em função da construção do discurso.

A gramática funcional também considera, segundo Neves (1997), o conceito de competência comunicativa, entendida como “a capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar expressões, mas também de usar e interpretar essas expressões de uma maneira interacionalmente satisfatória” (NEVES, 1997: 15). Isso significa, em nosso entendimento, que o Funcionalismo considera que a compreensão do código linguístico/estruturas linguísticas em si é algo que antecede seu uso, servindo apenas de base para este. Em outras palavras, a compreensão de estruturas de língua não pode ser tomada como sinônimo de competência comunicativa, já que tal competência está além disso e implica, principalmente, no domínio dos usos linguísticos.

Nesse ponto, percebemos como a gramática funcionalista contribui para o pensamento de que o falante nativo de uma língua é competente em seu idioma mesmo que não conheça, por exemplo, todas as regras da gramática normativa, pois mais importante será saber adequar os usos linguísticos às situações por ele vivenciadas.

É o caso, acreditamos, de um falante nativo que, mesmo sem um alto grau de escolaridade, sabe portar-se, linguisticamente, de maneira diferenciada em uma situação de formalidade, entre pessoas que não conhece ou com quem tem pouco contato, e em uma situação de informalidade, entre pessoas com as quais já convive rotineiramente e com quem tem certa proximidade. Da mesma forma, é possível que nos deparemos com o inverso, quando um falante mesmo possuindo alto grau de escolaridade e conhecendo a norma considerada culta, não sabe adequar seus usos linguísticos em situações que exigiriam certas adequações, seja por serem mais formais ou mais informais.

Compreendemos, ainda, uma diferença essencial entre o estruturalismo e o funcionalismo: este reconhece a linguagem como um fenômeno que não é isolado, mas, ao contrário, como um fenômeno que se liga diretamente à necessidade social de comunicação, entretanto, não se encerrando nela. Como a gramática funcional leva sempre em consideração o uso das expressões linguísticas, temos “uma certa pragmatização do componente sintático-semântico do modelo linguístico” (NEVES, 1997, p. 16).

Até agora, apresentamos um modelo geral de concepção teórica de gramática funcionalista, ligada ao funcionalismo praguense. No entanto, passaremos a discorrer sobre dois modelos específicos: a gramática funcional do holandês Dik (doravante, GF) e a gramática discursivo-funcional (doravante, GDF), apontando semelhanças e distinções entre as duas correntes.

A gramática funcional de Dik, conforme Nogueira (2006), pode ser considerada como um modelo formal de gramática funcional, sendo um modelo de descrição de orações em que se começa pelas unidades menores até se chegar a unidades maiores, como a proposição. Este fato permite considerar a GF de Dik como um modelo *bottom-up* (ascendente) (NOGUEIRA, 2006; SOUZA, 2008). A GF tem como unidade maior de análise a oração, não chegando ainda a abarcar instâncias maiores, como o discurso. A nosso ver, isso demonstra, junto ao fato de a análise ser feita a partir de unidades menores, o quanto a GF ainda possui fortes traços estruturalistas, o que justifica a aceção de modelo formal.

Ainda no funcionalismo holandês, tem-se a GDF, desenvolvida por Hengeveld & Mackenzie, que, apesar de também se constituir em um modelo muito formalizado de gramática funcional, propõe a “expansão de uma gramática da frase para uma gramática funcional do discurso” (NOGUEIRA, 2006, p. 35). Diferentemente da GF, a GDF tem como unidade básica de análise o “ato discursivo”. Nogueira (2006) aponta como os dois principais motivos para o estabelecimento da GDF o fato de muitos fenômenos linguísticos só poderem ser explicados em níveis acima do da frase (como formas verbais narrativas, partículas discursivas, cadeias anafóricas etc.) e, por outro lado, o fato de certas expressões linguísticas menores que a sentença (como *Parabéns!*, *Olá, Maria!*) funcionarem como enunciados completos no interior do discurso. Tais expressões linguísticas com estrutura frasal incompleta, mas sendo completas na situação comunicativa em que ocorrem, são chamadas *holófrases*, segundo Souza (2008).

Souza (2008) completa a explicação de Nogueira (2006), afirmando que a GF procura analisar as expressões linguísticas com base em informações contextuais e informacionais. No entanto, pelo fato de sua análise se limitar à frase, vários fenômenos linguísticos extra e intra-oracionais, como os citados anteriormente, de acordo com Nogueira (2006), não seriam plenamente explicados. “Com essa mudança, a GDF busca analisar a relevância do discurso nas configurações gramaticais de línguas naturais” (SOUZA, 2008, p. 2).

Outra diferenciação entre a GF e a GDF é o fato de aquela ser um modelo *bottom-up* (ascendente), como já citado anteriormente, e esta última ser um modelo *top-down* (descendente), isto é, que parte de uma unidade mais ampla – o discurso – para unidades menores, como as sentenças. Nas palavras de Neves (2006), um modelo *top-down* é aquele que trata da “assunção

de que as decisões dos níveis e camadas de análise mais elevados determinam e restringem as possibilidades dos níveis e camadas de análise mais baixos” (NEVES, 2006, p. 32). Souza sintetiza o que já expusemos, dizendo que

[...] a GDF avança em direção a uma unidade maior de análise, em que o discurso passa a ser uma unidade de análise linguística maior que a oração, dando assim suporte às expressões linguísticas de níveis mais baixos. Ainda que já tenha sido mencionado, vale dizer que a GDF inicia-se com a codificação da intenção do falante, caminhando em direção aos níveis mais baixos. Já a GF inicia-se com a seleção de itens lexicais para, em seguida, expandir gradualmente a estrutura subjacente da oração. (SOUZA, 2008, p. 13-14).

No entanto, ressaltamos, assim como o faz Souza (2008), que a GDF não pode ser confundida com correntes teóricas que analisam o discurso em níveis ideológicos e culturais, por exemplo, como o faz a Análise do Discurso Francesa ou a Análise do Discurso Crítica. Pelo que pudemos compreender, mesmo chegando até o nível do discurso, a GDF ainda se restringe à análise dos componentes linguísticos, propriamente ditos, que o compõem.

Percebemos, de acordo com nossa compreensão, uma coerência maior da GDF com a corrente funcionalista, uma vez que análises limitadas a estruturas frasais, ou anteriores a este nível, já vinham sendo realizadas até mesmo em outras correntes linguísticas anteriores, como o estruturalismo e o gerativismo.

Daremos continuidade explicitando os pressupostos da gramática funcionalista inglesa, tendo como referência Halliday, bem como da gramática funcionalista norte-americana, cujo maior representante é Givón.

De acordo com Nogueira (2006), Halliday justifica sua gramática como sendo funcionalista pelo fato de investigar o modo como a língua é usada. Nesta acepção de gramática funcionalista, são considerados três componentes funcionais: o ideacional, que procura entender o ambiente; o interpessoal, que diz respeito ao agir sobre o outro; e o textual, que dá relevância aos outros dois. O que Halliday propõe, segundo Nogueira (2006), é uma teoria sistêmico-funcional, que seja “ao mesmo tempo, uma gramática do sistema e uma gramática do texto, já que a principal razão para se estudar o sistema é lançar luz sobre o discurso” (NOGUEIRA, 2006, p. 27).

Em nosso entendimento, fica clara a vinculação das ideias hallidayanas às correntes mais formais de análise linguística, uma vez que o linguista não admite um abandono total ao sistema. Ao contrário, parte-se deste para se atingir uma análise mais ampla, em nível discursivo. Concordamos com o pensamento de Halliday, já que, de fato, compreendemos que o discurso, em suas bases, é constituído de elementos linguísticos menores, como as orações, focalizadas na GF.

Em linhas gerais, com relação à gramática funcionalista norte-americana, podemos afirmar, de acordo com Nogueira (2006), que Givón, o principal representante desta vertente, defende um meio termo entre o que seria a gramática chomskyana e a gramática de Hopper, que seria completamente flexível e independente do contexto de comunicação. Para Givón, a gramática possui sim um caráter categorizador e moldador, mas também não é capaz de responder por todas as expressões linguísticas, nem estabelecer uma regra, ou regras, que seja(m) absolutas na explicação de certos fenômenos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente trabalho esperamos ter alcançado nosso objetivo de discutir a respeito das concepções/dos conceitos de gramática inerentes a cada uma das três grandes correntes dos estudos em Linguística, Estruturalismo, Gerativismo e Funcionalismo.

Ao longo de nossa explanação, podemos perceber que temos uma caminhada histórico-teórica entre as teorias linguísticas e as concepções de gramática que sustentam. O que podemos verificar, em nossa visão, de mais proeminente em cada corrente linguística é que as concepções de gramática parecem evoluir, no sentido de expandirem suas visões de língua/linguagem, e de fato o fazem, na passagem de uma corrente para outra.

Se observarmos panoramicamente uma concepção de gramática estruturalista, ainda perceberemos limitações como a não consideração do uso, bem como o fato de uma análise dentro desta corrente teórica ainda considerar a existência de elementos isolados no sistema, que formariam elementos maiores. Ainda não se aborda, por exemplo, a gramática numa perspectiva transformacional, como se faz na corrente gerativista, procurando explicar o movimento gerador de novas sentenças a partir de outras preexistentes.

A propósito, este fato, a nosso ver, já representa um certo avanço no modo de se conceber a gramática. Também percebemos um avanço na concepção de gramática gerativista pelo fato de ser uma teoria que procura explicar o modo como o homem adquire e desenvolve sua linguagem. Aliás, para Chomsky, não se trataria exatamente de uma aquisição, já que todo ser humano seria dotado de um dispositivo interno e inato que lhe propiciaria o desenvolvimento da faculdade da linguagem. Tal desenvolvimento não teria relações diretas com o ambiente. Uma gramática gerativista se limita a explicações da linguagem enquanto faculdade mental humana, mas ainda não passará a considerar o uso das estruturas linguísticas.

A consideração do uso vem com as concepções funcionalistas de gramática, iniciadas com o Círculo Linguístico de Praga. Dentro destas próprias concepções já percebemos evoluções. É o caso da evolução que percebemos da GF, de Dik, que considera uma análise até o nível das orações, até a GDF, que expandirá sua análise até o nível do discurso.

Se neste trabalho tivéssemos lançado a proposta de tratar de concepções de gramática dentro de outras correntes linguísticas pós-funcionalistas, perceberíamos que a expansão nas concepções de gramática, e de língua, continuaria e, com isso, a expansão do alcance da análise dos fenômenos linguísticos.

Por exemplo, se tivéssemos optado por abordar também a corrente teórica cognitivista, depararíamos com concepções que abrangem até considerações a respeito da corporificação do pensamento humano, o que já implicaria uma abordagem que considera que os usos linguísticos refletem nossa experiência no mundo.

Outras correntes como a Linguística Textual, por exemplo, buscam a superação do tratamento da língua ao nível da palavra, frase ou período, compreendendo estas três instâncias apenas como componentes do texto, considerado a forma legítima do uso da língua nos processos comunicativos

(OLIVEIRA, 2010). Tendo em vista o fato de nos comunicarmos por meio de textos, e não de frases ou períodos isolados, a Linguística Textual considera que a forma mais legítima de estudarmos a linguagem humana seria partirmos da análise do texto.

Prosseguindo, teríamos correntes ainda mais contemporâneas dos estudos da linguagem, como a Análise do Discurso de linha francesa e a Análise do Discurso Crítica, que realizarão análises dos elementos linguísticos relacionando-os com estudos que já transcendem as próprias fronteiras da Linguística. Buscam-se contribuições da Antropologia, da Sociologia, da Psicologia, da Filosofia para explicar os fenômenos linguísticos a partir da consideração de que são componentes das relações humanas que ultrapassam a condição de simples elementos/estruturas de língua.

No entanto, ressaltamos que já não estaríamos mais falando de gramática e sim de língua, uma entidade muito mais abrangente e que engloba aquela. O foco de nosso trabalho foi discutir concepções teóricas de gramática que, a nosso ver, podem ser percebidas mais nitidamente nas correntes estruturalista, gerativista e funcionalista. Correntes como o Cognitivismo, a Linguística Textual e a Análise do Discurso parecem ter superado a consideração de uma gramática mais reducionista, uma vez que se propõem a abrangerem considerações a respeito de fatos de linguagem mais amplos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras do caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

CUNHA, M. A. F. da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo da (Org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 157-176.

KENEDY, E. Gerativismo. In: In: MARTELOTTA, Mário Eduardo da (Org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 125-140.

LYONS, J. **Lingua(gem) e linguística**: uma introdução; tradução Marilda Winkler Averbug, Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

MARTELOTTA, M. E. da. Conceitos de gramática. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo da (Org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 43-70.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, M. H. de M. Estudar os usos linguísticos ou a visão funcionalista da linguagem. In: NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 15-34.

NOGUEIRA, M. T. Considerações sobre o funcionalismo linguístico: principais vertentes. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da (Org.). **Linguística funcional**: a interface linguagem e ensino. Natal: EDUFRRN, 2006, p. 23-40.

OLIVEIRA, M. R. de. Linguística textual. In: In: MARTELOTTA, Mário Eduardo da (Org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 193-204.

PASSOS, Claiz & PASSOS, Maria Emiliana. **Princípios de uma gramática modular**. São Paulo: Contexto, 1990.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SOUZA, E. R. F. de. Gramática funcional: da oração rumo ao discurso. **Revista Domínios de lingu@gem**: revista eletrônica de linguística. Ano 2, nº 1 – 1º Semestre de 2008 – ISSN 1980-5799. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11475>> Acesso em 20 dez. 2013.

LINGUAGEM EM FOCO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE

V. 6, N. 1, ano 2014

RELAÇÕES ENTRE A LINGUAGEM FORMAL JAPONESA (KEIGO - 敬語) E A CULTURA

*Janaína Farias de Melo (UFC)**

*Laura Tey Iwakami (UECE)***

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir a relação entre a cultura e o uso da linguagem honorífica japonesa, *keigo* (敬語) e entre esta e os conceitos bakhtinianos de dialogismo, polifonia e alteridade constitutiva. Tem-se aqui o pressuposto de que a linguagem é social, sendo os discursos produtos das relações sociais. É através da linguagem que se pode compreender e significar o mundo e as coisas. No caso da cultura japonesa, esta é marcada por tradições e delimitações hierárquicas, o que pode ser observado de forma clara também no uso de seu idioma oficial. O japonês se destaca da maioria dos idiomas, não apenas por possuir alfabetos diferenciados, mas por seu sistema léxico gramatical ter diferentes graus de cortesia, utilizados conforme o nível de hierarquia e intimidade entre os que estão se comunicando. Além disso, a questão do pensamento sempre voltado para o outro, característico na cultura japonesa, também se faz presente no uso da língua, em uma relação de alteridade. Conclui-se que o uso do *keigo* (敬語) demonstra em sua utilização como a cultura e as relações sociais estão presentes na linguagem, na maneira como as pessoas a utilizam e para quem a destinam.

Palavras-chave: *Keigo*; Cultura japonesa; Linguagem.

ABSTRACT

This article aims to discuss the relationship between culture and the use of the Japanese honorific language, *keigo* (敬語) and between the Bakhtinian concepts of dialogism, polyphony and constitutive otherness. It has been the assumption that language is social, and the speeches are products of social relations. It is through language that can be understood and can mean the world and things. In the case of Japanese culture, is well marked by traditions and hierarchical boundaries, which clearly also appears in the use of their official language. The Japanese stands out from most languages, not only for the use of their different alphabets, but also by its grammar lexicon system, which has many degrees of courtesy, used as the level of intimacy and hierarchy between those who communicate. Moreover, the question of thinking always facing the other is characteristic in Japanese culture and is also present in the use of language, in a relation of alterity. In conclusion, the use of *keigo* (敬語) shows in its application as culture and social relations are present in the language, the way is used and to whom is allocated..

Keywords: *Keigo*; Japanese Culture ; Language.

* Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Psicologia – UFC

Email: janjanmelo@uol.com.br

** Professora pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada – PosLA

Email: laura.iwakami@uece.br

INTRODUÇÃO

A construção da identidade dos indivíduos ocorre em meio às relações que eles estabelecem com o ambiente no qual interage. Vygotsky (2008) explica que é através das interações sociais que a cultura é apropriada pelos sujeitos, sendo a inserção, na linguagem e no processo de significação, aspecto fundamental para a constituição do sujeito. As ações dos indivíduos, então, não são apenas individuais deles, mas imbricadas pelo coletivo, ou seja, como afirma Charaudeau (2015, p.15), “não há ato que realizemos, nem pensamento que exprimamos que não contenha o traço de nosso pertencimento à coletividade”.

A linguagem se faz fundamental na cultura, pois é por meio dela que os homens significam, dão sentido às coisas, produzem e reproduzem conceitos e ideias. As culturas nas quais nos inserimos utilizam diversos idiomas, ou dialetos para a comunicação interpessoal, além de serem, também, importantes na caracterização dos Estados e nações. De acordo com Charaudeau (2015), as línguas são parte da identidade das nações e são constantemente modificadas por elas, em um processo de transformação dialético, sendo as identidades nacionais construídas ao longo da história. Os idiomas falados pelas nações são uma das características mais fortes que compõem essas identidades. Como afirma Charaudeau (2015, p.26):

É evidente que a língua é necessária à constituição de uma identidade coletiva, que ela garante a coesão social de uma comunidade e que constitui o “cimento” dessa comunidade, quanto mais presente se faz. É por meio dela que se dá a integração social e que se forja a simbólica identitária. É igualmente evidente que a língua nos torna responsáveis pelo passado, com o qual cria uma solidariedade, fazendo com que nossa identidade seja moldada na história e que, conseqüentemente, tenhamos sempre algo a ver com nossa própria filiação por mais longínqua que seja.

Assim, podemos entender que o idioma, além de não ser apenas estático e nem a soma de um conjunto de regras, é construído e reconstruído na cultura, compõe a identidade coletiva, além de fazer parte da construção do sentimento de pertença dos indivíduos a determinada nação ou povo. Bakhtin (2008, p.207) fala acerca do tema considerando “a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da linguística, obtido por meio de uma abstração absolutamente necessária de alguns aspectos da vida concreta do discurso”.

Voltando-se para o idioma japonês, o mesmo é considerado como língua oficial apenas no Japão, mas é estudado em diversos países, inclusive por conta das diversas comunidades nipônicas, como, por exemplo, em São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Ceará¹. No Brasil, vivem cerca de 1.500.000 japoneses ou descendentes. Kawanami (2014) afirma que a migração para o país se iniciou em 1908, quando alguns japoneses vieram para o Brasil, aportaram em Santos para trabalhar nas plantações de café. Inicialmente, houve um choque cultural, mas as famílias vindas do Japão conseguiram se adaptar ao país, tendo inclusive progresso financeiro, em alguns casos.

¹ O Brasil possui a maior comunidade de japoneses e *nikkeis* (descendentes) no mundo, com exceção do Japão. A comunidade nipônica brasileira possui mais de um milhão e meio de pessoas (KAWANAMI, 2014).

Em relação ao estado do Ceará, foco de interesse das autoras do presente artigo, este não possui uma comunidade expressiva de japoneses e descendentes. Iwakami (2012) afirmam que o início do fluxo migratório se iniciou na década de 60, com a vinda de doze famílias para a cidade de Guaiuba, no interior do estado. A maior parte dessas famílias, no entanto, voltou para o Japão. Atualmente, há registro de que o Ceará possui cerca de 200 famílias nipo-descendentes, vindas, em sua maioria, de outros estados com maior presença de japoneses e *nikkeis*.

Retomando a temática deste trabalho, no caso da língua japonesa, as demarcações hierárquicas e sociais são bastante evidentes, aparecendo conforme a posição social, idade e o gênero daquele que fala e, em diversos momentos, também daquele que ouve.

Dentro da perspectiva acima apresentada, este artigo tem como proposta uma breve reflexão acerca das expressões honoríficas da língua japonesa, conhecidas como *keigo* (敬語), utilizando-se dos conceitos bakhtinianos de dialogismo, polifonia e alteridade constitutiva. Podemos aqui refletir também como a cultura influencia e é influenciada pelo idioma, sendo o *keigo* um exemplo claro dessa relação entre cultura e idioma.

Faz-se relevante o estudo desta temática, pois, além de não possuímos uma vasta literatura do tema em português, não se desenvolveram muitos estudos sobre o tema no Brasil que não sejam focados apenas em sua estrutura e uso gramatical. Como afirma Oishi (1974), é necessária a abordagem da utilização do *keigo* no contexto nipônico, e não apenas na utilização de suas regras gramaticais, pois seu uso está relacionado diretamente ao aspecto hierárquico e social japonês.

Ao falar das ideias expressas por Oishi, Doi (1991, p.103) afirma que “ele considera o *keigo* como um objeto a ser tomado como um fato social, fato expressivo e fato psicológico”. Minami (1977) também considera que, para adquirir mais consistência em sua explicação, a investigação do *keigo* deve ocorrer aliada a elementos extra-linguísticos, pelo fato de se tratar de expressões que advêm de relações sociais (DOI, 1991, p.103).

1. CULTURA E LINGUAGEM JAPONESA

A língua japonesa possui um complexo sistema de construções, que são reflexo de sua sociedade marcada por hierarquias, que demarcam o nível de intimidade e posições sociais ocupadas pelo falante e pelo ouvinte. Esses sistemas de construções variam conforme o status que ambos ocupam e da relação entre eles. Diferente do português, onde se divide basicamente a linguagem em formal e informal, o japonês possui mais de três tipos de construções principais, como: linguagem informal (*futsukei*), linguagem formal (*masukei*) e linguagem honorífica (*keigo*). Neste artigo, deteremo-nos especificamente na última.

A linguagem honorífica no japonês, chamada *keigo* (敬語), pode ser utilizada para demonstrar respeito e demarcar a posição social ocupada pelos interlocutores, ou seja, são expressões utilizadas para demonstrar reverência por parte do falante para com o ouvinte, ou pela pessoa à qual está se referindo. Dependendo da relação social estabelecida com o ouvinte, o falante deve mostrar reverência. Aqui são considerados três fatores básicos para decidir de que forma irá se utilizar o *keigo*. São eles:

1. *Sonkeigo* (尊敬語): quando o falante é considerado hierarquicamente inferior ao ouvinte, ou é jovem, com o objetivo de demonstrar respeito à pessoa mais velha ou superior a ele. Além disso, também são utilizadas para fazer referência a objetos pertencentes ao ouvinte. As expressões *sonkeigo* podem ser traduzidas como “expressões de respeito” (3A CORPORATION, 2000, p. 145).

2. *Kenjyougo* (謙讓語): quando falante e ouvinte não possuem uma relação de intimidade (quando encontram-se pela primeira vez, por exemplo), com o objetivo de demonstrar respeito para com o ouvinte. Neste tipo de expressão, o falante se rebaixa, colocando-se em uma posição de humildade perante o ouvinte. Em geral, é dirigida a outra pessoa que possua uma condição mais elevada socialmente, ou quando o falante faz referência a uma *uchi no hito* (ウチの人), que significa pessoa de casa/dentro, para alguém que seja *soto no hito* (ソトの人), que significa pessoa de fora. As expressões *kenjyougo* podem ser traduzidas como “expressões de humildade” (3A CORPORATION, 2000, p. 145).

3. *Teineigo* (丁寧語): expressões de polidez utilizadas como demonstração de respeito do falante pelo ouvinte. Aqui há também que se considerar o que se chama relação *uchi-soto* (ウチーソト), que em português significaria “dentro- fora”. *Uchi* (ウチ) é relacionado aos grupos dos quais o falante faz parte (família, empresa em que trabalha, etc.). Os demais grupos, então, são considerados como *soto* (ソト), ou seja, de fora do grupo familiar, da empresa que o falante pertence, da escola em que estuda, etc. Quando o falante fala de alguém pertencente a algum de seus grupos para alguma pessoa de fora de seus grupos, a pessoa do grupo é considerada semelhantemente ao falante. Assim, independente da hierarquia ocupada pela pessoa de quem o falante está se referindo, este não deve usar *keigo* para se referir a ela, por possuir nível de intimidade com a mesma. As expressões *teineigo* podem ser traduzidas como “expressões polidas” (3A CORPORATION, 2000, p. 145).

Podemos observar na fig.1, logo abaixo, como funciona a utilização das expressões acima explanadas conforme a posição hierárquica ocupada.

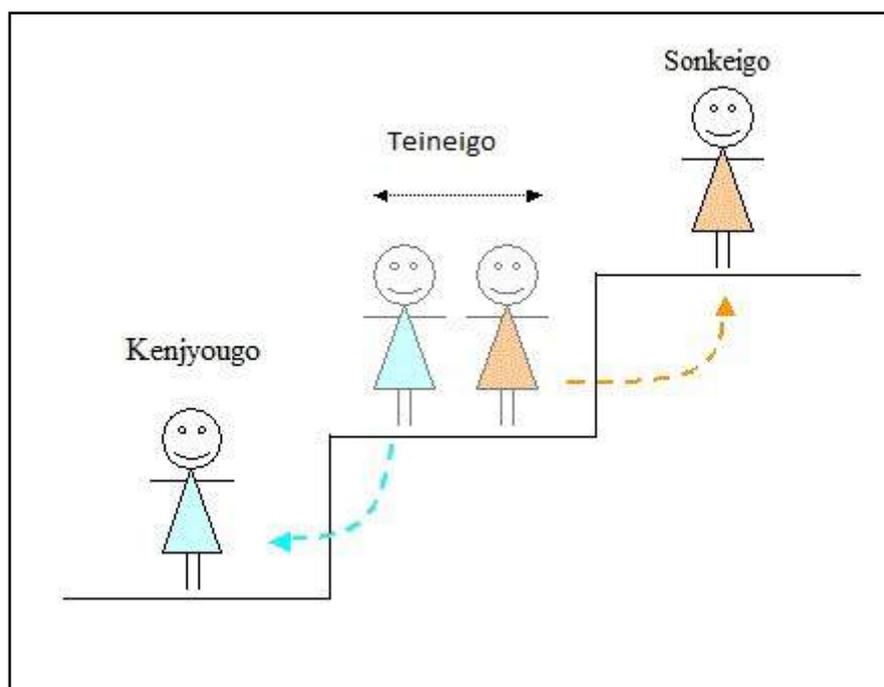


Figura 01- retirada do trabalho de GONZÁLES, M.M (2010). A tradução é de responsabilidade do autor do artigo.

O uso do *keigo* de forma correta é considerado difícil. Até mesmo os japoneses possuem dificuldades em sua utilização. Segundo Gonzáles (2010), por conta disso, é comum, por exemplo, que antes de serem admitidos em alguma empresa, os funcionários participem obrigatoriamente de um curso básico de *keigo*. No caso das escolas, os alunos passam a ser cobrados do uso do *keigo* com professores e superiores desde a quinta ou sexta série.

Quanto ao estudo do *keigo* na Análise do Discurso, Doi (1991, p.97) afirma que a expressão está sendo substituída pelo que denominam de *Taiguu Hyoogen*, que pode ser traduzido como forma de tratamento. A autora justifica a mudança porque o *keigo* se remete às formas linguísticas referentes à relação entre interlocutores. Afirma também que a utilização dessas formas de tratamento em seu trabalho “expressam melhor a natureza do funcionamento dos “*keigo*” dentro da perspectiva da Análise do Discurso.” (DOI, 1991, p.97). Aqui, porém, optamos por conservar a expressão *keigo*.

2. DIALOGISMO, POLIFONIA E ALTERIDADE NO KEIGO

No estudo de idiomas, é imprescindível entender que o diálogo entre duas pessoas não é apenas ligado diretamente à língua e às regras linguísticas, mas é atrelado ao discurso. Portanto, temos aqui a perspectiva de uma visão da língua dentro do processo de comunicação dialógico. Como fala Bakhtin (2008, p.210),

As relações dialógicas são extralingüísticas. Ao mesmo tempo, porém, não podem ser separadas do campo do *discurso*, ou seja, da língua enquanto fenômeno integral concreto. A linguagem só vive na comunicação dialógica daqueles que a usam. É precisamente essa comunicação dialógica que constitui o verdadeiro campo da *vida* da linguagem. Toda a vida da linguagem, seja qual for o seu campo de emprego (a linguagem cotidiana, a prática, a científica, a artística, etc.), está impregnada de relações dialógicas [grifos do autor citado].

Conforme Marcuzzo (2010), dialogismo, um dos principais conceitos de Bakhtin, é definido como o princípio que constitui a linguagem de todo discurso. Tal termo remete a diálogo (vem de *dialogesthai*), que significa conversa entre duas pessoas. No caso do conceito aqui em questão, como afirma Bloes (2006, p.13), é o “processo de interação entre textos onde este não é visto isoladamente, mas sim correlacionando com outros discursos”.

Podemos compreender, então, conforme afirma Bloes (2006, p.13), que “o dialogismo é o permanente diálogo entre diversos discursos que configuram uma sociedade, uma comunidade, uma cultura, pois para Bakhtin, a vida é dialógica por natureza”. Bakhtin, em sua teoria, defende que não há uma cultura unitária, pois diferentes vozes se relacionam e configuram a sociedade.

Em seus estudos, o autor afirma que o discurso é composto por diversas vozes, ou seja, cada ato de fala tem assimilado e faz uma reestruturação dessas várias vozes que o compõem. Um único discurso, então, é constituído por diversos outros, que interagem com ele e é perpassado pelas interações sociais, o que Bakhtin denomina de polifonia (BAKHTIN, 2003), um dos principais conceitos dentro do dialogismo.

Entendendo este conceito, então, pode-se concluir, conforme o autor, que polifonia é “a multiplicidade de vozes equipolentes, as quais expressam diferentes pontos de vista acerca de um mesmo assunto”. (BAKHTIN, 2008, p.38-39). No discurso, segundo Marcuzzo (2010), a polifonia funciona como uma estratégia discursiva que é utilizada no processo de construção textual.

O autor fala acerca da questão de que aquilo que se fala, por mais “autêntico” que seja, mesmo que a ideia seja elaborada naquele momento por quem a expressa, esse discurso parte de algo já existente, de vozes e de ideais culturais e históricos que interagem concomitantemente com aquilo que o falante está comunicando. Como afirma Bakhtin (2008, p.23):

No fato de que as vozes, aqui, permanecem independentes, e, como tais, combinam-se numa unidade de ordem superior à homofonia. E se falarmos de vontade individual então é precisamente na polifonia que ocorre a combinação de várias vontades individuais, realiza-se a saída de princípio para além dos limites de uma vontade.

Quando nos remetemos às expressões japonesas, é importante compreender, primeiramente, que estas são faladas por pessoas dentro de um contexto social permeado de uma cultura (a nipônica). Kikuchi (2012) afirma que essa cultura é fortemente marcada por divisões hierárquicas e pela história de um país que tem origem feudal, cujas marcas ainda são bastante fortes e que fazem com que, mesmo o país possuindo um regime político democrático, permaneça com fortes traços de divisões de hierarquia.

Quando utilizam as expressões *keigo*, então, os japoneses não estão apenas trazendo em seus discursos um conjunto de regras gramaticais, ou uma forma respeitosa de fala perante aquele a quem está se remetendo, mas toda uma ideologia histórica que foi composta e é demonstrada em sua fala.

Por exemplo, ao agradecer falando *doumo arigatou gozaimashita* (どうもありがとうございました), ao invés de apenas como ouvimos costumeiramente no Brasil, *arigatou* (ありがとう), o falante está demonstrando respeito pelo ouvinte ou demarcando as posições que cada um deles ocupa. Isso ocorre não apenas pelo fato de que falando assim está sendo gentil porque gostaria de demonstrar educação para quem o escuta, mas porque sua fala está permeada por outros discursos, que foram construídos no decorrer da história e vem permanecendo na cultura nipônica ao longo do tempo.

Outro conceito bakhtiniano que se faz importante na compreensão da temática aqui trabalhada é o de alteridade. Podemos entender que a condição de existência da identidade é a alteridade, ou seja, não tenho como me definir como “eu” sem que para isso exista um “outro”, ou “outros”. No caso do discurso, este sempre é realizado por alguém e dirigido a outrem, nem que seja àquele que o produziu. Como afirma Fiorin, (2006, p.170), “todo enunciado possui uma dimensão dupla, pois revela duas posições, a sua e a do outro”.

No caso do *keigo*, esse fato está bem marcado, pois há uma preocupação constante com as posições que falante e ouvinte ocupam e com as relações hierárquicas e de intimidade que eles estabelecem. As expressões de fala dentro do discurso produzido irão variar para ambos conforme as maneiras como falante e ouvinte se posicionam na relação social.

Cada lugar ocupado, pelo falante e pelo ouvinte, é qualificado de determinada forma e designa determinadas maneiras de falar, agir, posicionar-se, como afirma Maingueneau (2006, p. 152), “cada autor se orienta em função da autoridade que tem condições de adquirir, dadas suas conquistas e a trajetória que concebe a partir delas num dado estado do campo.” Compreende-se, portanto, que um posicionamento qualifica determinada posição e lhe dá autoridade, em detrimento de outras. É interessante destacar aqui que, no caso da cultura japonesa, há fortemente a filosofia do pensamento no outro, seja em suas ações ou na maneira de falar, onde sempre há a consideração pelo outro, para aquele a quem se dirige o discurso. A alteridade no discurso japonês é fortemente marcada nas formas de tratamento, sendo o *keigo* um exemplo disso.

É importante compreender, então, a ideia de que o discurso é visto como processo, rejeitando seu conceito estático, mas entendido como uma prática, a prática discursiva. Costa (2005) fala sobre a discussão de Pêcheux acerca das três épocas da Análise do Discurso Francesa. A primeira fase inicia-se com a criação da *École Française d'Analyse du Discours* (1969). A segunda caracteriza-se pelo conceito discutido por Michel Foucault de *Formação Discursiva*. A terceira época é defendida a ideia de que os discursos que permeiam uma Formação Discursiva se formam no interior de um interdiscurso, de forma regulada, e não de maneira independente. A quarta fase da Análise do Discurso, proposta por Costa (2005), enxerga o sujeito em um processo dialético, sendo ele, ao mesmo tempo, produtor e produzido na sociedade. Entendemos, então, que a prática discursiva é também a prática de sujeitos, que são, por sua vez, constituídos pela cultura.

CONCLUSÃO

Retomando a discussão que desenvolvemos até aqui, concordamos com o posicionamento de Costa (2005), pois é na interação do homem com a sociedade que o discurso se produz e reproduz, assim como ocorre com o próprio sujeito, que vai se constituindo e se formando através dessa interação cultural.

A linguagem *keigo* aqui estudada não é apenas um conjunto de estruturas linguísticas, mas é construída dentro de uma estrutura social, refletindo, assim, a demarcação de classes sociais e a hierarquização que existe no contexto japonês. Aqui podemos perceber que o uso dos diversos tipos de estruturas de linguagem, e, mais especificamente dos diversos tipos de expressões honoríficas, são produzidos e reproduzidos pelas práticas discursivas daqueles que o constroem.

O “plurilinguismo interior”, conceito abordado por Maingueneau, (2006) ocorre na utilização do idioma japonês, com o uso simultâneo não somente de dialetos (ex: *Osaka-ben*, dialeto da cidade de Osaka e *Kyo-kotoba*, dialeto da cidade de Kyoto), que não são foco neste artigo, mas de uma diversidade de tipos de discurso que carrega consigo cultura e história, que a embasa e constitui.

Observamos, por fim, que os conceitos bakhtinianos de dialogismo, polifonia e alteridade podem ser relacionados ao uso das expressões *keigo*, no sentido de que as múltiplas vozes que compõem o discurso aparecem demarcadas na utilização do *keigo*, sendo produzidas conforme as posições ocupadas pelo ouvinte e pelo falante. As diversas vozes que constroem o discurso, por sua vez, são constituídas em um processo sócio-histórico e vão se modificando conforme interagem

com o meio cultural, transformando-o ao mesmo tempo. Todo discurso é construído por alguém e direcionado para alguém, em uma relação dialógica e de alteridade, pois toda vez que se fala, faz-se isso para alguém nem que seja para o próprio falante.

Concluimos, aqui, uma breve interlocução entre os conceitos bakhtinianos acima citados e o uso de expressões honoríficas do idioma japonês. É interessante, contudo, que se façam mais estudos acerca da temática, ainda não tão estudada no Brasil, o país que possui o maior número de descendentes e de japoneses fora do Japão, sendo a cultura nipônica de importante influência em nosso país, onde a imigração japonesa já possui mais de cem anos.

REFERÊNCIAS

3A CORPORATION. *みんなの日本語. Minna no Nihongo Shokyu II Honsatsu* – Tradução e notas gramaticais. 1ª edição. Japão, 3A Corporation, 2000.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução Paulo Bezerra. 4ª ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BLOES, C. C. A. **“Pianeiros: dialogismo e polifonia no final do século XIX e início do século XX”**. 2006, 96p. (Dissertação apresentada no curso de Pós- Graduação, mestrado, em Música do Instituto de Artes da UNESP). UNESP, São Paulo.

CHARAUDEAU, P. Identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal. In: LARA, G. P., LIMBERTI, R. P. **Discurso e (des)igualdade social**. Tradução: Clebson Luiz de Brito e Wander Emediato de Souza. 1ª ed. São Paulo/SP, Editora Contexto, 2015.

COSTA, N. B. da. O primado da prática: uma quarta época para a Análise do Discurso. In: COSTA (org). **Práticas discursivas: exercícios analíticos**. Campina. Pontes, 2005.

DOI, E. T. As formas de tratamento do japonês: seu funcionamento. In: **XXXV Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo**, 11, 1991, Taubaté. Cadernos Estudos de Linguagem. Campinas, 1991, p.97-112.

FIORIN, J. L. Interdiscursividade e intertextualidade. In: BRAIT, B (Org.). Bakhtin: outros conceitos-chave. São Paulo, Editora Contexto, 2006, p. 161-193.

GONZÁLES, M.M.敬語– Keigo, lenguaje formal. In: **¡Un mexicano em Japón!** Tokyo, 15 jul. 2010. Disponível em: <<http://manuel.midoriparadise.com/2010/07/%E6%95%AC%E8%AA%9E-keigo-lenguaje-formal/>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

IWAKAMI, L. T. Uma experiência de ensino da língua japonesa no Nordeste: o curso de japonês no Núcleo de Línguas da Universidade Estadual do Ceará. In: MUKAI, Y.; JOKO, A. T.; PEREIRA, F. P. (Orgs). **A Língua Japonesa no Brasil**: reflexões e experiências de ensino e aprendizagem. Coleção Japão em Foco - vol. I, Campinas, Pontes Editores, 2012.

KAWANAMI, S. Os 10 países com maior concentração de japoneses. In: **Japão em Foco**, Santo André, 17 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.japaoemfoco.com/paises-com-maior-concentracao-de-japoneses/>>. Acesso em: 07/07/2016.

KIKUCHI, W. 2012, 221p. **Relações hierárquicas do Japão Contemporâneo**: um estudo da consciência de hierarquia na sociedade japonesa. (Tese de Pós-Graduação em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo/ USP, São Paulo.

MAINGUENEAU, D. O Posicionamento. In: MAINGUENEAU, D. **Discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2006. P. 151-208.

MARCUZZO, P. Diálogo inconcluso: os conceitos de dialogismo e polifonia na obra de Mikhail Bakhtin. **Cadernos do IL (UFRGS)**, Porto Alegre/ RS, v. 1, p. 2-10, 2010.

MINAMI, F. **Keigo no kino to keigo kodo** [The Function of honorifics and respectful behaviour]. Ono and Shibata, p. 1-44, 1977.

OISHI, H. Keigo no shikumi [The structure of polite language]. In: **Buncachoo [Agency of Cultural Affairs] Kotoba shiriizu 1: keigo** [language series1: Polite language] pp. 25-36. Tokyo, Japan. Ministry of Finance Publishing Japanese, 1974.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. 7ª. ed, 2ª tiragem. Martins Fontes, São Paulo/ SP, 2008.

A ABORDAGEM ERGONÔMICA DA ATIVIDADE DOCENTE: UMA INTRODUÇÃO ÀS NOÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

*Rozania Maria Alves de Moraes (UECE)**

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de desenvolver reflexões relativas ao trabalho do professor pelo viés da ergonomia da atividade, a partir de algumas noções teóricas e metodológicas aqui apresentadas. Resultado de estudos realizados e experiências ao lado da equipe ERGAPE, de Marseille, o texto aponta alguns aspectos do quadro metodológico da Autoconfrontação, utilizado nas pesquisas da equipe francesa e também em uso nas investigações que vem acontecendo na Universidade Estadual do Ceará. As pesquisas já concluídas nesta universidade apontam caminhos não apenas para o possível diálogo entre pesquisa e formação, mas também para novas perspectivas no que se refere à abordagem na formação de professores de línguas.

Palavras-chave: Ergonomia da Atividade; Abordagem Ergonômica; Autoconfrontação; Formação de Professores.

ABSTRACT

This paper aims to develop reflections on the work of teachers by the perspective of the activity of ergonomics, from some theoretical and methodological concepts presented here. From results of studies and experiences carried out together with the ERGAPE team of Marseille, the text points out some aspects of the methodological framework of self-confrontation, used in research by the French team and also in use in research that has been going on at the State University of Ceará. The research completed at this university points to ways not only for the possible dialogue between research and training, but also to new perspectives with regard to the approach in the training of language teachers.

Keywords: Ergonomics of the Activity; Ergonomic Approach; Self-confrontation; Teacher Training.

* Professora pesquisadora do Programa de Pós-Graduação (PosLA) UECE.
Email: rozania.moraes@uece.br

INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo de apresentar algumas reflexões relativas ao trabalho do professor pelo viés da ergonomia da atividade. É o resultado da observação de algumas atividades e pesquisas desenvolvidas pelos pesquisadores da equipe ERGAPE¹, durante nosso estágio pós-doutoral, acordado pela então Universidade de Provence (hoje Aix-Marseille), durante o período de abril 2011 a abril 2012.

O texto compreende duas partes: a primeira traz algumas noções teóricas referentes à ergonomia enquanto disciplina que, por sua vez, nos conduz a apresentar a clínica da atividade e a própria noção de atividade. A segunda parte trata da autoconfrontação como um quadro metodológico nas pesquisas que levam em conta a atividade profissional e onde apresentamos aspectos desse quadro metodológico em pesquisas realizadas e um breve recorte de uma autoconfrontação simples de uma pesquisa realizada na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Finalizamos discutindo certos elementos das partes precedentes em relação a novas perspectivas para a formação na Universidade Estadual do Ceará.

ERGAPE e a formação dos profissionais da educação

A partir dos anos 1990 as numerosas pesquisas tendo a formação de professores como um objeto de estudo permitiram que este se tornasse um eixo de pesquisa no domínio da linguística aplicada (LA), uma realidade no campo científico mundial e não somente no Brasil (GIL, 2005).

Segundo Gil (2005) essas pesquisas em diferentes contextos (macros: os cursos e programas de formação, por exemplo; e micros: a sala de aula na universidade a formação continuada, etc.) e com diferentes participantes (formadores, futuros professores, professores, coordenadores, supervisores, etc.) evocam várias opções a serem exploradas na área de formação de professores, como, por exemplo, a prática reflexiva, as crenças, a construção da identidade profissional, o uso das TDIC², os gêneros textuais, o(s) letramento(s), as ideologias, etc. As metodologias utilizadas são de ordem qualitativa/interpretativa tendo como técnicas/instrumentos entrevistas, questionários, observações, tomadas de notas, gravações audiovisuais.

Trata-se notadamente de uma produção fértil e importante considerando o caráter inter e transdisciplinar da LA, isto é, a possibilidade de diálogo com outras disciplinas (psicologia, antropologia, pedagogia, por exemplo) que os estudos no domínio de formação de professores permitem. No entanto, atualmente não há muitas pesquisas (no Brasil, particularmente) sobre formação de professores que dialogam com a ergonomia (disciplina das ciências do trabalho, da qual trataremos a seguir). Exceto pesquisas desenvolvidas nas universidades de São Paulo (USP e PUC), cujos estudos sobre formação de professores na abordagem ergonômica atingem um estágio relativamente crescente, em outras regiões do Brasil essa abordagem permanece ainda pouco conhecida ou até mesmo desconhecida.

¹ ERGAPE: Ergonomia da Atividade dos Profissionais da Educação.

² Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação.

Graças a um acordo CAPES-COFECUB³ realizado entre universidades brasileiras e francesas, trocas científicas puderam acontecer. Por isso, os trabalhos idealizados e realizados por essas equipes foram divulgados nas esferas acadêmicas do Sul e Sudeste do Brasil.

O eixo ERGAPE da UMR-ADEF⁴ da Universidade Aix-Marseille tem como objetivo estudar, na perspectiva ergonômica, o trabalho dos profissionais da educação e sua evolução. Esses estudos analisam as atividades e as prescrições⁵ da atividade dos professores, considerando a diferença entre o trabalho prescrito e o trabalho real⁶, e compreendem as diversas categorias nas quais podem se inserir esse profissionais (estagiários, professores novatos, professores experientes, formadores, conselheiros pedagógicos, etc.) assim como as diversas situações do meio educativo (ensino em sala de aula, tutorado, formação, etc)⁷.

As questões referentes ao trabalho docente, na perspectiva ergonômica da atividade, aparecem em estudos recentes, e isto até mesmo na França. As pesquisas em Educação, *a priori*, se preocupam muito mais com os alunos do que com o professor, aquelas em didática (para falar um pouco da DLV⁸) também não privilegiam o papel do professor, ou seja, colocando à parte alguns casos isolados, as pesquisas em didáticas das disciplinas nesses últimos tempos não levaram em conta especificamente “os gestos profissionais do professor” (AMIGUES, 2003, p.7).

Em outras palavras, a atividade docente ainda é pouco explorada como objeto de estudos científicos, exceto para a equipe ERGAPE, que vem realizando inúmeros trabalhos na área nos últimos anos. Essa é a razão pela qual esse grupo investe em articulações com pesquisadores brasileiros, por exemplo, a fim de criar eixos que irão, doravante, poder considerar esse objeto de pesquisas, mas também de formação profissional educativa no âmbito da ergonomia da atividade. Assim, é necessário agora apresentar a ergonomia enquanto disciplina.

1. EM TORNO DE ALGUMAS NOÇÕES TEÓRICAS:

1.1 Ergonomia

Antes de apresentar aspectos (bastante pontuais) sobre a história da ergonomia, é importante mostrar o significado do próprio termo. De origem grega (*ergon* = trabalho, e *nomos* = normas, leis, regras), o termo ergonomia designa a ciência do trabalho. De acordo com a *International Ergonomics*

³ Acordo entre as universidades brasileiras PUC-Rio, PUC-São Paulo, UFRJ-Rio e as universidades francesas de Provence/ Aix-Marseille e de Rouen.

⁴ *Unité Mixte de Recherche ADEF: Apprentissage, Didactique, Evaluation, Formation.*

⁵ As prescrições constituem as tarefas, as regras (oficiais ou não) que orientam/regulam o trabalho do professor. De acordo com Amigues (2004, p. 42) as prescrições não servem unicamente para “desencadear a ação do professor, mas elas são também objetos constitutivos de sua atividade”. Para maiores detalhes ver Amigues (2003; 2004) e Amigues e Lataillade (2007).

⁶ A partir da diferença entre o trabalho prescrito e o trabalho real, aplicada à atividade do professor, foi desenvolvida um problemática que vai além dessa questão: o recurso à teoria de gêneros. Ver notadamente os trabalhos F. Saujat sobre o gênero professor iniciante.

⁷ Ver Homepage ADEF: <http://sites.univ-prov.fr/umr-3/spip.php?article17>

⁸ *Didactique des Langues Vivantes*

Association, trata-se de uma “disciplina voltada para os sistemas que se estende a todos os aspectos da atividade humana”⁹. E também:

A ergonomia (ou os « fatores humanos¹⁰») é:

- a disciplina científica que se ocupa da **compreensão das interações** entre os homens e os outros elementos de um sistema.

- a profissão que aplica as teorias, os princípios, os dados, os métodos para **conceber no objetivo de otimizar** o bem-estar dos homens e a performance do sistema em seu conjunto.

Os ergônomos contribuem para a **concepção e para a avaliação** das tarefas, dos produtos, das condições de trabalho e dos sistemas para **torná-los compatíveis** com as necessidades, as capacidades, as possibilidades e os limites dos seres humanos.¹¹

Trata-se de uma disciplina recente¹², cuja origem é muito ligada às questões relacionadas ao trabalho e aos conflitos sociais. Embora a história da ergonomia encontre marcas em épocas distantes da Antiguidade, e o termo tenha sido utilizado pelo biólogo polonês Wojciech Jastrzbowski em 1857, seu verdadeiro desenvolvimento se deu apenas a partir da Segunda Guerra. Assim, a origem da ergonomia, tal qual se adota hoje em dia, data de 1947, na Grã-Bretanha, quando o engenheiro Murrell reintroduziu o termo. E em 1949 foi criada a primeira sociedade nacional de ergonomia (*Ergonomic Research Society*, que se tornou *Ergonomic Society*).

O desenvolvimento da ergonomia na Grã-Bretanha ocorreu devido às pesquisas conduzidas durante a guerra, tendo como objetivo “atenuar os esforços humanos em situações extremas” e, também, graças aos estudos realizados pela sociedade de pesquisa ergonômica que visavam a “levar em consideração os fatores humanos na concepção de dispositivos técnicos (...) a fim de atenuar danos ao organismo humano (...)” (SOUZA-E-SILVA, 2004, p. 86).

Desde então os trabalhos e pesquisas começavam a aparecer em vários países desenvolvidos como Estados Unidos, França e Japão, entre outros. Entretanto, mostraremos, a seguir, que a França escolheu uma abordagem centrada principalmente nas questões epistemológicas em

⁹ « discipline orientée vers les systèmes qui s’étend à tous les aspects de l’activité humaine »

¹⁰ Segundo Darse ; Montmollin (2006, p. 10) a corrente ergonômica (principalmente americana) dos *fatores humanos* “privilegia a interface entre os componentes materiais e os componentes (ou ‘fatores’) humanos”. A outra corrente (sobretudo européia ou francófona) privilegia o homem como ator em um sistema de trabalho. Para maiores detalhes sobre o “fator humano”, ver a obra de Christophe Dejours, *Le Facteur humain*, PUF, 1995.

¹¹ « L’ergonomie (ou les « facteurs humains») est : la discipline scientifique qui s’occupe de la **compréhension des interactions** entre les hommes et les autres éléments d’un système. La profession qui applique les théories, les principes, les données, et les méthodes **pour concevoir dans le but d’optimiser** le bien-être des hommes et la performance du système dans son ensemble. Les ergonomes contribuent à la **conception et à l’évaluation** des tâches, des produits, des conditions de travail et des systèmes pour les **rendre compatibles** avec les besoins, les capacités, les possibilités et les limites des êtres humains ». Ver homepage da SELF (Sociedade de Ergonomia de Língua Francesa), disponível em: <http://www.ergonomie-self.org/heading/heading27179.html>.

¹² É verdade que na história da ergonomia seus precursores aparecem desde a Antiguidade, e ao longo dos séculos encontramos personalidades (médicos, engenheiros, inventores e outros) que desenvolveram, em seus *métiers*, princípios da ergonomia. Entretanto não nos interessa neste estudo fazer um histórico da ergonomia. Para maiores detalhes ver A. LAVILLE. Repères pour une histoire de l’ergonomie francophone. *Comptes rendus du Congrès SELF-ACE 2001*. Disponível em: <http://www.ergonomie-self.org/documents/36eme-Montreal-2001/PDF-FR/v1-01a-laville.pdf>

relação aos “efeitos da ação ergonômica” (idem, p. 87) em situações de trabalho. É preciso então dizer que a ergonomia é vista sob duas perspectivas ou correntes: a primeira, anglo-saxônica ou americana; e a segunda, francófona ou francesa. Os princípios dessas duas correntes, apesar de suas particularidades/diferenças, não são contraditórios, e, em certos casos, podem até mesmo se completarem. Apresentaremos alguns aspectos dessas duas correntes, mas é notadamente na ergonomia francesa que se baseia nosso estudo.

A primeira corrente¹³ leva em consideração as características do homem enquanto “máquina humana” para que se lhe possa adaptar as máquinas, os equipamentos, os dispositivos técnicos dos quais ele precisa em seu trabalho. Essa corrente da ergonomia é conhecida como ergonomia dos fatores humanos ou *human factors*, de acordo com os ergônomos anglo-saxões (DARSES; MONTMOLLIN, 2006).

A segunda corrente considera o homem como ator (agente) em um sistema de trabalho. Em outras palavras, é a dinâmica da atividade humana que é levada em conta, e, assim, o trabalho deve ser analisado como um processo (DARSES; MONTMOLLIN, 2006).

É nessa segunda corrente que se situa a ergonomia francesa ou francófona. Esta ergonomia é marcada por preocupações iniciais que vão se reencontrar, quando finalmente será criada a Sociedade de Ergonomia da Língua Francesa (SELF), em 1963. Resumimos essas três preocupações a: 1) efeitos produzidos pelo trabalho na saúde do indivíduo; 2) eficácia do trabalho humano e a adaptação das máquinas/ferramentas, etc, assim como a organização do trabalho; 3) adaptação do homem ao trabalho. Assim, desde o período da Segunda Guerra até a criação da SELF, a ergonomia francófona realizou todo um processo de concepção.

A contribuição da ergonomia, a partir de uma demanda, (geralmente), é de “compreender o trabalho para transformá-lo¹⁴” no que nos diz respeito, especificamente, ao trabalho do professor ou dos futuros professores de línguas (em formação inicial ou continuada). Com essa contribuição, acreditamos que é possível analisar a atividade desses professores para, assim, poder intervir e ajudá-los de alguma forma a transformar essas situações com as quais eles são confrontados (dificuldades, dilemas, etc.). O fato de existir uma demanda torna particular a abordagem ergonômica em relação à maior parte das pesquisas desenvolvidas nas ciências humanas, uma vez que a demanda pode conduzir o pesquisador desde o início em direção às dificuldades e situações conflituosas já existentes (WISNER *apud* FAÏTA; SAUJAT, 2010). É então importante abordar aqui algumas questões relativas à intervenção e ao papel do pesquisador.

De acordo com Faïta e Saujat (2010), a atividade de intervenção do pesquisador não se limita apenas a “assistir” os professores para “trabalhar” sua experiência e isso diante das dificuldades encontradas por estes, mas também essa atividade conduz o pesquisador a *transformar essa*

¹³ Nessa corrente Frederick Taylor (daí o termo *Taylorismo*) foi, provavelmente, o representante mais célebre, responsável pela criação da Organização Científica do Trabalho e que deixou uma forte herança relacionada à divisão do trabalho (bastante mecanicista aos olhos da psicologia do trabalho). Baseando-se em observações empíricas, Taylor foi considerado o primeiro analista do trabalho, apesar das críticas sobre suas concepções de trabalho/trabalhadores.

¹⁴ *Comprendre le travail pour le transformer* é, aliás, o título de uma obra (GUÉRIN ; LAVILLE ; DANIELLOU ; DURAFFOURG ; KERGUELEN ; 1991) publicado por ANACT éditions. Para os autores, transformar o trabalho é a finalidade maior da intervenção ergonômica (p. 17).

experiência a fim de compreendê-la. Aqui se vê nitidamente um trabalho de co-análise que reúne pesquisador e professor, e no qual a atividade considerada “ordinária” se põe em movimento, como um tipo de “reconstrução” do *métier* permitindo ao professor vislumbrar de outra forma sua atividade, e ao pesquisador melhor compreendê-la para, assim, poder propor condições de desenvolvimento. Isso nos conduz às reflexões de Clot e Leplat (2005, p. 302. Grifo nosso): “A observação do trabalho produz resultados para o interveniente em termos de conhecimentos, mas ela não produz apenas conhecimentos. *Ela produz também a atividade no observado*”¹⁵. Ora, no momento em que o observado verbaliza a respeito de seu trabalho, cria-se uma nova atividade (“a atividade sobre a atividade”), em outras palavras, a linguagem se manifesta nela própria enquanto atividade; retomando o que sustenta Faïta (2011, p. 44) “a linguagem, atividade humana que consiste prioritariamente em interagir e em trocar não é nem dissociável nem qualitativamente diferente das outras”, pois, acrescenta o autor, “não existe nenhuma atividade fundamentalmente ‘muda’, apesar das aparências ou das coerções regulamentares”¹⁶ (idem, p. 45).

1.2 Clínica da atividade

Em Clot e Leplat (2005), os autores apresentam o conceito de clínica de atividade começando pela definição do termo clínica (adjetivo). O termo, utilizado na medicina, corresponde ao tratamento das doenças realizado de maneira individual (ex: a visita do médico ao doente em seu leito). No entanto a atenção dos autores é dirigida principalmente para o uso associado à noção de método.

No que se refere a este método, “sua finalidade é então epistêmica, pois orientada essencialmente para a aquisição de conhecimentos sobre uma situação de trabalho, sendo esta compreendida como a junção do operador com suas condições de trabalho”¹⁷ (CLOT; LEPLAT, 2005, p. 290). Compreendemos que, no que os autores denominam aqui de “condições de trabalho”, se inserem os fatores tarefa e ambiente de trabalho. Em outras palavras, o método clínico é um dos métodos utilizados em psicologia e em ergonomia da atividade para analisar a atividade em situações de trabalho¹⁸, e faz parte *a priori* do processo da intervenção.

A clínica da atividade se situa em um quadro metodológico que se refere aos pressupostos teóricos de Vygotski, particularmente aos métodos indiretos. Para Vygotski “a observação direta clássica não pode ser considerada como sinônimo de objetividade”¹⁹ (VERESOV²⁰, 1999, p. 213,

¹⁵ « L’observation du travail produit des résultats pour l’intervenant en termes de connaissances mais elle ne produit pas que des connaissances. Elle produit aussi de l’activité chez l’observé ». Clot e Leplat (2005, p. 302).

¹⁶ « le langage, activité humaine consistant majoritairement à interagir et échanger n’est ni dissociable ni qualitativement différent des autres », (FAÏTA, 2011, p. 44) (...) « il n’existe aucune activité foncièrement ‘muette’, en dépit des apparences ou des contraintes réglementaires » (idem, p. 45).

¹⁷ « sa visée est alors épistémique, car orientée essentiellement vers l’acquisition de connaissances sur une situation de travail, celle-ci étant comprise comme le couplage de l’opérateur avec ses conditions de travail » (CLOT ; LEPLAT, 2005, p. 290).

¹⁸ Os autores citam trabalhos nos quais o método clínico (em situações de trabalho) foi utilizado, como por exemplo, o de J.-M. Lahy e S. Pacaud (1931) centrado em questões dirigidas primeiramente à tarefa, mas também aos empregados; o de J.-M. Faverge (1968) sobre o procedimento clínico em psicologia industrial; e o de L. A. Suchman (1987) no qual este desenvolve a noção de ação situada. A respeito desta noção, segundo Suchman, “a situação é crucial para a interpretação da ação” (1987, p. 187, apud CLOT ; LEPLAT, 2005, p. 296).

¹⁹ « l’observation directe classique ne peut pas être considérée comme synonyme d’objectivité » (VERESOV, 1999, p. 213, apud CLOT, 2011, p. 20).

²⁰ N. Veresov, *Undiscovered Vygotsky*. Francfort : Peter Lang, 1999.

apud CLOT, 2011, p. 20). Então, seguindo a influência vigotskiana, Clot (2011, p. 19) defende a tese de que é somente a partir da “ajuda das marcas que é necessário construir” que se pode aceder à experiência vivida, não estando esta “diretamente acessível”. Compreendemos daí por que Clot (2008, p. 102) considera que a contribuição da clínica da atividade na análise do trabalho é primeiramente uma contribuição metodológica.

Essa metodologia, chamada historico-desenvolvimentalista, tem como objeto a história do desenvolvimento da atividade. Desta feita, tentar compreender a atividade para transformá-la não é suficiente; é preciso também transformá-la para compreendê-la. E isso passa por uma organização de diálogos, estes considerados por Clot (2008, p. 127) como a mola (motivo) do desenvolvimento da atividade, este desenvolvimento sendo muito mais interessante para o pesquisador que a atividade como tal, pois é assim que a experiência vivida e reconhecida dá lugar a outras experiências graças ao poder de agir. O poder de agir, para Clot, refere-se à atividade. Segundo o autor, o poder de agir “mede o raio de ação efetivo do sujeito ou dos sujeitos em seu meio profissional habitual, o que se pode também chamar de *brilho da atividade, seu poder de recriação*²¹” (CLOT, 2011, p. 29. Grifo nosso).

A clínica da atividade deve então identificar os conflitos e as dificuldades que existem no meio profissional buscando transformar as tarefas e a organização do trabalho a fim de, assim, contribuir para o desenvolvimento do poder de agir dos sujeitos.

1.3 Atividade

Encontramos nos estudos realizados por Leplat e Hoc (1983), referentes às acepções de tarefa e atividade, que a tarefa compreende “o que se tem a fazer e a atividade o que se faz” (p. 50); ou seja, a primeira evoca a ideia de prescrição, e a segunda evoca o que é posto em jogo pelo sujeito para realizar as prescrições. Os autores definem tarefa como um “objetivo dado em condições determinadas” (p.51) e a atividade como:

[...] o que é posto em prática para executar a tarefa. Esta atividade é finalizada pelo objetivo que se fixa o sujeito a partir do objetivo definido pela tarefa. Logo que ela se aplica a objetos materiais, ela é em parte observável. Logo que ela porta sobre representações mentais pode-se perceber disto apenas o resultado final [...] Em todos os casos, a parte observável da atividade (o comportamento) constitui apenas um aspecto disto, aspecto importante uma vez que sem ele o segundo aspecto seria inacessível. Este segundo aspecto é constituído pelos mecanismos inobserváveis de produção desse comportamento (LEPLAT; HOC, 1983, p. 54)²².

²¹ « mesure le rayon d’action effectif du sujet ou des sujets dans leur milieu professionnel habituel, ce qu’on peut aussi appeler le rayonnement de l’activité, son pouvoir de récréation » (CLOT, 2011, p. 29).

²² « ...ce qui est mis en oeuvre pour exécuter la tâche. Cette activité est finalisée par le but que se fixe le sujet à partir du but défini par la tâche. Lorsqu’elle s’applique à des objets matériels, elle est en partie observable. Lorsqu’elle porte sur des représentations mentales on peut n’en percevoir que le résultat ultime (...) Dans tous les cas, la partie observable de l’activité (le comportement) n’en constitue qu’un aspect, aspect important puisque sans lui le second aspect serait inaccessible. Ce second aspect est constitué par les mécanismes inobservables de production de ce comportement. » (LEPLAT ; HOC, 1983, p. 54).

As contribuições de Clot (1999)²³ e Clot et Faïta (2000) trouxeram uma renovação a essa tradição clássica da análise do trabalho. Os autores pensaram em ir além da dicotomia “prescrito (tarefa)/real (atividade)”. A noção de atividade evocada por Clot, à qual nos referimos, apresenta o real da atividade igualmente como

[...] o que não se faz, o que se busca fazer sem conseguir – o drama dos fracassos – o que se queria ou poderia ter feito, o que se pensa poder fazer em outro lugar. É preciso acrescentar – paradoxo frequente – o que se faz para não fazer o que se deve fazer; o que se tem a refazer é tão igualmente o que se tinha feito sem ter querido fazer (CLOT, 2008, p. 89)²⁴

A atividade toma então uma dimensão mais ampla não se limitando apenas ao realizado, mas levando em consideração também o não-realizado; por isso a atividade é considerada como amorfa. O que Clot quer explicar é que na atividade profissional há todo um universo de gestos e ações possíveis, que se realizam ou são deixados de lado, para, assim, atingir de uma maneira ideal os objetivos estabelecidos. Ao explicar isso, Clot (2011) reconhece como legítima a afirmação de Vygotski de que “o homem é pleno a cada minuto de possibilidades não realizadas”.

As investigações no campo da análise da atividade avançaram não apenas na perspectiva do desenvolvimento profissional, mas igualmente nas perspectivas do gênero e estilo. O trabalho substancial de Clot e Faïta (2000) torna-se, então, passagem obrigatória no estudo da atividade e gêneros da atividade.

1.4 Atividade e gêneros da atividade: conceitos indissociáveis

A noção de *gênero*, introduzida no campo da análise do trabalho por Clot e Faïta, conforme o estudo citado acima, tem por base a noção de *gêneros de discurso* proposta por Bakhtin (2003)²⁵, definidos por este último como “tipos relativamente estáveis de enunciados”.

Segundo Bakhtin o indivíduo escolhe o gênero do discurso para manifestar seu querer-dizer. Sua fala (*parole*) é organizada por gêneros:

[...] nós moldamos o nosso discurso por determinadas formas de gênero, às vezes padronizadas e estereotipadas, às vezes mais flexíveis, plásticas e criativas [...]. Esses gêneros do discurso nos são dados quase da mesma forma que nos é dada a língua materna...” (BAKHTIN, 2003, p. 282)

Isto quer dizer que o indivíduo às vezes se serve de um gênero de discurso sem mesmo se dar conta disso, pois esses gêneros estão disponíveis na esfera social para lhe permitir a troca (com o mundo, com os outros, e até com ele mesmo); os gêneros são “os falares sociais em uso

²³ Y. Clot, *La fonction psychologique du travail*, PUF, 1999. Como não dispomos da obra em versão original, citamos nas referências a obra traduzida em português, *A função psicológica do trabalho*, Ed. Vozes, 2006.

²⁴ « ...ce qui ne se fait pas, ce qu'on cherche à faire sans y parvenir – le drame des échecs – ce qu'on aurait voulu ou pu faire, ce qu'on pense pouvoir faire ailleurs. Il faut y ajouter – paradoxe fréquent – ce qu'on fait pour ne pas faire ce qui est à faire ; ce qui est à refaire et tout autant ce qu'on avait [fait] sans avoir voulu le faire » (CLOT, 2008, p. 89).

²⁵ M. Bakhtine, *Esthétique de la création verbale*. Esta obra, publicada em francês em 1984, por Gallimard, se encontra no momento esgotada, razão pela qual consultamos a tradução brasileira, *Estética da criação verbal*, São Paulo: Martins Fontes, 2003.

numa situação²⁶ (CLOT; FAÏTA, 2000, p. 10). Mas para bem utilizar o(s) gênero(s) o indivíduo deve dominá-lo(s) bem; feito isto, ele consegue às vezes modificá-lo(s)/adaptá-lo(s)/recriá-lo(s) (preservando marcas comuns, características, particularidades, etc.).

No domínio da análise do trabalho, Clot e Faïta (2000) explicam o gênero como “a parte sub-entendida da atividade”. O gênero corresponde aos conhecimentos dos atores de um meio profissional, e não apenas seus conhecimentos, mas também sua visão do trabalho, suas expectativas, seus pontos comuns que justamente os reúnem nesse meio. Segundo os autores (idem, p. 11), “é como uma ‘senha’ conhecida apenas por aqueles que pertencem ao mesmo horizonte social e profissional²⁷” Esta pertença orienta o indivíduo a conduzir seu agir profissional, considerando que ele dispõe de uma espécie de “estoque” de ações e de verbalizações (SAMURÇAY e PASTRÉ 1995, *apud* CLOT; FAÏTA, 2000) para se servir delas em sua atividade.

Assim como Bakhtin considera a palavra-enunciado nos gêneros de discurso com um nó de significação, reunindo, em uma só palavra, a palavra de si, a palavra do outro e a palavra do dicionário, Clot e Faïta fazem disso uma relação ao gênero profissional, ou gênero da atividade (atividade docente, no que nos concerne). Os autores, como Bakhtin, comparam o gesto profissional também com uma “arena de significação”. E eles acrescentam: “Tal gesto é tão somente a *íntegra* das discordâncias e de apoios *entre o gesto prescrito, meu próprio gesto e o gesto dos colegas de trabalho*²⁸” (CLOT; FAÏTA, 2000, p. 12. Grifo nosso).

Assim, para Clot e Faïta, os gêneros de atividades “são os antecedentes ou os pressupostos sociais da atividade em curso, uma memória impessoal e coletiva que dá sua capacidade à atividade pessoal em situação [...]”²⁹ (idem, p. 12). Por pressupostos sociais e memória impessoal compreendemos bem *métier*, prescrições, normas etc. o que não impede que o indivíduo possa desenvolver sua atividade pessoal por meio da estilização do gesto profissional. Em um estudo mais recente, Clot (2008, p. 112) considera a atividade (sobretudo) realizada entre uma memória pessoal e uma memória transpessoal.

Poderíamos dizer, para retornar ao *métier*, que além do *métier* “neutro” da prescrição, existe simultaneamente como meu *métier* e como o *métier* dos outros. [...] O *métier* teria então, para cada profissional, uma “dupla vida”, cada uma tomando um aspecto por meio da outra, à prova da outra. (CLOT; FAÏTA, 2000, p. 18 ; CLOT, 2008, p. 112)³⁰.

É fundamental destacar em nosso estudo (de interesse inter/transdisciplinar – ciências da linguagem/ciências do trabalho) a importante contribuição (com finalidade linguística) notadamente

²⁶ « les parlés sociaux en usage dans une situation » (CLOT ; FAÏTA, 2000, p. 10).

²⁷ « C’est comme ‘un mot de passe’ connu seulement de ceux qui appartiennent au même horizon social et professionnel ».

²⁸ « Tel geste n’est que l’intégrale des discordances et d’épaulements entre le geste prescrit, mon propre geste et le geste des collègues de travail. » (CLOT; FAÏTA, 2000, p. 12).

²⁹ « sont les antécédents ou les pré-supposés sociaux de l’activité en cours, une *mémoire impersonnelle et collective* qui donne sa contenance à l’*activité personnelle* en situation... » (p. 12). Nós destacamos

³⁰ « On pourrait dire, pour revenir au métier, qu’au-delà du métier « neutre » de la prescription, il existe simultanément comme mon métier à moi et comme le métier des autres. (...) Le métier aurait donc, pour chaque professionnel, une « double vie », chacune prenant tournure dans l’action par l’entremise de l’autre, à l’épreuve de l’autre. » (CLOT; FAÏTA, 2000, p. 18 ; CLOT, 2008, p. 112).

postulada por Faïta nas pesquisas relativas ao gênero da atividade. Designando a linguagem como uma atividade humana, Faïta corrobora os pressupostos bakhtinianos segundo os quais o diálogo é ele mesmo uma ação; por meio dos diálogos o homem pode se manifestar verdadeiramente não somente aos outros, mas também a si mesmo. Para Bakhtin o diálogo compreende um tipo de “dramática”, e o próprio objeto do discurso “torna-se inevitavelmente um palco de encontro com opiniões dos interlocutores imediatos (...) ou com pontos de vista, visões de mundo, correntes, teorias, etc.” (BAKHTIN, 2003, p. 300); a isso Bakhtin atribui o nome de *polifonia* e Clot e Faïta (2000) preferem chamar *plurivocalidade*³¹.

As interações ou trocas verbais permitem então ao indivíduo “se desvendar”, existir enquanto ser social – pois para Bakhtin “ser, é comunicar dialogicamente”³² (BAKHTINE, 1970, p. 344) – isto é, a troca verbal corresponde ao que Clot e Faïta (2000) denominam “lugar e espaço de desenvolvimento”.

2. A AUTOCONFRONTAÇÃO, UM QUADRO METODOLÓGICO

Diante das reflexões sobre práticas metodológicas tendo em vista a análise do trabalho, encontra-se no método da clínica da atividade modalidades de análises que permitem aos pesquisadores, assim como aos atores (agentes) da atividade, refletirem sobre o trabalho, sobre a ação realizada e o que estes últimos dizem a respeito do que eles se veem fazer. Conforme Vieira e Faïta (2003, p. 29), esse procedimento “institui o que chamamos de um espaço-tempo no qual os protagonistas têm a possibilidade de mobilizar, ou de restabelecer, seu ‘poder de agir’ em contraponto às ações expostas pelo registro filmado”.

O quadro metodológico da autoconfrontação revela o dialogismo como princípio maior, pois durante a confrontação, seja com a imagem de sua própria atividade seja com a imagem da atividade de outrem, o(s) protagonista(s) juntamente com o pesquisador instalam o debate, a análise, a reflexão sobre essa atividade, em outras palavras, a relação dialógica se instala pela reflexão do protagonista com ele próprio, ou com o outro profissional ou com o pesquisador. É preciso destacar que a autoconfrontação é algo distinto da atividade inicial; trata-se da “atividade sobre a atividade”. Este quadro metodológico, cujo procedimento foi desenvolvido por Faïta (1989; 1996), com novos estudos realizados por Clot e Faïta (2000), também por Clot, Faïta, Fernandez e Scheller (2001) e aprofundado por Faïta e Vieira (2003), constitui-se de três momentos:

- a constituição de um grupo de análise (FAÏTA, 1997)³³ e seu trabalho sobre o objeto de pesquisa e as opções metodológicas;
- a realização das autoconfrontações simples e cruzada e a conjugação das experiências dos participantes;
- a extensão do trabalho de análise pela restituição de seu produto ao coletivo profissional (FAÏTA; VIEIRA, 2003, p. 58)³⁴.

³¹ *plurivocalité*

³² «être, c’est communiquer dialoguement » (BAKHTINE, 1970, p. 344).

³³ D. Faïta, La conduite du TGV : exercices de styles. Champs visuels, 6, 1997, p. 75-86.

³⁴ « - la constitution d’un groupe d’analyse (FAÏTA, 1997) et sa mise au travail sur l’objet de la recherche et les options méthodologiques ; - la réalisation des autoconfrontations simple et croisée et la conjugaison des expériences des participants ; - l’extension du travail d’analyse par la restitution de son produit au collectif professionnel » (FAÏTA; VIEIRA, 2003, p. 58).

Esses três momentos se traduzem em cinco fases, segundo Faïta e Vieira (2003, p. 62). A primeira fase é constituída pelo filme da atividade inicial que se tornará então uma primeira fonte de significações concretas. A segunda fase corresponde à autoconfrontação simples, ocasião em que cada um dos protagonistas (profissionais), face às imagens selecionadas de sua atividade inicial, vai comentar sua atividade e interagir com as questões do pesquisador. Esta fase produzirá uma segunda fonte de significações concretas, estas por sua vez sendo levadas para a terceira fase. A terceira fase compreende a autoconfrontação cruzada, quando existe interação protagonista-protagonista e protagonista(s)-pesquisador. Esta fase integra as fases anteriores e permite o “desenvolvimento do objeto desta nova atividade, desenvolvimento de sujeitos engajados na atividade³⁵” (FAÏTA; VIEIRA, idem, p. 62). A quarta fase compreende o retorno ao meio profissional trazendo uma resposta à demanda inicial. Finalmente, a quinta fase corresponde à apropriação do objeto pelo(s) pesquisador(es), ocasião da análise aprofundada do objeto.

Para Clot e Faïta (2000, p. 25), a autoconfrontação deve criar um “espaço-tempo” diferente, ocasião em que o ator (agente), descobrindo sua atividade, toma as distâncias, e, como em um processo de “redoublement³⁶”, verbaliza a respeito de sua atividade com os outros, consigo mesmo enquanto ator dessa atividade inicial, mas também enquanto ator de novas relações (nova atividade) que ele cria ao ver o filme. Percebe-se notadamente aqui um “movimento dialógico” que conduz o ator a situações de reconcepção, de reconstrução, de transformação dessa atividade; em outras palavras, a situações favoráveis ao desenvolvimento profissional.

2.1 Autoconfrontações realizadas

Nessa parte do trabalho pretendemos mostrar o papel da autoconfrontação, como dispositivo metodológico, tomando como exemplos alguns estudos desenvolvidos pelos pesquisadores *ergapeanos*, e também pela equipe da UECE.

Portadores de *expertise* no uso do quadro metodológico da autoconfrontação, os pesquisadores ERGAPE acumulam numerosos estudos no campo da formação de professores, do ponto de vista da análise do trabalho docente.

Ao longo de nosso estágio, pudemos seguir de perto algumas ações da equipe na realização de autoconfrontações. A maior parte das situações se inseria no caso da autoconfrontação cruzada e, sobretudo, com coletivos. Em certas ocasiões o tema abordado, a partir de sequências selecionadas, conduzia os professores, os formadores e o(s) pesquisador(es) a um verdadeiro processo de compreensão e de reconstrução/transformação do trabalhos por meio de trocas desencadeadas. Temas como o cansaço, a vinda dos pais à porta da sala de aula, os alunos “problemáticos”, a entrada em classe (disposição) foram bastante discutidos. Em todas as situações ocorreu a intervenção do professor formador, e o(s) pesquisador(es) faziam realmente o papel de “deixar falar o *métier* docente” no intuito de compreender e intervir no seu desenvolvimento (FAÏTA; SAUJAT, 2010), como já citamos acima.

³⁵ « développement de l’objet de cette nouvelle activité, développement des sujets engagés dans l’activité »

³⁶ Entendemos esse processo como aquilo que Clot chama de “tradução de uma atividade em uma outra atividade” (CLOT 2003, p. 12 *apud* B. PROT, *Pour sortir des idées fixes sur l’évaluation*, 2007).

As seções com os coletivos que testemunhamos apresentaram sequências retiradas de autoconfrontações simples e cruzada. Sustentamos a ideia de que é, sobretudo, nas autoconfrontações cruzadas que se revelam situações conflituosas, controversias. Porém não negamos que na autoconfrontação simples o profissional é fortemente levado a emitir comentários suficientemente importantes, algumas vezes reveladores de “estranhamento(s)” (CLOT, 2011) percebido(s) em sua atividade. Um exemplo francês conhecido corresponde à autoconfrontação entre dois condutores de TGV, na qual um deles, não compreendendo sua conduta conforme o que ele vê na imagem, emite o seguinte comentário: “É estranho... normalmente eu deveria...”³⁷ (CLOT; FAÏTA, 2000, p. 27). Eis um clássico exemplo de “estranhamento” (de desenvolvimento), no qual o sujeito não precisa nem mesmo de uma controvérsia ou de um aparte de seu colega, pois ele “descobre seu trabalho ao mesmo tempo que sua qualidade de sujeito em sua própria atividade”³⁸ (idem, p. 27).

Iniciando-se nessa área de estudos, o PosLA – UECE teve concluída, em 2011, uma pesquisa (que consideramos a pioneira nesta universidade) na abordagem ergonômica relacionada à atividade docente de duas professoras estagiárias de língua francesa³⁹. Uma segunda pesquisa (MORAES, 2013), fez parte de um projeto em colaboração com a equipe ERGAPE. Esta pesquisa analisou a atividade docente e teve também como sujeitos duas estagiárias de Letras-Francês⁴⁰.

Com esses estudos pudemos avançar em nossas reflexões, mas antes de passar a esses comentários, é importante discutir alguns aspectos da autoconfrontação e o papel do professor diante da sua própria observação de sua atividade.

Em estudo recente, Amigues, Félix et Espinassy (2014) apresentam um questionamento sobre o que faz o professor observado da observação de seu trabalho. Segundo os autores não é necessariamente o filme da atividade vivida e vista pelo professor que vai transformá-lo em observador de sua própria ação, a observação repousa principalmente “na emoção que permite reagir às imagens”⁴¹ (FÉLIX; AMIGUES; ESPINASSY, 2014, p. 55); em concordância ao que afirma Clot, os autores acrescentam: “é a capacidade de ser afetado que se encontra na origem das transformações possíveis”⁴² (idem). Compartilhamos com os autores esse ponto de vista e ousamos admitir que é também possível que o professor observado perceba a atividade real (realizada e não realizada) mesmo antes da visualização do filme.

É fato que a atividade inicial torna-se, na ocasião da autoconfrontação, o objeto de análise (e/ou co-análise) e por isso um recurso para o desenvolvimento do sujeito em sua atividade profissional. Em nosso exemplo, a seguir, trata-se do momento em que a professora estagiária se vê na atividade inicial e reflete enquanto observada sobre sua própria ação, é então o momento do “redoublement”, e até mesmo da tomada de consciência de suas dificuldades diante do *métier*. Mas ao mesmo tempo de expressão do seu poder de agir (por meio do movimento dialógico da autoconfrontação) com o propósito de aprimorar sua atividade docente, ou seja, com vistas ao desenvolvimento profissional.

³⁷ «C'est bizarre... normalement j'aurais dû... » (CLOT ; FAÏTA, 2000, p. 27)

³⁸ «...découvre son travail en même temps que sa qualité de sujet de sa propre activité » (idem, p. 27).

³⁹ Essa primeira pesquisa corresponde a uma dissertação de mestrado realizada por Aline Farias (2011), sob nossa orientação.

⁴⁰ As pesquisas mencionadas, de Farias (2011) e Moraes (2013), obtiveram suas devidas aprovações no Comitê de Ética e Pesquisa da UECE.

⁴¹ « sur l'émotion qui permet de réagir aux images » (p.55)

⁴² « c'est la capacité d'être affecté qui se trouve à l'origine des transformations possibles ». (p. 55)

Tomando, pois, o exemplo de autoconfrontação simples que mencionamos acima, a estagiária (doravante G) percebe sua ação antes mesmo de ver as imagens do vídeo. Ela tinha certeza de que essa sequência apareceria entre as sequências selecionadas para a autoconfrontação. Eis a situação vivida: G pede aos alunos (um pequeno grupo de três estudantes presentes na sala de aula) para prepararem um diálogo (com tema livre), utilizando as estruturas apresentadas e postas no quadro naquela aula. Duas situações inesperadas se apresentam: a primeira, uma vez que o tema era livre, os alunos mudavam o cenário da situação a cada instante. A segunda, um dos alunos pergunta a tradução para água de coco em francês, tendo em vista que a situação se passaria na praia; mas, sem ter muita certeza, G prefere dar uma olhada no dicionário, sem, no entanto, encontrar a resposta... Durante esse tempo os alunos mudam novamente o cenário da situação, o que, para a professora, tornaria sua busca inútil, de certa forma; ou seja, a tradução do termo não mais seria necessária.

G: (...) *Antes de assistir a primeira coisa que eu pensei foi nessa cena... porque “aquela cena tem que ter” porque depois eu fiquei refletindo sobre essa situação né, que vai acontecer depois, que ele pergunta, se não me engano, como era água de coco. Aí já me veio na cabeça, né? L’eau de coco... não, mas será?*

(...) eu voltei, eles já tinham mudado a situação e ficou, né, tipo por isso mesmo, essa lacuna. Ai depois assim que eu tava pensando nas gravações, eu... “não, aquela cena deve ter”, porque foi, como é que eu posso dizer, foi algo que depois eu fiquei pensando sobre aquela situação: não, depois eu poderia ter chegado e ter dito como era. Poderia... Eu fiquei me perguntando como proceder nessa situação...

Pesquisadora: *Você acha que você faria essa atividade diferente hoje?*

G: *Faria. Por ser um primeiro semestre, cada um ia querer criar uma situação diferente, né? E ia ficar uma confusão... “Como é isso? Como é aquilo?” Então eu poderia focar...ter focado no que... é, logo o lugar, “não, a situação é essa, essa, essa”, né? Principalmente sendo só três, né poderia ter deixado mais específica a situação.*

Isto quer dizer que ao realizar uma atividade previamente elaborada – e que às vezes de uma maneira ou de outra pode “derrapar” –, o professor percebe sua performance. E em se dando conta de sua ação ele consegue transformá-la. Pois, segundo Clot :

Tomar consciência, não é reencontrar uma atividade inútil, mas redescobrir esta atividade como meio de realizar outra. [...] Por consequência, movimento da consciência e desenvolvimento do poder de agir do sujeito são relacionados: mudando de sentido, o gesto “refeito” amplia o repertório possível de suas funções, estendendo os recursos mobilizáveis do sujeito na ação. (CLOT, 2001/2, p. 39. Grifo nosso)⁴³.

Desta feita, a observação do professor, seguida de seus comentários e reflexões a respeito da primeira observação ou da atividade inicial, torna-se mais importante, pois em vez de uma fonte ela se torna junto ao professor um recurso de transformação da atividade.

⁴³ « Prendre conscience, n’est pas retrouver une activité en jachère mais redécouvrir cette activité comme moyen d’en réaliser une autre. (...) Du coup, mouvement de la conscience et développement du pouvoir d’agir du sujet sont reliés : en changeant de sens, le geste « refait » élargit le répertoire possible de ses fonctions, étendant les ressources mobilisables du sujet dans l’action. » (CLOT, 2001/2, p. 39).

O exemplo apresentado deixa bem clara a reflexão de G após a aula, quando ela diz : “...depois eu fiquei refletindo sobre essa situação”; trata-se de uma situação recorrente para um professor novíço de língua estrangeira, encontrar-se em sala de aula diante de palavras desconhecidas e não previstas em seu planejamento. Daí o recurso a algumas ferramentas (complementares) em sala de aula, como manuais e dicionários. E apesar dessas ajudas, pode ocorrer ainda o uso insatisfatório desse material, tal qual acontece na situação acima, quando G não encontra a palavra no dicionário. E mesmo em sua reflexão G se pergunta: “como proceder nessa situação?”. Ela termina por compreender que o planejamento da tarefa poderia ter sido mais delimitado, já que em seu discurso ela utiliza a expressão “eu poderia...”. Após a pesquisadora perguntar se a estagiária realizaria a atividade de maneira diferente, esta responde afirmativamente, e acrescenta tudo o que poderia tornar sua atividade mais eficiente – “eu poderia focar... ter focado”, “poderia ter deixado mais específica a situação...” etc – realizando assim seu poder de agir, transformando sua atividade. A intervenção da pesquisadora através dessa pergunta nos conduz a pensar sobre o que afirmam Yvon e Clot e cuja ideia já foi assinalada nesse texto: “Uma vez que não se pode compreender sem transformar, buscase então transformar deliberadamente para compreender. O objeto e a finalidade da compreensão saem dali modificados, transformados [...]”⁴⁴ (YVON; CLOT, 2004, p. 17).

Em nossa opinião os comentários de G, resultado de uma reflexão realizada previamente à autoconfrontação, correspondem mais ou menos ao que Clot e Leplat (2005) desenvolvem em seu estudo a respeito da observação do interveniente e no observado, ou seja, a observação produz no observado, necessariamente (nós acreditamos!), a auto-observação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse estudo não exaustivo, apoiado na abordagem ergonômica da atividade, desejamos mobilizar os esforços para sair um pouco dos paradigmas que se mantêm atualmente na formação de professores de línguas na UECE. Não é nossa intenção, evidentemente, rejeitar ou negar as abordagens utilizadas habitualmente, mas, sobretudo, não nos manter unicamente sobre o objeto que desde muito tempo foi privilegiado em nossos estudos e na prática formadora: o ensino/aprendizagem ou a “transmissão de conhecimentos”. Partilhamos com Faïta; Saujat (2010) a “preocupação” de reconhecer o trabalho docente. Reconhecer, compreender e tentar transformá-lo.

As reflexões aqui apresentadas nos apontam, com certeza, elementos importantes para que possamos conduzir nossos trabalhos no futuro. De início, em nosso caso especificamente na UECE, o interesse se divide entre a pesquisa e a formação, uma vez que nosso trabalho compreende também disciplinas práticas de formação em Letras (estágios supervisionados).

O aprofundamento no conhecimento de certos objetos como a teoria da clínica da atividade, os procedimentos metodológicos da autoconfrontação, a compreensão das preocupações e das ocupações do sujeito nos permitirá desenvolver de maneira mais segura nossas ações de pesquisa e formação.

⁴⁴ « Puisqu'on ne peut comprendre sans transformer, on cherche alors à transformer délibérément pour comprendre. L'objet et le but de la compréhension en sortent modifiés, développés [...] » (YVON ; CLOT, 2004, p. 17).

Situações como essa aqui apresentada permitem a possibilidade de colocarmos em prática uma abordagem clínica (autoconfrontação), e assim criarmos ferramentas a serviço da formação (como, por exemplo, uma ferramenta virtual, tal qual a plataforma Néopass@action)⁴⁵, embora não disponhamos, no momento, de uma tecnologia/suporte similar. De fato, o que pretendemos é poder estabelecer com nossa equipe de formadores um dispositivo que permita realizar uma formação (inicial e continuada) na perspectiva ergonômica.

Por enquanto, por intermédio dessas pesquisas realizadas, pudemos mobilizar uma parte da equipe formadora em língua francesa; esta equipe é encarregada mais precisamente da formação prática. Logo, temos a impressão de que pela intervenção desses formadores poderemos encontrar meios mais eficazes para o desenvolvimento profissional de nossos professores estagiários.

Agradecimentos: A Daniel Faïta pela supervisão desse estudo e pela atenciosa leitura desse texto. E também à equipe ERGAPE da Universidade Aix-Marseille.

REFERÊNCIAS

AMIGUES, R. Pour une approche ergonomique de l'activité enseignante. **Skholê**, hors-série, 1, 2003, p. 5-16.

_____. Trabalho do professor e trabalho de ensino. In: MACHADO, A. R. (dir.) **O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva**. Londrina: EDUEL, 2004. p. 35-53.

_____.; LATAILLADE, G. Le « travail partagé » des enseignants: rôles des prescriptions et dynamique de l'activité enseignante. **Actualités de la Recherche en Education et en Formation**. Strasbourg, 2007. Disponível em : http://www.congresintaref.org/actes_pdf/AREF2007_Rene_AMIGUES_282.pdf.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **La poétique de Dostoïevski**. Paris: Éditions du Seuil, 1970.

CLOT, Y. Clinique du travail et le problème de la conscience. **Travailler**, 2001/2, n° 6, p. 31-54.

_____. **A função psicológica do trabalho**. Trad. Adail Sobral. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 2006.

_____. **Travail et pouvoir d'agir**. Paris: Presses Universitaires de France, 2008.

_____. Théorie en clinique de l'activité. In: MAGGI, B. (dir.) **Interpréter l'agir: un défi théorique**. Paris: PUF, 2011. p. 17-39.

⁴⁵ Néopass@ction (<http://neo.ens-lyon.fr/neo>) é uma plataforma online concebida por um grupo de pesquisadores (três membros da equipe ERGAPE fazem parte desse grupo) sob a demanda do Ministério da Educação na França. Trata-se de um “recurso” de formação destinado aos formadores e aos professores (sobretudo aos novatos). Essa ferramenta, criada para a formação, é parte do trabalho de pesquisa da referida equipe, e cujo quadro metodológico utilizado compreende a autoconfrontação. Daí nosso sentimento de que dispor de uma ferramenta similar, em nossos procedimentos na UECE, poderia trazer grandes benefícios na formação de professores de línguas.

CLOT, Y.; FAÏTA, D. Genres et styles en analyse du travail: concepts et méthodes. **Travailler**, n° 4, 2000, p. 7-42.

_____.; LEPLAT, J. La méthode clinique en ergonomie et en psychologie du travail. **Le travail humain**, 2005/4 vol. 68, p. 289-316.

DARSES F.; MONTMOLLIN, M. **L'ergonomie**. Paris: La Découverte, 2006.

FAÏTA, D. Monde du travail et pratiques langagières. **Langages**, n° 93, 1989, p. 110-124.

_____. La conduite du TGV: exercices de styles. **Langage et Travail**, n° 8, 1996, p. 46-50.

_____. Théorie de l'activité langagière. In: MAGGI, B. (dir.) **Interpréter l'agir** : un défi théorique. Paris: PUF, 2011. p. 41-67.

_____. SAUJAT, F. Développer l'activité des enseignants pour comprendre et transformer leur travail : un cadre théorique et méthodologique. In: SAUSSEZ, F ; YVON, F. (eds.) **Analyser l'activité enseignante : des outils méthodologiques et théoriques pour l'intervention et la formation**. Québec: Presses de l'Université de Laval, 2010. p. 41-69.

_____.; VIEIRA, M. Reflexions méthodologiques sur l'autoconfrontation croisée. **Skholê**, hors-série, 1, p. 57-68, 2003.

FARIAS, A. **Atividade docente de estagiários de francês**: prescrições, gênero e estilo. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2010.

FÉLIX, C.; AMIGUES R.; ESPINASSY, L. (2014). Observer le travail enseignant. **Recherches en Education**, n°19. p. 52-62.

GIL, G. Mapeando os estudos de professores de línguas no Brasil. In: FREIRE, M. ABRAHÃO, M. H. V. BARCELOS, A. M. F. (dir.) **Linguística Aplicada e contemporaneidade**. São Paulo: ALAB/Campinas: Pontes, 2005. p. 173-182.

GUÉRIN, F. ; DANIELLOU, F. ; DURAFFOURG, J. ; KERGUELEN, A. **Comprendre le travail pour le transformer**: la pratique de l'ergonomie. Montrouge: ANACT, 1991.

LAVILLE, A. Repères pour une histoire de l'ergonomie francophone. **Comptes rendus do congrès SELF-ACE 2001**. Disponível em: <http://www.ergonomie-self.org/documents/36eme-Montreal-2001/PDF-FR/v1-01a-laville.pdf>

LEPLAT, J. ; HOC, M. Tâche et activité dans l'analyse psychologique des situations. **Cahiers de psychologie cognitive**, vol. 3, n° 1, 1983, p. 49-63.

MACHADO, A. R. (Org.) **O ensino como trabalho**: uma abordagem discursiva. Londrina: EDUEL, 2004.

MAGGI, B. (dir.) **Interpréter l'agir**: un défi théorique. Paris: PUF, 2011.

MORAES, R. **Análise da atividade de professores de francês e elaboração de uma estratégia e de uma engenharia de formação profissional contínua**: uma experiência na Universidade Estadual do Ceará. Projeto de Pesquisa. Fortaleza, UECE, 2013.

PROT, B. Pour sortir des idées fixes sur l'évaluation. **La Revue de l'IRES**, n° 55, numéro spécial, 2007/3. Disponível em: <http://doc.sciencespo-lyon.fr/Signal/index.php?r=numero/view;id=5570>

SAUJAT, F. **Fonction et usage de l'instruction au sosie en formation initiale**. 2005. Disponible sur : <http://probo.free.fr>

SOUZA-E-SILVA, M. C. P. **O ensino como trabalho**. In: MACHADO, A. R. (dir.) O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva. Londrina: EDUEL, 2004. p. 81-104.

VIEIRA, M.; FAÍTA, D. Quando os outros olham os outros de si mesmo: as reflexões metodológicas sobre a autoconfrontação cruzada. **Polifonia**, n° 3, 2007. p. 27-65.

YVON, F. ; CLOT, Y. Apprentissage et développement dans l'analyse du travail enseignant. **Psic. da Educação**, 19, 2º sem. 2004, p. 11-38.

<http://www.professores.uff.br/cecilia>

<http://sites.univ-prov.fr/umr-3/spip.php?article17>

<http://www.ergonomie-self.org/heading/heading27179.html>

<http://neo.ens-lyon.fr/neo>

LINGUAGEM EM FOCO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE
V. 6, N. 1, ano 2014

MARCAS DA ENUNCIÇÃO NO GÊNERO NOTÍCIA

*Paulo da Silva Lima (UFPA)**

RESUMO

Este trabalho aborda o processo enunciativo em textos escritos destinados a crianças. Tem como objetivo identificar as marcas da enunciação que acarretam a subjetividade da linguagem. Para isso, são analisados os mecanismos de embreagem e debreagem actancial, responsáveis pela produção de efeitos de sentido de proximidade entre os interlocutores. Procura-se também demonstrar que expressões linguísticas, típicas da oralidade, são utilizadas intencionalmente pelo enunciador na tentativa de persuadir seu enunciatário.

Palavras-chave: Enunciação; Debreagem; Proximidade.

ABSTRACT

This paper focuses on the process of enunciation in written texts for children. It aims to identify the marks of enunciation that cause the language subjectivity. Therefore, we analyze the mechanisms of “shifting in” and “shifting out actantial”, responsible for producing effects of closeness sense between the interlocutors. We also aim to demonstrate that linguistic expressions, typical of orality, are used intentionally by the enunciator in an attempt to persuade its enunciatee.

Keywords: Enunciation; Shifting out; Closeness.

* Professor de Linguística da Universidade Federal do Pará (UFPA).
Email: paulosl@ufpa.br/paulodasilvalima@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O ato de se apropriar da língua para comunicar-se com o outro faz do locutor a instância responsável pela enunciação. Por isso, mesmo que em alguns textos não se encontrem as pistas que demarcam a presença de quem enuncia, não se pode afirmar que existam textos construídos sem um enunciador pressuposto, que vise atingir a um enunciatário.

É por isso que, no gênero carta pessoal, torna-se possível perceber com mais nitidez a presença de mecanismos da língua que demarcam a presença do locutor e do alocutário. Isso acontece porque a própria estrutura desse gênero é mais propícia para os interlocutores se mostrarem no texto, havendo, assim, um efeito de sentido de proximidade entre eles. Por outro lado, o gênero notícia tem como característica o efeito de sentido de objetividade, ou seja, o enunciador, de forma geral, não se assume como narrador do texto e, conseqüentemente, não determina quem é o narratário no enunciado.

Nesse sentido, como afirma Bakhtin (2010), os gêneros textuais não são estanques, mas tipos relativamente estáveis de enunciados. Por isso, muitas vezes, dependendo das intenções do locutor e do momento enunciativo, a relatividade estável de um gênero torna-se ainda mais necessária. É isso que objetivamos demonstrar neste trabalho, pois, em nosso *corpus*, notícias destinadas para um público infantil ganham formato de textos mais propensos a efeitos de sentido de subjetividade e proximidade entre enunciador e enunciatário.

Sendo assim, embasados na teoria da subjetividade na linguagem de Benveniste (1995), pretendemos mostrar como as instâncias pressupostas pela enunciação, enunciador e enunciatário, são transpostas para o texto com o objetivo de promover uma relação mais direta entre os interlocutores. Além disso, o trabalho tenciona demonstrar que esse efeito de intimidade entre os parceiros da enunciação projeta, em textos escritos, características típicas da oralidade.

Assim, na primeira parte deste trabalho, fazemos algumas considerações sobre o conceito de enunciação, além de discutir questões referentes à subjetividade na linguagem. Na segunda, enfatizamos a embreagem e a debreagem, que são os mecanismos responsáveis pela instauração das categorias de pessoa, espaço e tempo no enunciado. Na parte da análise, procuramos mostrar as marcas da enunciação e os efeitos de sentidos produzidos por elas nas notícias.

1. A ENUNCIÇÃO

Os estudos sobre a enunciação começaram a se expandir por volta da segunda metade do século passado, principalmente com os trabalhos de Bakhtin e Benveniste. Antes disso, as pesquisas tinham como grande embasamento o estruturalismo de Saussure, corrente teórica por meio da qual a língua, como sistema abstrato, detinha o eixo central dos estudos linguísticos.

Para a teoria da enunciação, não se deve estudar a língua fora de uma situação de interlocução, ou seja, é a partir do produto de uma manifestação concreta de linguagem, o enunciado, que o linguista pode encontrar as marcas da enunciação. Esta, nesse sentido, é considerada como o evento

único e jamais repetido de produção de um enunciado. Por isso, ao se analisar um texto, é preciso levar em consideração as condições de produção do discurso, ou seja, o lugar, o tempo, o papel representado pelos interlocutores, as relações sociais e os objetivos pretendidos.

Segundo Benveniste (1989, p. 82), “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. Com isso, toda vez que o locutor usa a palavra para se comunicar com alguém, realiza-se a enunciação. É a sua relação com a língua que vai determinar os caracteres linguísticos do ato enunciativo. Portanto, é no ato individual de uso da língua que o locutor se instala no discurso, caracterizando, com isso, uma das condições necessárias para a realização da enunciação.

Conforme Benveniste (1989, p. 83-84):

Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno.

Nesse sentido, o locutor, ao se apropriar da língua para realizar um ato enunciativo, também instala o *Outro* em seu discurso, já que todo ato comunicativo parte de alguém que fala para um alguém com quem se fala. Para Benveniste, isso é fundamental no processo discursivo, pois a relação *eu-tu* é constitutiva da enunciação, ou seja, “o termo *eu* denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo *tu*, o indivíduo que aí está presente como alocutário” (BENVENISTE, 1989, p. 84).

Assim sendo, na enunciação um *eu*, num determinado momento e num determinado lugar, põe a língua em funcionamento, sendo isso o que caracteriza a enunciação, ou seja, o *eu*, o *aqui* e o *agora*. Esses três elementos são as marcas deixadas pela enunciação no seu produto, que é o enunciado. Este, para Bakhtin (2010, p. 275), “não é uma unidade convencional, mas uma unidade real, precisamente delimitada da alternância dos sujeitos do discurso”. Por isso, é no enunciado que se podem identificar, dentre outros, as intenções, o porquê do uso de determinados itens lexicais, e a presença dos interlocutores nas manifestações discursivas.

Pelo fato de a enunciação ser uma instância linguística pressuposta pela existência do enunciado e este ser o produto daquela por meio de determinados itens linguísticos, como pronomes pessoais, demonstrativos, adjetivos, advérbios, dêiticos etc., tem-se, no texto, índices que demarcam a enunciação. Neste caso, acontece, conforme Fiorin (2010), a *enunciação enunciada*, ou seja, a instância enunciativa é exposta no enunciado. Por outro lado, quando essas marcas da enunciação não aparecem no texto, há o *enunciado enunciado*. Nesse sentido, na *enunciação enunciada*, de acordo com seu propósito comunicativo, o sujeito do discurso deixa marcas de sua presença no texto. Já no *enunciado enunciado*, também de acordo com as intenções do enunciador, essas marcas não se fazem presentes, causando um efeito de sentido da não presença de quem enuncia no texto.

É isso que caracteriza a existência de gêneros textuais com efeitos de sentido de objetividade (enunciado enunciado) e de gêneros com efeitos de sentido de subjetividade (enunciação enunciada). Essas relações entre a presença e a não presença das marcas da enunciação no enunciado serão melhor exploradas no item seguinte.

2. DEBREAGEM E EMBREAGEM

A presença do *eu*, *aqui* e *agora* é para Benveniste o que fundamenta a subjetividade na linguagem, pois “a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito, remetendo ele mesmo como *eu* no seu discurso” (BENVENISTE, 1995, p. 286). Assim, quando um *eu* se coloca no discurso, também pressupõe um *tu*, já que essa relação/oposição *eu/tu* é uma propriedade fundamental na atividade languageira. Além disso, nesse processo, o tempo (*agora*) e o espaço (*aqui*) só existem por causa do eu, ou seja, dependem de um sujeito que os instaure no discurso, sendo essa também uma relação constitutiva da subjetividade na linguagem.

A debreagem e a embreagem são os mecanismos responsáveis por essa instauração da pessoa, espaço e tempo no texto. Para Greimas e Courtès (2011, p. 111):

Pode-se tentar definir debreagem como a operação pela qual a instância da enunciação disjunge e projeta fora de si, no ato de linguagem e com vistas à manifestação, certos termos ligados a sua estrutura de base, para assim constituir os elementos que servem de fundação ao enunciado-discurso.

A debreagem acontece quando, na discursivização, as pessoas (*eu-tu*), o espaço (*aqui*) e o tempo (*agora*) desmembram-se de sua instância enunciativa para constituir os elementos que fundam o enunciado. Nesse sentido, na debreagem, esses elementos que constituem a subjetividade na linguagem são expulsos de uma instância linguística pressuposta para serem expostos no produto da enunciação, que é o enunciado. Por isso, a discursivização passa a ser considerada como o mecanismo por meio do qual são fundados o tempo, o espaço e a pessoa da enunciação e, concomitante a isso, ela funda a representação do tempo, do espaço e da pessoa no enunciado.

Também há de se mencionar que existem dois tipos de debreagem: a *enunciativa* e a *enunciva*. Aquela diz respeito à instalação do *eu-tu*, *aqui* e *agora* no enunciado, ou seja, os actantes, o tempo e o espaço da enunciação se fazem presentes no texto. Por outro lado, na debreagem *enunciva*, introduz-se no texto o ele, o algures e o então, isto é, no enunciado instalam-se os actantes, o espaço e o tempo pertencentes ao próprio enunciado e não mais à enunciação.

Para Fiorin (2010, p. 45), “a debreagem enunciativa e a enunciva criam, em princípio, dois grandes efeitos de sentido: o de subjetividade e o de objetividade”. Por isso, quando os elementos enunciativos *eu*, *aqui* e *agora* se projetam no texto, engendram-se os efeitos de sentido da subjetividade. Por outro lado, quando as marcas da enunciação são apagadas no texto, constroem-se os efeitos de sentido da objetividade, pois, neste caso, tanto a pessoa do discurso (*eu-tu*) quanto o seu tempo (*agora*) e seu lugar (*aqui*) não deixam marcas no enunciado. Nesse caso, tem-se a impressão de que o texto é narrado por si mesmo. Isso vai ao encontro da afirmação de Fiorin, ao considerar a existência da enunciação enunciada (debreagem enunciativa) e enunciado enunciado (debreagem enunciva).

Uma outra questão que deve ser levada em consideração é o caso da debreagem interna. Nesta “um actante já debreado, seja ele da enunciação ou do enunciado, se torna instância enunciativa, que opera, portanto, uma segunda debreagem, que pode ser enunciativa ou enunciva” (FIORIN, 2010,

p. 45). Isso acontece, por exemplo, quando num romance um narrador em primeira pessoa delega a voz a um interlocutor. Com isso, estabelece-se uma cadeia subordinativa no texto, em que uma voz já debreada dá espaço para a introdução de uma outra voz e assim sucessivamente.

É por isso que, nesse caso, teríamos a debreagem de primeiro grau (o *eu* do enunciador pressuposto delega a voz ao *eu* do narrador); a debreagem de segundo grau, nesse caso interna, (o *eu* do narrador confere a voz ao *eu* do interlocutor); e também a debreagem de terceiro grau (o *eu* do interlocutor concede a voz ao *eu* de um segundo interlocutor). Embora possível, a debreagem de terceiro grau é um caso mais raro de acontecer. A debreagem interna é usada “para criar um efeito de sentido de realidade, pois parece que a própria personagem é quem toma a palavra e, assim, o que ouvimos é exatamente o que ela disse” (FIORIN, 2010, p.46).

No outro mecanismo responsável pela instauração da pessoa, tempo e espaço no enunciado, que é a embreagem, essas categorias são neutralizadas, voltando, assim, à instância enunciativa, ou seja, na embreagem de pessoa, por exemplo, o *eu* pode ser neutralizado pelo *ele*. Isso pode acontecer quando um patrão, dando uma bronca no empregado, fala o seguinte: “O patrão não vai mais relevar as suas faltas no trabalho”. Neste caso, é o próprio patrão quem está se dirigindo ao empregado, mas para isso usa o *ele* (patrão) no lugar de *eu*, tornando nula a presença da instância de pessoa do discurso. Conforme Greimas e Courtès (2011, p.160) “toda embreagem pressupõe, portanto, uma operação de debreagem que lhe é logicamente anterior”.

Do mesmo modo, na embreagem espacial, neutraliza-se a categoria de espaço e, na embreagem temporal, a categoria de tempo da enunciação é neutralizada. Por causa de nosso objetivo neste trabalho não nos deteremos a explorar esses dois mecanismos de embreagem.

3. ANÁLISE DOS TEXTOS

Os textos que selecionamos para analisar foram notícias publicadas no “Estadinho”, blog do jornal “O estado de São Paulo”, destinado ao público infantil. Os textos tratam de assuntos diversos e, como veremos, neles o enunciador, buscando uma proximidade com seu enunciatário, deixa explícitas muitas marcas da enunciação. Deve-se ressaltar que, na análise do *corpus*, determos-nos apenas aos mecanismos de debreagem e embreagem actancial e aos recursos linguísticos típicos da oralidade.

(Texto 1)

Um clique no futuro

A escola onde você estuda, pode usar o celular na aula? Não? E jogar videogame enquanto a professora escreve na lousa? Pois saiba que, em alguns colégios, isso já acontece. E o legal é que nem é na hora do recreio!

Tudo por causa das novas tecnologias, que estão chegando também nas salas de aula. Já tem até professores na Inglaterra dizendo que daqui a 20 anos as provas vão ser feitas pelo computador. Será o fim de papel e caneta?

Até o jeito de ler está mudando. Na Bienal do Livro deste ano, a Editora Globo mostrou uma prévia da obra *A Menina do Narizinho Arrebitado*, de Monteiro Lobato, que está sendo adaptada

para iPad (sem previsão para lançar). Na tela, dá para mexer nos desenhos enquanto lê a história!

Veja o que já está acontecendo e imagine como será a escola do futuro.

Imagine uma sala de aula sem quadro negro e giz. Como a professora faz para ensinar a lição? Fácil: com a lousa digital. E já existe até criança tendo aula com ela! Algumas escolas públicas de Taboão da Serra, na Grande São Paulo, por exemplo, adotaram a tecnologia em 2010.

A lousa é uma tela branca, em que são projetadas as imagens enviadas por um computador. O professor pode escrever na hora (e você acompanha ao vivo na tela), mostrar uma lição já digitada e até navegar pela internet.

O legal é que, com uma caneta especial, você grifa um texto, clica nas páginas e até desenha direto na tela.

(Dado Carvalho, 06/11/2010)

No texto em questão, logo no início, o enunciador, a instância linguística pressuposta, expulsa da enunciação para o enunciado a categoria de pessoa, assumindo-se como narrador, por meio da debreagem enunciativa. Com isso, ao se dirigir ao *você (tu)*, concomitantemente se assume como *eu* no discurso. Além disso, tentando criar um efeito de proximidade, o narrador inicia sua fala por meio de perguntas diretamente destinadas a seu narratário. A interrogação é um dos recursos que o enunciador pode usar no intuito de persuadir seu enunciatário, pois ela “é uma enunciação construída para suscitar uma resposta, por um processo linguístico que é, ao mesmo tempo, um processo de comportamento com dupla entrada” (BENVENISTE, 1989, p. 86).

No excerto, vê-se claramente a presença da subjetividade na linguagem, pois mesmo que a presença do *eu* pareça implícita, ela se explicita com a colocação do *tu (você)* no enunciado. Isso vem corroborar o que afirma o referido autor, quando diz que “o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro” (BENVENISTE, 1989, p. 84).

No primeiro parágrafo, também, almejando uma relação de intimidade com o narratário, no último período, o narrador utiliza a expressão “e o legal é que”, forma de linguagem pertencente às crianças e semelhante ao diálogo oral. Com esse recurso, a notícia, que é um gênero medialmente escrito, ganha *status* da oralidade. E isso também se estende aos usos das frases interrogativas que se encontram no texto, pois dão a sensação de que o narrador está conversando pessoalmente com o narratário. Encontra-se também um recurso da oralidade no último período do terceiro parágrafo: “na tela dá para mexer nos desenhos enquanto lê a história”. Aqui o verbo “mexer” foi empregado para prender mais a atenção do alocutário e fazê-lo compreender de um modo mais claro a mensagem do locutor.

Para Hilgert (2007, p. 69), condições de proximidade geram interações que resultam em textos identificados pela oralidade e condições de distanciamento engendram textos caracterizados pela escrituralidade. O gênero notícia tem como característica o distanciamento e, por isso, é mais propício à ausência de traços da fala. No entanto, por ser destinado ao público infantil, o texto em análise é construído com a presença de marcas características das interações faladas. Isso comprova o que afirma Bakhtin (2010) quando diz que os gêneros do discurso são tipos relativamente estáveis de enunciados, ou seja, não são estanques, mas podem variar dependendo das intenções do enunciador.

Na sequência do texto, no quarto parágrafo, a debreagem enunciativa continua sendo utilizada pelo enunciador, já que, por meio do *tu* elíptico nos verbos “Veja” e “imagine”, mais uma vez, projetando o narratário, o narrador também se projeta no enunciado. E isso se repete no decorrer da notícia com a presença de “imagine” no quinto parágrafo e “você” no último. A relação *eu-tu* ainda permanece por meio das frases interrogativas como em: “Como a professora faz para ensinar?”, no quinto parágrafo. No final do texto, mais uma vez encontra-se uma marca da oralidade no uso da expressão: “O legal é que”, demarcando a intenção do locutor em utilizar uma linguagem mais próxima de seu público, tanto para informá-lo, quanto para persuadi-lo.

(Texto 2)
Mil faces

Há 60 anos, o cartunista americano Charles M. Schulz batia na porta dos jornais para oferecer uma história em quadrinhos chamada Lil’ Folks (“pequenas pessoas”, em inglês “caipira”). Ninguém dava bola. Até que um jornal aceitou publicar suas tirinhas, mas com outro nome. Nascia assim, em outubro de 1950, a série Peanuts (que, no Brasil, ganhou o título de Minduim). É daí que vem um dos cachorros mais famosos do mundo: o Snoopy. Ele faz parte de uma história de adultos contada para crianças. Mas até parece que são as crianças que contam para os adultos. A série fez muito sucesso e hoje é a história mais comprida já criada por uma única pessoa (Schulz a desenhou por quase 50 anos, até 1999, um ano antes de sua morte).

Se você não conhece o cachorro, saiba que ele é muito inteligente. “A imaginação dele era desenfreada”, conta Roberto Elísio, do Observatório de Quadrinhos da Universidade de São Paulo (USP). Snoopy gosta de brincar de ser outras pessoas, como um aviador, um astronauta, um hippie... E para inventar cada personagem, ele sempre usa uma característica de sua personalidade. Descubra com o Snoopy tudo o que a imaginação pode nos tornar!

Em 1957, os Estados Unidos e a União Soviética estavam competindo para ver quem conquistava o espaço primeiro. Então, para fazer testes, os soviéticos lançaram a nave Sputnik 2 com uma cadela dentro, chamada Laika. Só que ela morreu pouco tempo depois de sair da Terra. Nos quadrinhos, o curioso Snoopy gostou tanto da ideia que se tornou o primeiro cachorro a pisar na Lua. De brincadeira, claro.

Você já ouviu falar no Festival de Woodstock? Ele foi um grande evento de música, realizado nos Estados Unidos em 1969. Vários astros do rock tocaram para cerca de 500 mil pessoas! Muitas delas eram hippies (aquele pessoal que prega o lema “paz e amor”). Inspirado em todo esse agito, Snoopy batizou seu passarinho de Woodstock e criou o personagem Joe Cool, um cara bem tranquilo, como os hippies.

(Dado Carvalho, 23/10/2010).

Neste segundo texto, após apresentar o assunto do qual vai tratar, o locutor, no segundo parágrafo, lança-se da enunciação para o enunciado ao se referir ao *você*, estabelecendo, assim, a relação *eu-tu*, que é a instância constitutiva da subjetividade na linguagem. Com isso, por meio da debreagem enunciativa, o enunciador, explicitando o narratário (*você*), assume a sua presença como a voz que fala no texto. Fato também expresso no uso do verbo “saiba”, em que de forma elíptica um *tu* é mencionado no enunciado e ao mesmo tempo indica a presença do narrador.

No segundo parágrafo, também há um caso de debreagem interna que é, como já exposto neste trabalho, quando um actante já debreado torna-se instância enunciativa e opera uma segunda debreagem. Isso acontece, quando, no segundo período, tem-se a citação, por meio do discurso direto, da fala de Roberto Elísio: “A imaginação dele era desenfreada”. Nesse caso, temos a debreagem de segundo grau, pois, após o enunciador, que é a instância pressuposta, ter instalado no enunciado o *tu* e concomitante a isso se instalar como narrador (debreagem de primeiro grau), ele delega a voz a um interlocutor, ocorrendo assim a debreagem de segundo grau. Nesse fenômeno os actantes mantêm uma cadeia de subordinação, por isso, “o eu que fala em discurso direto é denominado por um *eu* narrador que, por sua vez, depende de um *eu* pressuposto pelo enunciado” (FIORIN, 2010, p. 45).

Ainda no segundo parágrafo, a subjetividade na linguagem é expressa pela utilização de um *tu* elíptico no verbo “Descubra”. Aqui com a pretensão de influenciar seu alocutário, o locutor usa para isso o verbo no imperativo, como se estivesse dando uma ordem ou fazendo um apelo para que as crianças descobrissem com o Snoopy as coisas fascinantes que a imaginação pode proporcionar a uma pessoa. Esse recurso, denominado por Benveniste como *intimidação*, refere-se a ordens e apelos geralmente representados pelo imperativo e pelo vocativo implicando “uma relação viva e imediata do enunciador ao outro numa referência necessária ao tempo da enunciação” (BENVENISTE, 1989, p.86).

Também, no último período do segundo parágrafo, quando o enunciador se projeta no texto como nós (nos tornar), ocorre uma embreagem actancial, mecanismo responsável pela neutralização de oposições dentro da categoria de pessoa. Para Fiorin (2010, p.60), o “*nós* não é a multiplicação de objetos idênticos, mas a junção de um *eu* com um *não-eu*”. Assim, no texto, ao instalar-se como *nós*, o locutor, mesmo destituindo uma subjetividade, cria um efeito de proximidade com seu destinatário, já que se inclui juntamente com as crianças no conjunto dos indivíduos que podem viajar no mundo da imaginação.

Segundo Barros (2002), esse *nós*, que é um *nós inclusivo*, pode produzir efeitos de subjetividade e de aproximação da enunciação, além de uma identificação com o destinatário. Com isso “não há reciprocidade de papéis, já que os papéis do *eu* e do *você* não se separam, não se distinguem, mas, ao contrário, se confundem numa massa amorfa comum” (BARROS, 2002, p.25). No nosso excerto, *eu* e *tu* representam um só, acarretando, com isso, um efeito de ausência de interação e evidenciando mais um recurso do locutor na tentativa de influenciar o comportamento de seu alocutário.

Nos dois últimos parágrafos, o locutor volta a recorrer às marcas da oralidade para parecer-se mais próximo de seu leitor. Isso é notado em: “curioso Snoopy”, pois o adjetivo *curioso* é um termo que se encaixa na linguagem infantil. Também se identifica uma marca da oralidade no último período do terceiro parágrafo: “De brincadeira, claro”. Aqui, tem-se a sensação de que o locutor, que é um adulto, torna-se uma criança e o efeito é como se tivéssemos uma criança interagindo com outra. Essa proximidade entre os interlocutores está vinculada a uma série de fatores, entre eles “o grau de privacidade, de cumplicidade, de envolvimento emocional, de espontaneidade, de cooperação, de dialogicidade” (HILGERT, 2007, p. 74).

Isso também é expresso no último parágrafo em: “todo esse agito” e “um cara bem tranquilo”. Ou seja, essa recorrência a termos tipicamente da conversa do dia a dia aparece no texto escrito,

evidenciando uma relação de reciprocidade entre o *eu* e o *tu*. E, finalmente, encontramos outra vez uma debreagem de primeiro grau quando o narrador é projetado no texto ao instalar um *tu* (*você*) por meio de uma interrogação, que também é um recurso que demarca a instância enunciativa no texto.

(Texto 3)
Fome de histórias

Jiló, chuchu, abobrinha... Acho que você não ficou com água na boca. Mas quer saber um jeito de comer qualquer alimento sem cara feia? (Afinal, eles são bons para a saúde). Brincando!

A médica Ana Paula Pirró até inventa histórias com eles. “Na feira, já vou vendo os personagens.” A fotógrafa Vanessa Dualib faz parecido.

Ela lançou o livro Brincando com a Comida. “Minha mãe dizia: ‘Pode brincar com a comida. Mas depois, vai ter de comer!’.”

Quer ver como é fácil? Pedimos para Ana Paula criar personagens de alimentos e inventamos um conto sem final, para você terminar. Bom apetite (ops, boa história)!

(Ariane Cararo & Dado Carvalho, 13/11/2010).

No texto acima, logo no início, ao se referir a tipos de alimentos, o enunciador usa o diminutivo (abobrinha) como estratégia para produzir o efeito de proximidade com o enunciatário, pois “abobrinha”, é diferente de “abóbora”. O uso do diminutivo, nesse caso, é mais propício à linguagem de um público infantil. Na sequência, por meio da debreagem de primeiro grau, enunciador e enunciatário saem de uma instância pressuposta da enunciação para se tornarem narrador e narratário no texto. Isso é identificado em “Acho” com o *eu* elíptico que acompanha o verbo e em “você”, pronome que demarca o parceiro da enunciação (*tu*).

Ainda no primeiro parágrafo, o narrador, por meio da interrogação, busca produzir um efeito de reciprocidade com o narratário, indagando-o: “quer saber um jeito de comer qualquer alimento sem cara feia?”. Essa estratégia pode aguçar a curiosidade do leitor para saber um pouco mais a respeito da questão. Também o uso da expressão “sem cara feia” parece mais característico da linguagem infantil. E o narrador termina o parágrafo respondendo a pergunta: “Brincando”. Assim, ele busca conquistar de vez a atenção dos seus leitores, já que sabe que a ação de brincar é algo que toda criança gosta de fazer, ou seja, mostra que é possível comer alimentos de uma maneira divertida e agradável.

No segundo parágrafo, há um caso de debreagem interna, pois o narrador, já instalado no texto, dá voz a um interlocutor: “Na feira, já vou vendo os personagens”. Aqui acontece a debreagem de segundo grau, já que o narrador, o *eu* que fala no texto, delega a voz ao *eu* da médica Ana Paula Pirró.

No parágrafo seguinte há outro caso de debreagem interna no seguinte trecho: “Minha mãe dizia: ‘Pode brincar com a comida. Mas depois, vai ter de comer!’.” Aqui temos um exemplo do que Greimas e Courtès(2011) denominam de debreagem de terceiro grau. Isso se deve porque o narrador do texto, já debreado em primeiro grau, delega a voz à fotógrafa Vanessa Dualib (Minha mãe dizia), ocasionando uma debreagem de segundo grau, que por sua vez delega a voz a sua mãe (‘Pode brincar com a comida. Mas depois, vai ter de comer!’), acarretando com isso uma debreagem

de terceiro grau. Esse recurso, conforme Fiorin (2010), é utilizado para produzir um efeito de realidade, já que se tem a sensação de que é a própria personagem quem toma a voz no enunciado.

No final do texto o narrador segue com a estratégia da interrogação para fazer-se parceiro do narratário na discursivização (Quer ver como é fácil?). Além disso, faz recorrência a um *nós* (pedimos) que, neste caso, segundo Fiorin (2010, p. 60), caracteriza-se como o *nós exclusivo*, ou seja, é a junção de *eu+nãotu*. Aqui, tem-se uma *embreagem actancial*, pois a primeira pessoa do plural é usada no lugar da primeira do singular. Isso identifica o que o autor denomina de plural de modéstia, ou seja, “o *eu* evita dar realce a sua subjetividade, diluindo-a no *nós*” (FIORIN, 2010, p.96). Assim, esse *nós* representa o narrador do texto, juntamente com a equipe do blog “Estadinho”.

Fato semelhante é identificado na sequência com a introdução do *nós* em: “inventamos”, no entanto esse *nós* não representa apenas a soma do narrador com o blog, mas também com o *ele* da médica Ana Paula Pirró. Ocorrências como essas, segundo Barros (2002, p. 27), acabam, de certo modo, atenuando a intimidade entre destinador e destinatário.

O texto é finalizado com mais uma expressão peculiar da conversa cotidiana: “Bom apetite (ops, boa história)!”. Com isso, corrobora-se a intenção do locutor em causar o efeito de parceria com o alocutário, pois, com esses recursos linguísticos, o texto, que é escrito, ganha *status* de oralidade, ou seja, parece que, pessoalmente, duas pessoas estão conversando.

(Texto 4)

Nhac!

Não importa se você ainda não almoçou: a sobremesa é toda sua!

Já imaginou se, todo dia, você pudesse comer a sobremesa antes do almoço ou do jantar? Mas você já parou para pensar por que a gente come primeiro o prato salgado para, só depois, vir a sobremesa? Parece que, justamente por isto ser proibido, os doces se tornam ainda mais irresistíveis. Antes de pensar que esta regra é birra dos pais, saiba que o costume de comer o alimento salgado surgiu porque o açúcar não existia em grande escala (de forma que os doces também não). E, quando surgiram, as receitas eram mantidas secretas! Bem, nesta edição, batemos um papo com cinco pessoas que, assim como a gente, são loucas por açúcar. Você vai descobrir como surgiram alguns doces e, claro, ficar com muita água na boca!

(Thais Caramico & Dado Carvalho, 11/09/ 2010).

No texto em análise, logo depois do título, por meio da *embreagem actancial*, o narrador é projetado no enunciado ao mesmo tempo em que instala um *tu* (você) e isso prossegue na expressão: “a sobremesa é toda sua”, com o uso do pronome possessivo que diz respeito ao narratário. Essa mesma expressão também soa como resquícios de oralidade, pois segundo Hilgert (2011, p. 173) “quando se fala em oralidade em textos escritos, faz-se referência, na verdade, a efeitos de sentido de oralidade produzidos pelo uso de certos recursos de linguagem na construção do texto”.

Em seguida há recorrência à interrogação, destinada ao narratário (você), no intuito de estabelecer a proximidade entre quem enuncia e a quem se destina o enunciado. Mais a frente, o

mesmo recurso interrogativo é usado, mas dessa vez o narrador utiliza uma embreagem por meio de *a gente*, na 3ª pessoa, no lugar do *nós*: “Mas você já parou para pensar por que a gente come primeiro o prato salgado para, só depois, vir a sobremesa?”. Esse *nós*, que é inclusivo, pressuposto em *a gente*, coloca narrador e narratário em um grupo de sujeitos que após almoçarem ou jantarem gostam de se deliciar com uma sobremesa.

O uso de *a gente* em lugar de *nós* produz efeitos “de acentuação da informalidade da relação e de atenuação da subjetividade e da aproximação da enunciação, variando o grau de reciprocidade e de igualdade entre os interlocutores” (BARROS, 2002, p.31). No nosso excerto, mesmo atenuando a subjetividade, o *a gente* posto em lugar de *nós inclusivo* estabelece uma relação de informalidade entre os sujeitos identificados na inclusão, isto é, entre a pessoa que escreveu o texto e o público visado.

Ainda na notícia, aparecem outros exemplos de que o narrador busca trazer para o texto escrito expressões que se parecem com o discurso oral e isso é perceptível em: “é birra dos pais”; “batemos um papo”; “são loucas por açúcar”; “ficar com muita água na boca”. Além disso, em “batemos um papo”, o *nós* elíptico no verbo se refere ao plural de modéstia, por meio do qual o narrador dilui sua subjetividade, agregando-se a um *não-tu*.

No penúltimo período do texto, outra embreagem com *a gente* é usada: “assim como a gente são loucas por açúcar”. Mais uma vez o narrador usa a 3ª pessoa no lugar da 1ª do plural, que seria um *nós inclusivo*, já que ele diz a seu narratário que os dois gostam muito de comidas doces.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho procurou-se analisar as marcas da subjetividade na linguagem em um gênero textual medialmente escrito, que tem como característica causar efeitos de distanciamento e de objetividade. No entanto, mesmo sendo um gênero com essas qualidades, a notícia, quando é escrita visando um leitor infantil, busca, na proximidade e na subjetividade, meios necessários para influenciar o comportamento de seu alocutário.

Por isso, ao nos propormos identificar a presença da debreagem e da embreagem nos textos, buscamos exemplificar como esses mecanismos operam na transposição do enunciador e do enunciatário, instâncias pressupostas, para o texto, o produto da enunciação. Isso ficou bem demarcado nas análises feitas, pois, como se expôs, a instalação do *eu-tu* nos textos visou à produção de efeitos de sentido de proximidade entre os interlocutores.

Assim também foi o uso da debreagem interna, em que o narrador trouxe para dentro do texto outras vozes, objetivando o efeito de realidade, pois com esse recurso tem-se a sensação da presença de quem enuncia por meio do discurso direto. Além disso, como observado, todos esses mecanismos responsáveis pela instauração da subjetividade no *corpus* carregam em si marcas da oralidade, já que, mesmo sendo escritos, em muitas partes, os textos apresentaram características da linguagem oral, objetivando, com isso, o efeito de proximidade com o leitor.

Muitas outras questões sobre a enunciação poderiam ter sido enfatizadas neste trabalho, mas, por questões de espaço, limitamo-nos a investigar somente a subjetividade na linguagem, no que diz respeito à categoria de pessoa. No entanto, fica aberta a possibilidade de serem investigadas outras marcas e outros efeitos de sentido produzidos pelas astúcias da enunciação.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- BARROS, D.L.P. Interação em anúncios publicitários. In:PRETI, Dino (org.) **Interação na fala e na escrita**. São Paulo: Humanitas, 2002.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 1995.
- _____. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.
- FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação**. São Paulo: Ática, 2010.
- GREIMAS, A. J. e COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Contexto, 2011.
- HILGUERT, J. G. **A oralidade em textos escritos**: reflexões à luz de uma teoria de texto. *Calidoscópico*, Porto Alegre, v. 9, n.3, p. 171-179, set/dez 2011.
- HILGUERT, J. G. Língua Falada e comunicação. *Calidoscópico*, Porto Alegre, v. 5, n.2, p. 69-76, mai/ago 2007.
- Site consultado:**
- <http://blogs.estadao.com.br/estadinho/>

ENTRE O HISPANISMO E O LATINISMO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO DISCURSO DE HISPÂNICOS NA WEB 2.0¹

*Lucineudo Machado Irineu (UNILAB)**

*Edilene Rodrigues Barbosa (UERN)***

RESUMO

Este trabalho centra sua base teórica nos Estudos Críticos do Discurso, em interface com a Teoria das Representações Sociais, e objetiva analisar práticas discursivas reais resultado de interações virtuais nas comunidades temáticas da extinta rede de relacionamentos Orkut, popular no mundo todo notadamente até 2011, através do exame das estratégias de textualização e das marcas de enunciação que, como eventos indiciários, evidenciam as representações sociais que hispânicos manifestam em seu discurso, na tentativa de representar e entender o Outro, em um jogo complexo de linguagem, deixando emergir em seu discurso questões de identidade e de alteridade. Na análise dos dados, examinamos as Estruturas Ideológicas do Discurso (VAN DIJK, 1998) pelas quais se expressam as representações sociais dos sujeitos enfocados sobre os sujeitos com quem interagem, no caso desta pesquisa, os brasileiros. Os resultados mostram que há uma tendência do assentamento da identidade hispânica pelos hispânicos espanhóis, o que não se constata de modo direto entre os hispânicos latino-americanos, como se vê nas postagens analisadas, quando estes sujeitos se reportam ao ser brasileiro e ao ser latino-americano.

Palavras-chave: Representações; Hispanidade; Discurso; Identidade; Alteridade.

RESUMEN

Este trabajo centra su base teórica en los Estudios Críticos del Discurso, en interface con la Teoría de las Representaciones Sociales, y objetiva analizar prácticas discursivas reales resultantes de interacciones virtuales en las comunidades temáticas de la red de relacionamientos Orkut, corriente en el mundo hasta 2011, a través del examen de estrategias de textualización y de las huellas de la enunciación que, como eventos indiciários, evidencian las representaciones sociales que hispanos manifiestan en su discurso, en la intención de representar y entender el Otro, en un juego complejo de lenguaje, permitiendo que emerja en su discurso cuestiones de identidad y de alteridad. En el análisis de los datos, examinamos las Estructuras Ideológicas del Discurso (VAN DIJK, 1998) por las cuales se expresan las representaciones sociales de los sujetos enfocados sobre los sujetos con quienes interactúan, en el caso de esta investigación, los brasileños. Los resultados señalan que hay una tendencia de acomodación de identidad hispánica por los hispanos españoles, lo que no se constata de modo directo entre los hispanos latinoamericanos, como se ve por los posts analizados, cuando estos sujetos se reportan al ser brasileño y al ser latinoamericano.

Palabras clave: Representaciones; Hispanidad; Discurso; Identidad; Alteridad.

¹ O presente trabalho é resultado do projeto de pesquisa *Representações sociais no discurso da hispanidade: identidades na WEB 2.0*, institucionalizado no Departamento de Letras Estrangeiras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Campus de Pau dos Ferros/RN, sob a coordenação dos professores Lucineudo Machado Irineu e Edilene Rodrigues Barbosa.

* Doutor em Linguística pela UFC – Professor e pesquisador do IHL/UNILAB
Email: lucineudomachadoirineu@gmail.com

** Professora e Pesquisadora da UERN
Email: edilene.r.b@gmail.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Teoria das Representações Sociais (doravante TRS) proposta por Moscovici (1978), na década de 70 do século XX, apresenta-se, na dinâmica dos estudos em Ciências Sociais, como uma investigação em torno da construção das relações dos indivíduos com o conhecimento de um modo geral. Circunscrita aos estudos em Psicologia Social, tal teoria parte de estudos anteriores para sedimentar sua base epistêmica como uma maneira de abordar não só os indivíduos em si, mas o modo como se constituem enquanto membros de dados grupos sociais, segundo interesses e ideologias subjacentes a seu pensar, a seu agir e a seu modo de interagir pela linguagem (IRINEU, 2011).

Nesta perspectiva, os estudos sobre representações sociais (doravante RS) têm se tornado cada vez mais relevantes para a elucidação de questões relacionadas às crenças de grupos nas mais diversas áreas do conhecimento, dando-lhes ares de estudos interdisciplinares, grande tendência nas pesquisas contemporâneas acerca do discurso e suas relações com as ideologias e com as práticas de linguagem de um modo amplo.

Compreendendo, a partir do que nos afirma Moscovici (1978), que é pelo discurso que se propagam as RS, discute-se aqui, introdutoriamente, o conceito de RS situando-o na interface com os Estudos Críticos do Discurso. Esta investigação estabelece relação epistemológica com os estudos da Psicologia Social, com relação à Teoria das Representações Sociais, frente às propostas de Moscovici (1978), Jodelet (1991), dentre outros estudiosos.

Analizamos, ao longo da pesquisa que resultou neste trabalho, práticas discursivas reais e situadas, a saber: interações virtuais nas comunidades temáticas da rede de relacionamentos *Orkut*, a partir do exame das estratégias de textualização e das marcas de enunciação que evidenciam o processo de construção de representações sociais por sujeitos hispânicos, na tentativa de compreender o Outro, em um complexo jogo de linguagem, fazendo emergir em seu discurso questões de identidade e alteridade a partir do que se entende pela categoria discursivo-social “Outro”, em nosso contexto de pesquisa representado pelo brasileiro.

Os dados mostraram que de fato há um assentamento da identidade hispânica pelos hispânicos espanhóis, o que não se constata de modo direto entre os hispânicos latinoamericanos, isso por motivos diversos, dentre os quais destacamos o modo como se deu a colonização e o processo de firmamento identitário entre os países da Espanha e da América Latina. Destacamos, nos resultados obtidos, a emergência de elementos culturais, muitos deles cunhados em estereótipos, na representação social de hispânicos sobre os brasileiros de um modo geral.

A seguir, tecemos uma breve discussão em que contextualizamos a visão de alguns teóricos de base sobre representações sociais a partir da qual operacionalizamos nossas análises.

1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, DISCURSO E IDEOLOGIA

Serge Moscovici (1978), estudioso romeno, em sua pesquisa introdutória sobre representações sociais, investigou as transformações dos pensamentos erudito e popular, focalizando a socialização da Psicanálise junto à população parisiense do final dos anos 50. Nesta investigação, o teórico

contribuiu para o redimensionamento do conceito de senso comum, problematizando o espaço do popular como conhecimento válido, relativizando o conhecimento científico como o único legitimado ao longo da história da humanidade.

Na visão de Moscovici (1978), em ampliação ao conceito de representações coletivas de Durkheim (2001), as representações sociais passam a ser investigadas como meios de comunicação pelas quais se dão as interações sociais de um modo geral, na construção do conhecimento e sua gênese, a partir dos estudos em Psicologia Social. Para o referido teórico (MOSCOVICI, 1978, p. 21), Representações Sociais identificam-se como

Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social.

Através das palavras de Moscovici (1976), é possível depreender alguns dos processos pelos quais os indivíduos representam as coisas do mundo: a nomeação e a classificação, com destaque para o aspecto comunicativo de que trata o autor ao se referir a tais processos. Este sistema de crenças, valores, ideias e práticas em que consistem as representações sociais e de que trata Moscovici (1978) está em consonância com a perspectiva discursiva de abordagem das RS, tal como propomos neste trabalho, uma vez que a linguagem se manifesta como instrumento das mais diversas ideologias no âmbito das relações sociais (VAN DIJK, 1998).

Neste tocante, discurso, para nós, deve ser entendido como prática social de comunicação, eminentemente ideológico, pois erigido em crenças de grupos sociais, e por extensão de seus membros, produzido em processos de ordem cognitiva, através do qual se constroem representações sociais. Nesta definição, evidenciamos tanto a complexidade do processamento do discurso do ponto de vista cognitivo como a complexidade do funcionamento discursivo nas interações sociais, através das quais categorizamos as coisas do mundo com as quais e através das quais interagimos.

A supremacia do social no discurso hoje é amplamente reconhecida nos campos da epistemologia dos estudos da linguagem. Desse fato resulta o caráter interdisciplinar do estudo das RS nas mais diversas áreas do conhecimento humano, principalmente nos estudos linguísticos. Deste modo, é possível afirmar que os atores sociais projetam crenças e ideias sobre eles mesmos e sobre o mundo que os rodeia, daí a importância de se analisar o olhar dos fenômenos das formas ideológicas de pensamento e ação coletiva vistas através da conexão entre as intersubjetividades e as produções discursivas, de modo a serem as RS transmitidas de uma geração a outra.

Denise Jodelet (1991), em sua pesquisa sobre as RS sobre a loucura, deu continuidade aos estudos de Moscovici (1976), a partir de uma abordagem dimensional do fenômeno representacional. Esta abordagem investiga a gênese, através do estudo da história das RS construídas pelos sujeitos em interação, com o objetivo de compreender os processos pelos quais passa uma RS rumo a sua formação no campo representacional em diversas dimensões. Na visão da autora, faz-se necessário

entender, ao invés de dicotomizar, como o pensamento individual se enraíza no social, levando em conta as condições de produção e os contextos de enunciação em uma relação mútua. Assim, no dizer de Jodelet (1991, p. 34), as RS podem ser caracterizadas como:

Fenômenos complexos cujos conteúdos devem ser cuidadosamente destrinchados e referidos aos diferentes aspectos do objeto representado de modo a poder depreender os múltiplos processos que concorrem para a sua elaboração e consolidação como sistemas de pensamento que sustentam as práticas sociais.

É através da compreensão dos “múltiplos processos que concorrem para a sua elaboração e consolidação como sistemas de pensamento que sustentam as práticas sociais” que Denise Jodelet sistematiza a teoria em sua versão primeira proposta por Moscovici (1978), dando-lhe, segundo Sá (1998), uma “feição mais objetiva”. Como “fenômenos complexos”, sobre os quais está posta a necessidade de uma investigação criteriosa para se compreender os “diferentes aspectos”, ou seja, as diferentes dimensões de uma RS, estes construtos ideológicos são muito bem situados pela pesquisadora como “sistemas de pensamento” que integram as práticas sociais.

Posterior a Jodelet (1991), os estudos de Abric (1994), ao lado das investigações de Flament (2001), reforçaram a ideia de que as RS são de fato objetos salientes do ponto de vista da sociocognição e que podem ser investigados com relação a seus elementos divididos em núcleos (Teoria do Núcleo Central). Para Abric (1994), uma RS pode ser entendida como um uma organização de informações no nível da cognição, ou seja, um conjunto estruturado de informações, crenças, opiniões e atitudes. Trata-se de um sistema sociocognitivo particular, composto de dois subsistemas (ou núcleos): um central e um periférico.

Para a elaboração deste conceito, o autor postula que, como manifestações do pensamento social, como destacam Moscovici (1978) e Jodelet (1991), as RS organizam-se em núcleos relacionados a elementos que as compõem, sendo o núcleo central constituído pela natureza do objeto representado e pela relação que o sujeito mantém com esse objeto, elemento determinante do significado da representação (função geradora), da organização interna (função organizadora) e da estabilidade (função estabilizadora).

Flament (2001), outro teórico com visão estruturalista do fenômeno representacional, endossa a Teoria das Representações Sociais mostrando que, ao lado do Núcleo Central, existem elementos periféricos que podem ser considerados esquemas importantes no funcionamento das representações. Referido estudioso reforça a validade de técnica de coleta e tratamento de dados como a associação de palavras e exercícios de memorização com o objetivo de compreender as RS engendradas nos núcleos estruturantes do pensamento humano.

Como “a simples descrição do conteúdo de uma RS não é suficiente para seu reconhecimento e sua especificação”, a investigação em torno à constituição do núcleo central está ligada “às situações de natureza histórica, sociológica e ideológica de um determinado grupo, conjugando também suas normas e valores sociais compartilhados”, como bem salienta Dieb (2004, p. 45).

Doise (2001), a partir de sua investigação sobre as RS dos Direitos Humanos, pesquisou como as inserções sociais concretas dos sujeitos condicionam suas representações, vistas como tomadas de posição simbólica entre indivíduos e grupos. Interessado em compreender as concepções ideológicas dos sujeitos e sua relação com a construção das RS, Doise (2001) postulou as atitudes como “tomadas de posição simbólica” pelos sujeitos com relação ao objeto representando. Para Doise (2001, p. 156), as RS são entendidas como

Um conjunto organizado de opiniões, de atitudes, de crenças e de informações referentes a um objeto ou a uma situação determinado ao mesmo tempo pelo próprio sujeito (sua história, sua vivência), pelo sistema social e ideológico no qual ele está inserido e pela natureza dos vínculos que ele mantém com esse sistema social.

A conceituação de Doise (2001) a respeito das RS revela a percepção do autor sobre os comportamentos intergrupais, na tentativa de compreender como os processos de categorização social guiados pela ancoragem intervêm na interação entre grupos, evidenciando que de fato as RS precedem a interação, alicerçando-a em contextos ideológicos de produção discursiva.

2 ANÁLISE DOS DADOS: O DISCURSO DA HISPANIDADE SOB A ÓTICA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE HISPANOS-FALANTES SOBRE OS BRASILEIROS

Começamos nossa pesquisa no ano de 2011 traçando como objetivo geral analisar, na interação de usuários da comunidade virtual Orkut, a construção das representações sociais que os hispano-americanos usuários da rede social em questão evidenciam em seu discurso, na tentativa de entender o outro ator social envolvido na enunciação, o brasileiro, através de categorias dispostas a partir das Estruturas Ideológicas do Discurso (EID) propostas por van Dijk (1998).

A pesquisa teve uma duração de um ano. Após leituras de textos teóricos para a compreensão da temática a ser investigada, partimos para a coleta e análise dos dados. Ressaltamos o caráter qualitativo dos resultados em questão nesta pesquisa. Destacamos que as postagens foram transcritas preservando suas características originais quanto a elementos formais como acentuação, ortografia etc. Após a análise dos dados, podemos destacar:

1. Com relação à representação social construída pelos sujeitos sobre o Outro social com quem interagem, ser brasileiro significa:
 - 1.1. compartilhar uma cultura de praia, de samba, de carnaval, de desigualdade social, sendo estes elementos traços identitários do povo brasileiro evocados pelos sujeitos analisados (postagens² da comunidade 1);
 - 1.2. ser representante de um povo festivo, mas de cultura difusa (postagens da comunidade 1);
 - 1.3. viver em uma situação “à margem” com relação aos países da Europa (postagens da comunidade 1);
 - 1.4. ser representante difuso da América Latina (postagens da comunidade 1).

²Todas as postagens foram mantidas do mesmo modo em que estão dispostas no ambiente virtual, dispensando correções de qualquer ordem. Procedimentos sigilo dos dados foram devidamente executados, a fim de assegurar a identidade dos sujeitos.

2. Com relação à representação social de hispânicos construída pelos sujeitos sobre eles mesmos, ser hispânico significa:
 - 2.1. estar desconectado do que acontece com o Brasil e com outros países da América Latina, sendo estes compreendidos como de cultura inferior (postagens da comunidade 1);
 - 2.2. ter em si o espírito de Madrid, uma cultura europeizada, representante de uma hispanidade que se pretende diferente da hispanidade da América Latina (postagens da comunidade 1);
 - 2.3. viver em uma cidade encantadora principalmente por seu passado histórico e cultural (postagens da comunidade 1);
 - 2.4. desfrutar de uma cultura marcada por celebrações festivas notadamente identitárias, tais como as touradas e as festas de São Fermin (signos identitários da cultura hispânica) (postagens da comunidade 1).

3. Com relação à representação social de hispânicos da América Latina construída pelos sujeitos com relação aos Outros sociais, ser hispânico da América Latina significa:
 - 3.1. fazer parte de uma outra “banda” dos povos hispânicos”, a exemplo dos paraguaios (postagens da comunidade 2);
 - 3.2. ser fruto identitário de uma mescla cultural, que marca sua relação com os outros povos da América Latina (postagens da comunidade 2);
 - 3.3. sentir-se como se fosse parte de uma outra “hispanidade” que não a europeizada pretendida pelos espanhóis (postagens da comunidade 2).

4. Com relação às Estruturas Ideológicas do Discurso evocadas pelos sujeitos na construção de suas representações sociais, mostraram-se preponderantemente relevantes quando da análise dos dados:
 - 4.1. intencionalidade no uso de referentes e objetos diversos do discurso, a exemplo de expressões como “os espanhóis” para diferenciar os hispânicos da Espanha dos hispânicos da América Latina (postagens da comunidade 1);
 - 4.2. enunciação de dadas proposições e projeção de implícitos, explícitos e subentendidos, a exemplo da menção “à América Latina como nação do submundo” (postagens da comunidade 2) ;
 - 4.3. mecanismos de interação e controle do discurso, a exemplo de evocações, argumentação direcionada etc. (postagens das comunidades 1 e 2).

As estruturas linguístico-discursivas sobre as quais assentamos parte de nossa análise são denominadas Estruturas Ideológicas do Discurso (EID) e se definem como estruturas da ordem do texto que revelam manobras intencionais, mas não necessariamente conscientes ou monitoradas, dos atores sociais em seus textos, sendo tais manobras reveladoras de práticas ideológicas mediadas pela linguagem, como a elaboração de representações sociais por grupos (VAN DIJK, 1998).

A fim de flagrar as tomadas de posição pelos sujeitos a respeito do significado por eles atribuído às noções tratadas nessa pesquisa, analisamos as postagens selecionadas não só do ponto de vista do conteúdo propriamente dito, mas sim a partir do modo como o discurso se organiza com fins à construção da RS em torno a uma possível imagem conceitual sobre os objetos de representação aqui enfocados.

Dentre as EID levantadas como hipóteses quando da elaboração do projeto de pesquisa, mostraram-se relevantes nas análises:

• **Intencionalidade de uso de referentes e objetos diversos do discurso:** chegamos à conclusão de que o uso de referentes por associação ou comparação revela, explícita ou implicitamente, a imagem que temos das coisas e dos sujeitos do mundo. Na mesma linha de pensamento, o modo como conceituamos intencionalmente os signos identitários que constituem a visão que temos de nossa identidade revela como categorizamos nossos elementos de pertencimento a grupos, manifesto em cláusulas e orações de nosso discurso. Os sujeitos analisados, deste modo, fazem menção, por referência, a elementos do universo cultural e social do Brasil (praias, samba, desigualdade) para fazer emergir em seu discurso a representação social do Outro brasileiro por eles construída, como se pode observar, dentre outras, nas seguintes postagens:

- Supongo que en general estamos muy influenciados por los estereotipos y por la televisión. Cuando hablas a alguien de Brasil lo primero que se le viene a la cabeza son **playas, samba y carnaval**, si profundizas un poco más lo siguiente que se viene a la cabeza son las **desigualdades sociales, la destrucción de la selva y por supuesto Lula** (Postagens da comunidade 01. Sujeito 2. Grifos nossos).

- Topicos(sic), igual que en Brasil sobre España (toros, flamenco, paella, siesta) (sic), la ignorancia hace que las personas se aferren a los pocos datos que se tienen sobre cualquier país (sic). Diría que aquí(sic) a Brasil se identifica con **la samba, el carnaval y el futbol**. Un país (sic) tropical donde la gente esta (sic) siempre de fiesta. Despues (sic) cuando visitas Brasil conoces un universo de fantasías, un mestizaje de razas, la palabra “belleza” adquiere más sentido, también ves el lado oscuro como **las favelas o la desigualdad**, pero Brasil es un imperio de bondad y un patrimonio de la humanidad de Norte a Sur, insuperable Brasil es Brasil (Postagens da comunidade 01. Sujeito 8. Grifos nossos).

• **Enunciação de dadas proposições e projeção de implícitos, explícitos e subentendidos:** dado o caráter espontâneo dos textos coletados para esta pesquisa, muito do que está na mente dos sujeitos analisados revelou de modo inconsciente, mas não sem intencionalidade, através dos efeitos de linguagem por eles empregados em seu discurso, suas proposições linguísticas (“um come gatos” e “su ideologia era q sudamerica sea uno solo”, por sujeito 15, para dirigir-se ao sujeito com quem ele dialoga com ironia, a fim de desqualificá-lo e “nuestro querido Paraguay”, por usuário 16, para fazer louvor à nação paraguaia). Assim, acabamos por analisar como implícitos e subentendidos, como se pode observar, dentre outras, nas seguintes postagens:

- Mira quien habla **un come gatos** ustedes los curepas son una verguenza q van discriminando a los demas paises sudamericanos si el che viviese se avergonzaria de ser argentino x q **su ideologia era q sudamerica sea uno solo** cuando aprenderemos!!!! (Postagens da comunidade 02. Sujeito 15. Grifos nossos).

- Chicos miren esta comu que hizo una ARGENTINA. <http://www.orkut.com/Main#Community?cmm=103029983>. ENCIMA DE TODO Q TIENE 2 MIEMBROS LA TIPITA ESTA ES UNA TROLA CUALQUIERA QUE SE CREEEE PARA DECIR ESTUPIDECES DE **NUESTRO QUERIDO PARAGUAY** ENCIMA SU MAMA ES PARAGUAYA Q VERGUENZAAAA..... (Postagens da comunidade 02. Sujeito 16. Grifos nossos).

• **Mecanismos de interação e controle do discurso:** com relação a esses aspectos discursivos, interessou-nos investigar os posicionamentos ideológicos dos sujeitos revelados em suas postagens, entendidos como tomadas de posição frente a um grupo, no mais das vezes em defesa dos que com ele formam o que entendem por ser hispânico e/ou brasileiro. Exposições de opiniões e processos argumentativos, assim como outras estratégias discursivas de controle em direção ao Outro com quem os sujeitos interagem (tais como interrogações, evocações e direcionamentos argumentativos), foram analisadas, como se pode observar, dentre outras, nas postagens a seguir:

- **que ustedes pensam de Brasil? que pensam** los espanhois **sobre o Brasil?** (Postagens da comunidade 01. Sujeito 01. Grifos nossos).

- **SEAN** TODOS LOS ESPAÑÓLES **BIENVENIDOS A BRASIL!!!!** (Postagens da comunidade 01. Sujeito 05. Grifos nossos).

Além das Estruturas Ideológicas do Discurso, devemos fazer considerações a respeito da escolha pelo Orkut, enquanto site de redes sociais (RECUERO, 2010). A escolha por esse site se deu devido a sua popularidade, à época, entre os brasileiros e os hispânicos na condição de ferramenta dialógica que congregava sujeitos interculturais (GARCÍA CANCLINI, 2009) de todas as partes do mundo, e em especial da América Latina. Entendemos o Orkut como ferramenta dialógica na medida em que se tratava de um *locus* virtual para a comunicação, dados seus recursos conversacionais, a exemplos dos fóruns de que tratamos nesta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da postagem no ambiente virtual nos levou à conclusão de que as redes sociais são um conjunto de atores, usuários dessa rede, e suas conexões, através das quais se organizam em grupos e, ao se comunicarem, deixam no ambiente virtual “rastros” de sua interação. O Orkut, desse modo, era um exemplo de site através do qual seus usuários (ou atores sociais) eram representados pelo seu perfil disposto, elemento discursivo que muito diz da individualidade de seu autor, da construção de si e do outro, essencial no processo comunicativo.

Segundo Recuero (2010), “é preciso ser visto para existir na WEB”. É exatamente através desta necessidade de visão que em sites de redes sociais como o Orkut os atores sociais constroem representações e identidades a fim de fazer emergir muito do que são frente ao modo como se apresentam aos outros usuários. Trata-se de um uma necessidade de ser visto, indispensável à sociabilidade mediada pelo computador.

É na legitimação do “dizer” em ambientes sociais, como os sites de redes sociais da WEB, que construímos nossas relações de linguagem e nossas representações. A WEB é, portanto, um ambiente propício para a legitimação deste “dizer” que os atores usuários de sites de redes sociais se agrupam em comunidades virtuais temáticas, através das quais interagem entre si com o objetivo de discutir temas que lhes são de interesse comum, sendo tais comunidades entendidas como “elementos de identificação de seus usuários” e referidos usuários representações “de si mesmo” (FRAGOSO, 2006) possibilitadas pela virtualização característica do mundo virtual.

Estas representações evidenciam que para cada interação promovida na WEB os usuários executam estratégias identitárias que legitimam as representações por ele construídas neste ambiente. Ao se integrarem no mundo virtual, estão os usuários colocando-se na posição de sujeitos que expressam traços identitários nas comunidades de que fazem parte, traços esses que, muitas vezes, não encontram, nas interações verbalizadas fora do ambiente virtual, espaço propício a sua manifestação.

Deste modo, os comentários deixados nas comunidades virtuais são “rastros sociais” de seus autores. As interações verbais no mundo virtual, por sua vez, “são parte das percepções pelos atores sociais do universo que os rodeia, influenciadas por elas e pelas motivações particulares desses atores” (RECUERO, 2010, p 122).

Sobre as representações sociais que podem ser evidenciadas nestes sites de redes sociais, Moscovici (1978) as define como um completo sistema de valores, ideias e práticas responsável por estabilizar nosso processo de apreensão do mundo. Através das palavras de Moscovici (1978), é possível depreender alguns dos processos pelos quais os indivíduos tratam de representar as coisas do mundo: a nomeação e a classificação, com destaque para o aspecto comunicativo de que trata o autor ao se referir a tais processos. O sistema de crenças, valores, ideias e práticas em que consistem as representações sociais coaduna-se com a perspectiva discursiva de abordagem das RS, uma vez que a linguagem se manifesta como instrumento das mais diversas ideologias residentes no mais inconsciente de nossas mentes e que podem se manifestar através de marcas deixadas pelos sujeitos em seus discursos (VAN DIJK, 1998).

Nos dados por nós analisados, as crenças dos sujeitos investigados formam o universo consensual que permite ao grupo compartilhar as representações que por nós foram analisados. Assim, chegamos à conclusão de que os elementos analisados formam uma representação social, e não somente uma representação dos sujeitos de modo individual, dada a recorrência dos elementos temáticos na fala de grande parte dos sujeitos analisados.

Assim, concluímos ainda que as categorias linguísticas, discursivas e contextuais elencadas mostraram-se relevantes na análise das representações sociais em questão evidenciando que as ideologias de grupo, manifestas por EID, estão presentes no discurso dos sujeitos membros do grupo social que, ao se ancorarem em elementos de sua história, evocam temas relacionados à cultura e à identidade de seu povo como afirmação de sua inserção naquele grupo social.

Enfatizamos a viabilidade de estudos futuros que se dirijam para problemas mais propriamente físicos, como os relacionados à educação, mais especificamente aos estudos de língua estrangeiras, partindo do entrecruzar entre RS de objetos relacionados ao ensino, por exemplo, e seu impacto na formação de futuros professores de ELE, de professores em exercício ou ainda na elaboração de material didático e sua produtividade no ensino de línguas, dentre outras possibilidades. Trata-se de uma área promissora de investigação e que necessita urgentemente ser explorada.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. **Pratiques sociales et représentations**. Paris: PUF, 1994.

DIEB, M. H. **Educação infantil e formação docente**: um estudo em representações sociais. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2004.

DOISE, W. Atitudes e representações sociais. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Trad. Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 187 – 203.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

FLAMENT, C. Estrutura e dinâmica das representações sociais. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Trad. Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 173-186.

FRAGOSO, S. **Conectibilidade e geografia em sites de redes sociais**: um olhar sobre as relações entre território e identidade a partir do Orkut Galáxia. São Paulo: EDUC, 2006.

GARCÍA CANCLINI, N. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da Modernidade. São Paulo: EDUSP, 2009.

IRINEU, L. M. **Representações sociais sobre a latinidade em sites de redes sociais contemporâneas**: uma investigação discursivo-ideológica situada no Orkut. 2011. 211 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

JODELET, D. Représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, D. (org). **Les représentations sociales**. 2. ed. Paris: PUF, 1991.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

RECUERO, R. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.

SÁ, C. P. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

VAN DIJK, T. A. **Cognição, discurso e interação**. (Org. e apresentação de Ingedore V. Koch). 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.

O DISCURSO AMOROSO: WERTHER E CHARLOTTE

*Victor Hugo da Silva Vasconcellos (PUC-SP)**

RESUMO

O que há de maior impacto em um ser humano que não as suas emoções? Essa é inquietação norteadora desta pesquisa. O problema é procurar marcas específicas do discurso amoroso. Dessa feita, pergunta-se: quais são as marcas discursivas no discurso amoroso literário? Este artigo busca destacar na Literatura dois breves discursos amorosos a fim de se perceber a movimentação desse sujeito que ama e busca o amor; tema que não será esgotado. No entanto, busca-se discutir algumas características dos discursos amorosos com a finalidade de que se possa contribuir com a literatura da análise do discurso. Neste exercício de análise, os conceitos de Polifonia, Reversibilidade Discursiva, Ethos Discursivo e Interdiscurso serão discutidos a fim de embasar a concretização desse discurso.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Discurso Amoroso; Literatura; Linguística.

ABSTRACT

What's the biggest impact on a human being than their emotions? This restlessness is guiding this research. The problem is to search for specific tags loving speech, made this: what are the discursive marks the literary love discourse? This article seeks to highlight in the literature two brief loving speeches in order to perceive the movement of this subject who loves and seeks the love; topic that will not be exhausted, yet it will seek to discuss some characteristics of loving speeches for the purpose of which is to contribute to the literature of discourse analysis. In this screening exercise, the concepts of polyphony, Reversibility Discourse, Discursive Ethos, interdiscourse will be discussed in order to base the implementation of this loving discourse.

Keywords: Discourse Analysis; Loving Speech; literature; Linguistics.

* Mestre em Língua Portuguesa pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Língua portuguesa da PUC-SP.
Email: victorvasconcellos@uol.com.br

INTRODUÇÃO

O que há de maior impacto em um ser humano que não as suas emoções? Tal questionamento é válido e muito abordado principalmente pelas ciências humanas, em que a complexidade das relações sociais é discutida amplamente por várias ramificações do conhecimento já estruturadas.

As emoções ganharam espaço para serem questionadas e observadas nos estudos do século XX e XXI, com maior profundidade e relevância científica. O crescimento da psicologia e da psicanálise, assim como da sociologia, da filosofia e, claro, da Linguística possibilitou a reflexão sobre o sujeito que é mais do que sua consciência aparente, considerando-o como uma rede de discursos sócio-histórico-ideológicos que emergem tanto em suas ações verbais como em seu silêncio mais profundo. Por ser social, o sujeito interage com os outros e, a partir dessa interação, constrói seu discurso; por estar situado cronologicamente, esse sujeito também é histórico; e por ter convicções formadas a partir das ideologias com as quais mantém contato, ele também é ideológico.

As emoções emergem dentro de seu contexto histórico-social. A ilusão do controle sobre as emoções e as manifestações discursivas é o que possibilita ao sujeito viver e produzir discursos, estes que não são originais; com exceção do momento, do contexto, da situação, do destinatário, das emoções que nunca mais se repetirão, assim como as águas de um rio que correm com destino ao infinito azul do mar.

Cada momento, portanto, é único, pois reúne condições únicas para a cena da enunciação. Mesmo que se coloquem os mesmos personagens no mesmo palco, as mesmas falas; elementos sutis como o tempo e a memória discursiva dos atores, que não são os mesmos, não permitiriam que se materializassem cenas idênticas, talvez semelhantes. A cada minuto que se passa, cada ser torna-se diferente devido às novas experiências que se renovam a cada breve momento por meio da ampliação de sua memória discursiva.

Sabendo da complexidade do psiquismo humano, não nos compete neste artigo tratar de todos os sentimentos, até porque não seria uma tarefa possível de ser realizada com precisão. Para delimitação de estudo e reflexão acerca da linguagem empregada por esse sujeito complexo, elege-se o amor como sentimento a ser observado e os discursos que surgem em seu nome.

Nossa intenção neste artigo é destacar, na Literatura, dois breves discursos amorosos a fim de se perceber, por meio de um exercício de análise, a movimentação do sujeito que ama e busca o amor. Esse tema não será esgotado, pois, consoante ao que diz Zygmunt Bauman (2004, p. 09), na obra *Amor Líquido*, compreendemos que quando se diz tudo sobre os principais temas da vida humana, as coisas mais importantes continuam por dizer. Contudo, buscaremos discutir ao longo deste trabalho algumas características dos discursos amorosos com a finalidade de que se possa contribuir com a literatura da análise do discurso.

1. AMOR E LITERATURA

Há várias definições para o sentimento Amor. Este trabalho não o definirá, já que não é o objetivo desta pesquisa. No entanto, analisar-se-ão os enunciados que se apropriam do discurso amoroso, em que o amante se diz digno do amado.

A Literatura (com letra maiúscula para se referir ao conjunto de produções artísticas cuja circulação acontece pela modalidade escrita) é o ponto de partida para a discussão que desenvolvemos neste trabalho por ser um discurso legitimado, isto é, conceber-se como um campo discursivo, conforme Maingueneau (2012). Dessa feita, a Literatura se constitui e se legitima discursivamente, bem como constitui outros discursos. É autoconstituente por legitimar-se e heteroconstituente por constituir outros discursos.

Para Foucault (2010), todo indivíduo está imerso em um conjunto de formações discursivas, já que o paradigma da dicotomia é o que constrói uma perspectiva de representação para o sujeito que se forma pela desconstrução do ontem a fim da construção do hoje. Contra sua vontade, por isso assujeitado, o indivíduo é “bombardeado” a todo tempo por discursos, filiando-se a uma ou mais formações discursivas, isto é, regularidade atingida por meio do posicionamento no campo. Por regularidade, compreende-se um paradigma de concepção da realidade vivenciada ou imaginada a partir dos discursos reproduzidos. Os grupos sociais se formam por meio do compartilhamento de preferências mais ou menos comuns. Um grupo, portanto, possui uma formação discursiva semelhante se sua formação ideológica também apresenta pontos de contato.

Retomando o autor como um sujeito bombardeado pelas diversas formações discursivas, suas marcas se tornam presentes no texto. Embora não se possam precisar as marcas subjetivas e/ou biográficas, todo sujeito “pertence” a uma (ou mais) formação discursiva; suas marcas no discurso podem ser de aproximação ou refutação de sua visão de mundo. O autor pode ou não fazer essa escolha de refutar suas convicções ou aproximar suas personagens de sua visão de mundo; todavia, não pode escolher uma maneira de esconder seu posicionamento já que este é revelada tanto por suas impressões como por seu silêncio. Essa luta pelo ocultamento e ao mesmo tempo sua revelação é o que Maingueneau (2012) conceitua como Paratopia.

As embreagens paratópicas do discurso literário emergem no lugar impossível dessa enunciação, pois o autor cria e recria os lugares em que enuncia e para quem enuncia seu discurso fundador, engendrando o discurso fundador literário.

Todo texto produzido carrega as marcas da subjetividade, sobretudo, um texto literário apresenta essas marcas. A grande aceitação de um texto literário se dá, principalmente, por sua verossimilhança, conceito aristotélico que significa “o que pode ser verdade”. O discurso ficcional atinge o leitor em suas emoções por ser processado e interpretado de acordo com as experiências do leitor, tornando-se real em sua psicose.

A seguir, analisar-se-ão trechos de duas cartas do romance epistolar *Os sofrimentos do jovem Werther*, de Goethe, publicado em 1774. Livro que foi censurado; pois jovens que se identificavam com o personagem Werther deram fim à própria vida como o herói do romance. Isso nos leva a perceber que, embora se trate de uma história ficcional, os sentimentos gerados nos leitores foram e são reais, legitimando a escolha do objeto da análise.

1.1 As condições para o discurso amoroso

Para se falar do amor, deve-se falar com amor, de amor(es) e para o amor. A linguagem amorosa nasce e morre em si mesma, reinventa-se e renasce para uma nova morte e novo nascimento,

portanto, é eterna, isto é, sempre existiu e sempre existirá. O amor, a cada época, reinventa-se e adapta-se aos enunciadores em cada cena social.

A linguagem é um jogo, uma disputa acirrada ideológica em que um enunciador materializa seu discurso para atingir o enunciatário seja para convencer, impor ou seduzir. A linguagem amorosa é um combate medieval entre cavaleiros sem armadura, armados com lanças e espadas e o peito desprotegido prestes a ser perfurado.

O discurso do amor é uma violência verbal e sentimental, pois quebra as estruturas, violenta a rotina, desfragmenta a razão e potencializa os sentimentos mais obscuros de um sujeito enamorado. O protagonista Werther, de *Os Sofrimentos do Jovem Werther* (Goethe. 2002, p. 52) questiona em uma carta de 18 de agosto: “Por que é que aquilo que faz a felicidade do homem acaba sendo também a fonte de suas desgraças?”. O discurso amoroso é movido pelo desejo.

Conforme Ferreira, (2001, p. 44),

o sujeito da análise do discurso não é só o do inconsciente; é também, como vimos, o da ideologia, ambos são revestidos pela linguagem e nela se materializam.

Essa é uma particularidade que assegura ao campo discursivo tratar de uma dupla determinação do sujeito – de ordem da interioridade (o inconsciente) e da exterioridade (a ideologia). Essa relação conjuntiva entre desejo e poder é que torna tão especial e complexo esse campo teórico.

O livro *Os Sofrimentos do Jovem Werther* apresenta como protagonistas os jovens Werther e Charlotte (ou Lotte – como Werther a chama carinhosamente). Ele é um rapaz com muita sensibilidade que viaja para longe de sua família a fim de trabalhar em outra região da Alemanha ainda não unificada politicamente. Ela é uma jovem moça, a mais velha entre os irmãos, que é noiva e, posteriormente, esposa de Albert.

Werther apaixona-se e deseja concretizar seu sentimento amoroso, talvez saiba que não pode, já que Charlotte é uma moça comprometida. A luta que ocorre inicialmente é entre o desejo e o poder do jovem apaixonado, que cede aos seus desejos mais íntimos e busca moldar seu discurso para concretizar sua vontade de amar Lotte.

O desejo, que é inerente ao homem, torna-se um objetivo a ser perseguido, construindo-se, assim, como o mundo propriamente dito, o ícone do desejo e felicidade plena. Bauman (2004, p. 13) aproxima o desejo do amor:

Tal como o desejo, o amor é uma ameaça ao seu objeto. O desejo destrói seu objeto, destruindo a si mesmo nesse processo; a rede protetora carinhosamente tecida pelo amor em torno de seu objeto escraviza esse objeto. O amor aprisiona e coloca o detido sob custódia. Ele prende para proteger o prisioneiro.

A finalidade do discurso amoroso é, predominantemente, concretizar a união com o ser amado. Para isso, é necessário criar um espaço social aprazível e seguro para a memória discursiva

e formações ideológicas propiciarem o compartilhamento das emoções com a emersão do sujeito “inconsciente” (paixão) por meio da linguagem. Conforme Barthes (2010, p. 99-100):

A linguagem é uma pele: fricciono minha linguagem contra o outro. Como se eu tivesse palavras à guisa de dedos, ou dedos na ponta de minhas palavras. Minha linguagem treme de desejo. A comoção vem de um duplo contato: de um lado, toda a atividade do discurso vem realçar discretamente, indiretamente, um significado único, que é “eu te desejo”, e libera-o, alimenta-o, ramifica-o, fá-lo explodir (a linguagem goza ao tocar a si mesma); de outro lado envolvo o outro em minhas palavras, acaricio-o, roço-o, cultivo este roçar, nada pouco para fazer durar o comentário ao qual submeto a relação. (Falar amorosamente, é gostar infinitamente, sem crise; é praticar uma relação sem orgasmo. Existe talvez uma forma literária deste coitus reservatus: é a galanteria).

Barthes ilustra bem o que virá a ser o discurso amoroso de Werther para com Charlotte. A galanteria permeia as ações do jovem apaixonado, o que será apresentada nas duas cartas que escreve a seu amigo.

2. CARTA DE 13 DE JULHO

O primeiro discurso a ser analisado é a carta de 13 de julho que Werther envia a Wilhelm.

Carta de 13 de julho¹

Não, não estou enganado! Li em seus olhos negros um verdadeiro interesse por mim e pela minha sorte. Sim, eu sinto que meu coração pode crer que ela... ousarei, será que poderei pronunciar estas palavras que resumem o paraíso? ... eu sinto que ela me ama!

Ela me ama! E quanto eu me estimo cada vez mais, quanto ... eu me adoro a mim mesmo, depois que ela me ama! Será presunção? Será o sentimento do meu verdadeiro estado?... não conheço homem nenhum de quem possa temer qualquer interferência capaz de diminuir-me no coração de Lotte. E, no entanto, quando ela, com tanto calor e afeto, fala do seu noivo... é como se eu fosse um homem destituído de toda a honra e dignidade, e ao qual arrebatessem a própria espada.

Nessa carta, de 13 de julho, Werther escreve algumas considerações sobre seu relacionamento com Lotte ao seu amigo Wilhelm. O discurso proferido pelo apaixonado apresenta interdiscursos na sua constituição, gerando efeitos de sentido diversos para o leitor, já que não é apenas o discurso amoroso que surge com relevância.

Por interdiscurso, pode-se compreender os diversos discursos que constituem um discurso principal. São oriundos de vários campos discursivos (áreas diversas que se complementam por escolha do enunciador) que estruturam a formação discursiva de um sujeito, portanto, apresentam regularidade, já que são proferidos a partir de condições sócio-históricas de produção.

¹ GOETHE, 2002, p. 40.

Os interdiscursos “atravessam” o discurso “principal” a fim de estruturá-lo linguisticamente e como prática social. Os interdiscursos selecionados no trecho foram: social (familiar), institucional (casamento) e amoroso (paixão).

2.1 Os interdiscursos

O interdiscurso social (familiar) surge na idealização da constituição familiar com Lotte, sendo ela sua esposa e ele, seu marido. A ideia de união amorosa é o desejo do herói. O material linguístico enunciado por Werther, para reforçar essa ideia, é: *“interesse por mim e pela minha sorte”, “ela me ama”, “não conheço homem nenhum de quem possa temer qualquer interferência capaz de diminuir-me no coração de Lotte”*.

Trechos como *“interesse por mim”, “ela me ama”* e *“não conheço homem nenhum [...] capaz de diminuir-me no coração de Lotte”* remetem ao imaginário da relação amorosa em que se busca a família, segurança e felicidade. A constituição da família é um porto seguro para a felicidade.

O interdiscurso institucional (casamento) ocorre quando há menção aos costumes que se referem à união de dois amantes. Werther não se deixa esquecer que Lotte é comprometida com Albert, portanto vacila ao dizer que ela o ama, já que a instituição deve ser respeitada. A dúvida ocorre por prudência e conhecimento da questão delicada é essa situação.

“Sim, eu sinto que meu coração pode crer que ela... ousarei, será que poderei pronunciar estas palavras”, “Será presunção?”. O vacilo do personagem é marcado por meio das reticências e pelo ponto de interrogação. A pontuação marca a hesitação de Werther ao lembrar-se da instituição que liga Lotte a Albert, da mesma maneira como descreve o modo que a amada fala de seu noivo: *“quando ela, com tanto calor e afeto, fala do seu noivo... é como se eu fosse um homem destituído de toda a honra”*.

O interdiscurso amoroso permeia todo o discurso, lembrando que Werther é um eterno amante e apaixonado pelo amor. Ele deseja Lotte independente da questão institucional e social, pois o desejo controla sua razão, é o inconsciente do sujeito emergindo e colocando suas emoções em primeiro plano.

Para alguns leitores mais céticos, Werther pode ser um corajoso ao desafiar as normas sociais no quesito respeito às mulheres casadas em pleno século XVIII. Para outros são o amor/desejo/loucura sendo antropomorfizados no próprio personagem. O recorte discursivo para justificar tamanha expressividade é: *“Li em seus olhos negros”, “estas palavras que resumem o paraíso? ... eu sinto que ela me ama!”*, *“eu me adoro a mim mesmo, depois que ela me ama!”*.

Os termos selecionados são expressões que ressaltam a idealização e o desejo do amor por concretizar. São os sentimentos que emergem para desejar seu objeto amado: Charlotte. A figura metafórica “ler nos olhos” ressaltam a posição de fixação de olhares entre os dois, segundo a interpretação de Werther, pois só temos suas palavras. A hipérbole que segue sobre o paraíso de que ele se ama muito mais confirma o discurso amoroso e idealizado do enunciador apaixonado.

Não é por acaso que o discurso amoroso torna-se interessante, é perceptível a nuance do discurso, de idealizado para mais racional e, depois, triste, decepcionado. A locução conjuntiva adversativa “no entanto” é a responsável por introduzir a mudança do discurso idealizado para o racional, tendo como consequência a tristeza do apaixonado.

2.2 Polifonia

Na carta, há a voz do Werther na materialidade linguística, contudo é possível perceber as outras vozes que constituem o discurso, como a voz de Lotte. A polifonia faz-se presente, assim como os interdiscursos, para compor a voz de Werther. Por polifonia, entende-se a multiplicidade de vozes que compõem um discurso. Na composição do discurso de Werther, pode-se perceber com maior nitidez as nuances da voz de Werther, já mencionadas: ápice da paixão, racional e decepcionado; a voz de Lotte e, por último, de seu amigo Wilhelm.

a) A voz de Werther foi separada em três momentos para ilustrar que o personagem se apresenta como se fossem três personagens, um discurso muito profícuo para a psicanálise (e para o analista do discurso), já que é possível perceber a ápice do desejo (loucura?), o momento da reflexão (o pai? o perfil racional?) e a consequência do choque das duas personalidades (um rapaz insatisfeito e triste? frágil? em dúvida com a realidade?). “Sou a única testemunha da minha loucura” (BARTHES, 2010, p.17).

Werther passa o romance inteiro nessa tripla intermitência, apresentando-se com um ou outro perfil, não raro os três de uma vez, como na carta mencionada.

b) A voz de Lotte, mesmo não estando marcada linguisticamente, faz-se presente no discurso de Werther. Ele diz que leu em seus olhos (de Lotte) o amor que tanto deseja. Lotte está ali, dizendo-lhe que pode ser amada por ele (agora um cuidado com essa possibilidade!). “Quer deseje provar seu amor, quer se esforce para decifrar se o outro o ama, o sujeito amoroso não tem à sua disposição nenhum sistema de signos confiáveis” (Op. cit., p. 311) Entender o que Werther diz é jogar com dados escuros no chão de ruas mal iluminadas. Pode-se apenas supor, com base nos elementos linguísticos e completar com as teorias sociais, o comportamento e a suposta veracidade de um louco e perturbado amante que violentado foi por um anjo de sorrisos doces e facas disfarçadas em palavras perfumadas construídas em sua psicose. “Todo desejo que não o meu não é acaso louco?” (Op. cit., p. 23).

Pode-se inferir que Lotte permitia, com alguns comportamentos, as falas do apaixonado; todavia essa expectativa é fragilizada por ela, construindo uma intermitência dos dois em um jogo sedutor. Os dois gostam desse jogo. Com o fim deste, não haveria razão para ali estarem. Ao mesmo tempo em que Werther lê nos olhos de Lotte o desejo que julga ser para si (por causa de sua companhia, atenção, carinho e sua dedicação - confirmados no final da história), não se permite esquecer da maneira carinhosa que elogia a Albert, seu noivo. O jogo do aproxima e afasta, desejo e razão, perversão e pudor acontece o tempo todo, desde a primeira vez que se encontraram. Sua voz está presente sempre. Não há Werther sem Charlotte. Werther existe por existir Lotte, a voz da amada não se apaga mesmo quando não está em cena como enunciadora; pois surge como coenunciadora da voz de Werther. “Sempre há, no discurso sobre o amor, uma pessoa a quem nos dirigimos, mesmo

se essa pessoa houver passado ao estado de fantasma ou de criatura a vir. Ninguém tem vontade de falar do amor, se não for para alguém” (BARTHES, pp. 100-101). Lotte é o fantasma, passado, presente e futuro de Werther.

c) A voz de seu amigo Wilhelm é presente na modalização do seu discurso. A hesitação de Werther é uma maneira de mostrar ao amigo que está raciocinando e que possui o controle aparente da situação, embora fique cada vez mais distante do bom senso e racionalidade, conforme as “broncas” e orientações que recebe do amigo. A alteridade é presente, Werther constrói seu discurso sobre o ethos de Wilhelm. Por alteridade, entende-se a consideração do interlocutor para moldar o discurso, as palavras interdependem do outro para se construir um enunciado mais efetivo a partir das escolhas do enunciador. Werther preocupa-se em fazer suas revelações a Wilhelm, mas em um nível discursivo que seja convincente com o efeito de sentido desejado e adequado ao espaço discursivo em que os dois interagem.

3. CARTA DE 16 DE JUNHO

O segundo discurso a ser analisado são trechos da carta de 16 de junho que Werther envia a Wilhelm.

16 de junho²

Ela cortava um pão preto em fatias circulares, entregando-as com amabilidade a cada criança, de acordo com sua idade e apetite.

- Perdoe-me – disse-me ela – pelo trabalho de vir até aqui e fazer esperar as damas.

Fiz-lhe um cumprimento qualquer, mas minha alma estava inteiramente presa do encanto do seu rosto, da sua voz, da sua conduta.

[...]

Na ida ao baile fomos conversando por todo o trajeto deixando alheia as outras duas damas. A prosa caiu sobre o prazer da dança.

- Se essa paixão é um crime, não posso ocultá-lo; para mim não há nada melhor do que a dança. Se alguma coisa perturba a minha cabeça, é só sentar-me ao meu cravo desafinado e martelar uma contradança que tudo volta ao normal.

Enquanto ela falava, eu me deleitei em fitar seus olhos negros.

[...]

Dançamos vários minuetos. [...] Convidei-a para a segunda contradança e ela me concedeu a terceira. Combinamos que dançaríamos a valsa. [...]

- Se não é indiscrição, quem é esse Albert?

- Não há o que lhe esconder. Albert, um moço honrado, é meu noivo.

² Goethe, 2002, pp. 24-30.

Isso não era novidade para mim, pois durante o trajeto, as outras moças me haviam contado [...]

A tempestade passara; acompanhei Lotte até o salão, a chuva estava fina e o ar estava tépido. Percebi que Lotte estava com os olhos cheios de lágrimas, entreguei-me as emoções e beijei-a. Eu vi a apoteose naquele olhar!

O trecho destacado é da carta de 16 de junho, logo que Werther conhece Lotte. Pelo trecho é possível perceber a construção do discurso amoroso por meio de elementos verbais e não-verbais. Werther encanta-se por Lotte e passa a firmar sua posição para construir o discurso da aproximação ajustando seu *ethos*. Por *ethos*, de acordo com Maingueneau, entende-se a construção da imagem do enunciador sobre o enunciatário, uma imagem construída e manipulada por aquele por meio do discurso; por isso *ethos* discursivo. Pela materialidade linguística é que Werther constrói seu *ethos* para Lotte, é seu discurso (e suas ações) que constrói a possibilidade de trocas enunciativas com sua amada, possibilitando a ele uma oportunidade de proferir o discurso amoroso em busca de sua concretização.

3.1 Reversibilidade

O discurso é de Werther, busca convencer Lotte de suas qualidades a fim de sua concretização amorosa. Embora o apaixonado precise firmar sua posição, seu discurso não é preparado previamente, é construído sobre o discurso de Lotte. O discurso amoroso necessita ajustar-se para que as condições tornem-se reais para a concretização amorosa.

Como sua construção é simultânea e depende da resposta do(a) amado(a), o conceito de reversibilidade discursiva faz-se presente. Por reversibilidade, entende-se a condição do outro de responder e participar da construção do discurso. O discurso amoroso não trata de um para o outro? E para que se concretize no ápice da emoção não é necessária uma resposta (verbal ou não)? Por isso, essa resposta (e construção simultânea) é imprescindível à sua constituição e desenvolvimento. O discurso amoroso não pode ser unívoco, caso contrário não seria um discurso amoroso.

Werther, por suas ações descritas e falas resumidas na carta, deixa clara a reversibilidade de seu discurso, construindo-o sobre os interesses de Charlotte. Os dois falaram sobre os assuntos que interessavam a ela, por meio da alteridade e da dialogia, o espaço discursivo aprazível é concretizado. Atenção, dedicação, interesse e agradabilidade construídos no discurso e pelo discurso aproximaram o amante de sua amada, possibilitando novos encontros e a ampliação desse sentimento amoroso.

A materialidade linguística destacada para justificar essas afirmações é: “*Na ida ao baile fomos conversando por todo o trajeto*”, “*Dançamos vários minuetos. [...] Convidei-a para a segunda contradança e ela me concedeu a terceira. Combinamos que dançaríamos a valsa*” e “*acompanhei Lotte até o salão*”.

A figura de Werther é firmada como alguém confiável e digno por Charlotte, pois dança com o rapaz por toda a festa mesmo com advertências de outras damas presentes no evento festivo, seu *ethos* é aceito pela moça. O seguinte trecho confirma a aceitação de sua amada: “*Percebi que Lotte estava com os olhos cheios de lágrimas, entreguei-me as emoções e beijei-a. Eu vi a apoteose naquele olhar!*”.

O discurso amoroso é um discurso de sedução. A função da linguagem, segundo Jakobson (1995), que trata de convencer o outro é a função conativa. No entanto, no discurso amoroso, outras duas funções acabam surgindo em segundo plano: a emotiva e a poética.

A função conativa está em primeiro plano, pois seduzir é provar ao outro sobre suas qualidades. O discurso é moldado a fim de validar seu *ethos*. A função emotiva se faz presente para justificar esse sujeito que se apresenta. As emoções, pensamentos e comportamentos do enunciador devem ficar em evidência para ser aceito ou não. A função poética trataria do cuidado com a linguagem. Há várias maneiras de se dizer algo, contudo a linguagem bem trabalhada toca como um canoro e maravilhoso canto aos ouvidos do enunciatário. Werther transita nas três funções da linguagem na construção de seu discurso amoroso: fala de si, utiliza a linguagem dos poetas e busca a todo instante convencer Lotte de seu amor e que foram feitos um para o outro.

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

O discurso amoroso é um discurso problemático por ser concebido, principalmente, no desejo e na volúpia da concretização (ou percurso, como no caso de Werther e Charlotte). Este artigo foi uma experiência de análise a fim de se instigar a produção acadêmica sobre o discurso amoroso, ao discutir suas peculiaridades com a teoria enunciativa-discursiva no texto literário.

Há muito para se estudar e investigar sobre o discurso amoroso. Acredita-se que esse discurso é peculiar na sua gênese e por isso merecedor dos estudos da AD francesa, pois o discurso amoroso pode se manifestar sob as diversas cenografias e gêneros discursivos.

O discurso literário apresenta apenas a cenografia desse discurso instigante ao estudo dos eventos discursivos. O discurso literário, como constituinte, engloba e produz a cena genérica literária por meio de suas embreagens paratópicas. Não se trata, portanto, de um discurso amoroso propriamente dito. A experiência de análise valida-se na observação desses enunciados que buscam sua legitimidade e verossimilhança para com seus co-enunciadores.

Vasconcellos (2015) apresenta o estudo sobre o discurso amoroso partindo da proposta de separá-lo do discurso literário amoroso. Dessa feita, a cena englobante é o discurso amoroso e não mais o literário, o que vai apresentar dispositivos próprios enunciativos, pois a sua gênese não está mais nos discursos tidos como constituintes, ou paratópicos; mas na outra extremidade que Maingueneau (2012) denomina de atópicos.

Werther e Charlotte encenam um romance e as cartas de Werther demonstram uma relação amorosa de impossível concretização, é velada e apresenta intermitências da concretização e da não-concretização, o que mantém a tensão do gênero de discurso. A construção é verossímil e, por isso, é validada.

As vozes que emergem do discurso de Werther não se calam diante de seu amor sufocado; pelo contrário, endossam seu discurso de amor. As funções conativa, poética e emotiva da linguagem permeiam todo o discurso.

Cada discurso apresenta seus próprios dispositivos. O discurso amoroso literário, ao representar a cenografia do campo amoroso, adota os dispositivos da cena de amor entre um homem e uma mulher.

REFERÊNCIAS

BARTHES, R. **Fragmentos de um discurso amoroso**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **O prazer do texto**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

BAUMAN, Z. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BRANDÃO, H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. (Coleção Pesquisas). 7ª ed. Campinas: Editora da Unicamp.

FERREIRA, M. C. L. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. **Revista Letras**, Santa Maria, n. 27, p.39-46, jul/dez. 2001. Disponível em: < http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r27/revista27_3.pdf >. Acesso em 02 dez. 2013.

FIORIN, J. L. **Linguagem e Ideologia**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

_____. **Introdução à lingüística**. São Paulo: Contexto, 2004.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GOETHE, J. W. V. **Os sofrimentos do Jovem Werther**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

JAKOBSON, R. **Lingüística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1995.

MAINGUENEAU, D. **Dozes conceitos em análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2007.

_____. **Discurso literário**. São Paulo: Contexto, 2012.

ORLANDI, Eni. **Análise do discurso** - princípios e procedimentos. São Paulo: Pontes, 1999.

STENDHAL. **Do Amor**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

VASCONCELLOS, V. H. S. **Ensaio sobre o discurso amoroso**. São Paulo: PUC/SP, 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado em língua portuguesa) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

LINGUAGEM EM FOCO

Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE

V. 6, N. 1, ano 2014

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Apresentação:

Aceitam-se trabalhos inéditos, redigidos em Português, Inglês, Espanhol ou Francês.

- Fonte: Times New Roman, tamanho 12, com exceção para citações com mais de 03 linhas, notas de rodapé e legendas, que devem apresentar tamanho menor e uniforme (conforme ABNT - NBR 14724).
- Configuração de página: papel tamanho A4 – margens esquerda e superior de 3 cm; direita e inferior de 2 cm.

Extensão dos textos

- Os artigos devem ter o mínimo de 07 e o máximo de 15 páginas;
- As resenhas, mínimo de 01 e máximo de 03 páginas.
- Os textos de divulgação de teses: resumo com 10 linhas; texto do autor com 03 a 05 páginas; comentário de membro da banca com 01 a 02 páginas.

Título

Centralizado, em maiúsculas e em negrito (sem grifos), corpo 14, no alto da primeira página.

Nomes dos autores

À direita da página (sem negrito ou grifo), duas linhas abaixo do título com maiúsculas apenas para as iniciais. Usar asterisco para nota de rodapé, indicando o nome da instituição à qual o(a) autor(a) está vinculado(a), seguido da sigla.

Resumo e palavras-chave

- Situar o texto-resumo dois espaços simples abaixo do subtítulo Resumo (em maiúsculas e em negrito), redigindo-o em um único parágrafo, justificado, sem adentramento, em espaçamento simples, com o mínimo de 100 e o máximo de 250 palavras (conforme ABNT - NBR 6028), na mesma fonte do artigo.
- As palavras-chave, de 03 três a 05 , devem ser precedidas do subtítulo Palavras-chave e de dois-pontos, grafadas com as iniciais maiúsculas e separadas por ponto e vírgula.

Abstract e keywords

Seguir as mesmas normas usadas para o resumo e as palavras-chave. Essa orientação é válida também para resumos e palavras-chave em Francês (Resumé/Mots-clés) e em Espanhol (Resumen/Palabras-clave).

Estrutura do texto

- O texto deve iniciar dois espaços simples depois das keywords, com espaçamento de 1,5, parágrafos justificados e adentramento de 1,25cm na primeira linha.
- Subtítulos das seções: em negrito, alinhados à esquerda, sem adentramento, numerados por algarismos arábicos, com a letra inicial da primeira palavra em maiúscula, corpo 12. Excluem-se da numeração a introdução, a conclusão e as referências.

Citações

- Citações diretas com até 03 linhas: transcritas entre aspas duplas, inseridas em um parágrafo comum no corpo do texto, conservando o mesmo tipo e tamanho da fonte.

Exemplos:

1. Esse modelo, como nota Marcondes (2003, p. 29), “tornou-se o ponto de partida...”.
 2. Conforme afirmam as autoras, “Numerosos linguistas já observaram que as unidades lexicais estabilizam convencionalmente os significados das palavras numa comunidade lingüística” (MONDADA; DUBOIS 2003, p. 43).
- Citações acima de 03 linhas: sem aspas, destacadas por um recuo de 4cm à esquerda, com a mesma fonte, mudando o tamanho para 10.

Exemplo:

3. O domínio das tarefas do motorista, segundo explicam os autores, não termina em determinado ponto; ele tem a estrutura de níveis regressivos de detalhamento que se misturam em um background não-específico. De fato, movimentos direcionados bem-sucedidos, tais como dirigir, dependem de habilidades motoras adquiridas e do contínuo uso do senso comum ou conhecimento de background (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 2003, p. 155).

- Citações em língua estrangeira: em itálico e traduzidas em nota de rodapé.

Tabelas, ilustrações e outros elementos visuais

Numerados com algarismos arábicos, com identificação na parte superior (conforme ABNT - NBR 14724).

Notas

Em rodapé, corpo 10, numeradas de acordo com a ordem de aparecimento.

Referências

Ao final do texto, abaixo do subtítulo Referências, alinhadas à esquerda, sem adentramento, em ordem alfabética de sobrenomes (conforme ABNT - NBR 6023).

Endereço para submissão

Enviar trabalhos para o seguinte email: *linguagememfoco@uece.br*